

## NESTA EDIÇÃO:

**A múltipla crise da globalização:** Walden Bello debate as contradições que estão se acumulando no sistema internacional. **Páginas 18, 19 e 20.** **As eleições do PT:** João Machado faz um balanço do processo de eleição direta no interior do Partido dos Trabalhadores. **Páginas 6 e 7.** **O FSM e o movimento contra a globalização:** Christophe Aguiton, Pierre Rousset, Emir Sader e José Corrêa discutem o Fórum Social Mundial e as perspectivas de uma alternativa ao neoliberalismo. **Páginas 9 a 17.**

# A NOVA GUERRA IMPERIAL

## Alternativas

Ventos de mudança sopram com força. A recessão econômica e a arrogância imperial dos Estados Unidos acirram as contradições de uma ordem mundial instável. Os poderes centrais buscam manter suas posições por meios militares e restringindo liberdades civis. Mas o projeto neoliberal perde coerência e legitimidade; defesa dos interesses nacionais, patriotismo, protecionismo e estatização voltam a ser discutidos pelo mundo afora. Não há mais como contestar seriamente que ele representou uma regressão para os países do Sul. O fundamentalismo de mercado está na defensiva.

No Brasil, o balanço da era Fernando Henrique está aberto. Uma nova agenda política se estabelece mesmo no campo burguês, recuperando temas do desenvolvimentismo – substituição de importações, redução da dependência externa, valorização do mercado interno.

No final de janeiro e início de fevereiro de 2002, movimentos, organizações e correntes populares que se opõem ao neoliberalismo estarão reunidas em Porto Alegre, no segundo Fórum Social Mundial, para preparar as lutas do ano. E estarão debatendo as alternativas que apresentarão para o mundo – uma ampla agenda de propostas específicas, construídas na resistência ao neoliberalismo, mas também como integrá-las em um projeto coerente.

Este pode ser também o início do debate do programa alternativo, democrático e popular, para o Brasil, discussão que estará colocada para toda a sociedade com o processo eleitoral de 2002. Cabe a nós potencializarmos este processo de elaboração coletiva.

José Corrêa Leite

Os atentados terroristas de 11 de setembro e a guerra desencadeada contra o Afeganistão pelos Estados Unidos com o apoio de todas as grandes potências, a “guerra contra o terror”, produziram uma importante alteração na situação internacional.

A morte de cerca de cinco mil pessoas e a destruição de símbolos de prosperidade, poderio e valores norte-americanos catalisaram um rápido deslocamento político nos Estados Unidos. Revelaram à população do país sua vulnerabilidade e o ódio, explícito ou latente, que a dominação de Washington suscita em boa parte da periferia do planeta. Criaram uma grande vaga patriótica e de unidade nacional ao redor de Bush e de sua política militarista e reacionária, até então muito contestada internamente e parcialmente bloqueada pelas contradições internacionais.

Os ataques ao Afeganistão estão produzindo, também, um movimento de simpatia nos países muçulmanos para com o Osama bin Laden e o Taleban e de protestos contra os Estados Unidos e a Inglaterra.

Estamos perante um acontecimento maior, que irradia ondas de choque em todas as direções (ver páginas 14 e 15).

## Outra conjuntura política

Aproveitando a oportunidade quando surgiu, a equipe de Bush apresentou um crime hediondo como uma declaração de guerra do “terror”, que deveria ser respondida com outra declaração de guerra. Os inimigos são criaturas da CIA que se voltaram contra seu criador, que os Estados Unidos utilizaram enquanto lhe foi conveniente para combater seus inimigos e que os golpearam. O movimento Al Qaeda, dirigido por Osama bin Laden, está sendo tratado por Washington com autor dos ataques (Bush disse, sem apresentar provas contra ele, que os Estados Unidos o queria “vivo ou morto”) e carrega consigo a tirânica ditadura teocrática do Taleban para o vórtice da crise.

As razões do ato terrorista são retiradas – pelo discurso governamental e pela mídia que o reproduz em uníssono –, de qualquer cenário que



permita sua inteligibilidade, e ele é transformado em uma expressão do “mal contra o bem”, da “barbárie contra a civilização”, que deve ser enfrentada com uma “cruzada”. Os acontecimentos foram enquadrados pelas elites conservadoras nos marcos analíticos chauvinistas apresentados há anos por Samuel Hunting-

ton com a ideia de “choque de civilizações”. E na massacrante campanha de propaganda em que se transformou a cobertura da mídia dos países centrais, eles são vertidos em uma linguagem infantilizante e maniqueísta, de conotação quase religiosa. Consagrado como defensor da “civilização ocidental” e de seus “va-

lores”, como comandante supremo de uma nação em guerra que está construindo uma aliança mundial para combater o “terror”, Bush ganha novos poderes e mãos livres para aplicar sua política com pouca negociação interna.

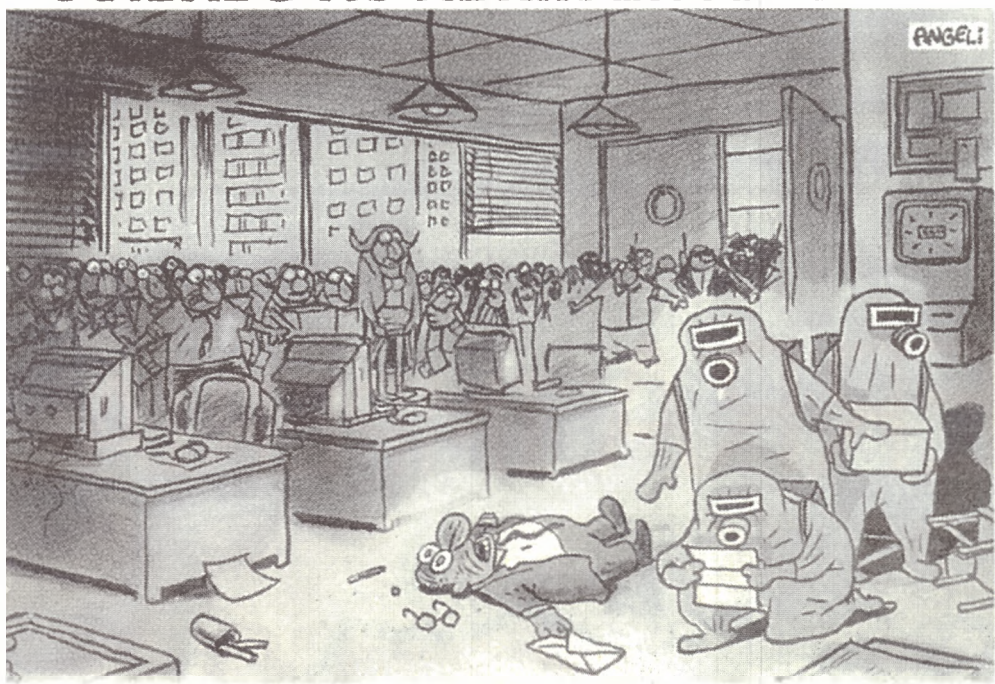
▶ continua na página 3

Nº 322  
OUTUBRO  
NOVEMBRO  
2001  
R\$ 3,00

# EM TEMPO

PUBLICAÇÃO  
DA TENDÊNCIA  
DEMOCRACIA  
SOCIALISTA  
DO PT

**CUIDADO AO ABRIR ENVELOPES**



ANGELI, FOLHA DE S. PAULO, 17/10/2001

- Que epidemia de antraz, que nada! O que temos aqui é mais uma vítima da onda de desemprego!

**OMC: A RODADA DA EXTORSÃO**

A conclusão da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio em Doha, no Qatar, dia 14 de novembro, traz novos elementos para o já conturbado cenário internacional.

O resultado é uma derrota para os que lutam contra a globalização neoliberal. Uma nova rodada de negociações visando a liberalização do comércio internacional foi lançada, com o objetivo de ser concluída até o final de 2004. Depois do fracasso de Seattle, a OMC recupera algum espaço. Isso é reforçado pela adesão de Taiwan e da China à organização.

Mas esta derrota pode e deve ser qualificada, mesmo que leve algum tempo para digerirmos todo o alcance das definições adotadas.

Em primeiro lugar, este resultado só foi possível no novo cenário pós 11 de setembro, que retirou as negociações da luz dos holofotes. A imprensa e os governos procuraram colocar estas discussões quase que na clandestinidade.

Em segundo lugar, apesar de tudo, as negociações provavelmente só terminaram com um resultado apresentável por terem sido realizadas em Qatar, longe de qualquer possibilidade de manifestação dos movimentos sociais.

Em terceiro lugar, ela só prosseguiu através da chantagem sistemática empregada pelos países centrais sobre os países dependentes – reforçada pelo quadro de recessão global.

Nestes marcos, o precedente do acesso a medicamentos, isto é, da relativização do Trips, arrancado pelos países dependentes, é importante. Um compromisso de abertura dos mercados

agrícolas dos países centrais, foi estabelecido – embora ele pareça ser em grande medida formal. E a pressão da Índia, na última hora, permitiu que fosse adotada uma ressalva: qualquer país membro da OMC poderia bloquear o começo das negociações sobre os temas “complexos” que incluem padrões mínimos de concorrência, tratamento dos investimentos estrangeiros, transparência nas compras governamentais e iniciativas para agilizar os procedimentos das alfândegas. Estes pontos são uma recuperação de boa parte da agenda do sinistro Acordo Multilateral de Investimentos. Se esta ressalva vai ser posta em prática ou não são outros quinhentos.

Isso é pouco, mas indicativo do enorme mal-estar que permeou as discussões. Elas foram sentidas pelos negociadores de muitos países dependentes como um processo de extorsão à mão armada.

Os países centrais querem impor um novo salto na liberalização não só do comércio mas também dos serviços e da circulação de capital, equivalente ao que foi negociado no início dos anos 90. Nesta ocasião, os países dependentes abriram seus mercados em troca de aberturas dos mercados centrais, que nunca foram efetivados.

Como afirma Martin Khor, diretor do Third World Network, se efetivadas as negociações, seu resultado será “a limitação do direito de cada país de promover seu próprio modelo de desenvolvimento, multiplicando as tensões sociais e econômicas”.

**A GUERRA E A LUTA PELA PAZ PELA INTERNET**

Na sequência do 11 de setembro, a ânsia de informações levou muita gente com acesso à internet a percorrer sites e mecanismos de busca.

Embora todo grande jornal do planeta tenha seu site e possamos acessar o seu material diário, são poucos os lugares onde os militantes encontram informações e análises interessantes de um ponto de vista de esquerda.

Os sites mais úteis são os que apresentam uma seleção atualizada de materiais de várias fontes, organizada a partir de uma visão editorial crítica, progressista ou mesmo revolucionária brangente, com materiais em espanhol e português é o *La Insignia*, [www.lainsignia.org](http://www.lainsignia.org), que também montou uma editoria para a guerra contra o Afeganistão.

Parte importante dos materiais destes dois sites vem de dois jornais mais ou menos progressistas, o *Página 12*, de Buenos Aires, [www.pagina12.com.ar](http://www.pagina12.com.ar), e o *La Jornada*, da cidade do México, [www.jornada.unam.mx](http://www.jornada.unam.mx). A Alai é uma pequena mas interessante agência de notícias alternativa do Equador, que dispõe de um site que merece ser visitado.

Em inglês temos o site animado por Michel Albert, inspirado na linha anarquista de Noam Chomsky, o *Znet*, [www.zmag.org](http://www.zmag.org), provavelmente o mais conhecido das pessoas de esquerda do mundo (ele tem também seções em espanhol e italiano). Para um acompanhamento mais focado na dinâmica interna dos Estados Unidos, a melhor opção é o *Common Dreams*, [www.commondreams.org](http://www.commondreams.org), que faz uma seleção diária das melhores matérias publicadas em língua inglesa em todo o mundo.

As matérias escolhidas pelo *Znet* ou



pelo *Common Dreams* são, frequentemente, retiradas de dois jornais ingleses mais ou menos progressistas, o *Guardian*, [www.guardian.co.uk](http://www.guardian.co.uk), e o *The Independent*, [www.independent.co.uk](http://www.independent.co.uk). O site de Alexander Cockburn e Jeffrey Saint-Clair, *The counterpunch*, [www.counterpunch.org](http://www.counterpunch.org), é outra fonte interessante de análises.

Não há em francês nada equivalente a estes sites. O melhor é o da ATTAC, <http://attac.org>.

Agora um site brasileiro, o *Porto Alegre 2002*, animado pelo *Diplo-Br* e pela IPS, [www.portoalegre2002.org](http://www.portoalegre2002.org), também está coletando material em português, inglês, espanhol e francês sobre alternativas ao neoliberalismo (e em breve as páginas em italiano e alemão também estarão disponíveis). Ele inclui uma seção sobre a guerra imperial e a luta pela paz.

**A S S I N E**

**CORREIO DA CIDADANIA**

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00  
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: [correio@cidadanet.org.br](mailto:correio@cidadanet.org.br)

**A S S I N E**

**LE MONDE**  
*diplomatique*

Assinatura anual (12 números) - R\$ 48,00  
Agora em português e na Internet (edição eletrônica)

Telefone: (11) 282-4929 - Site: [www.diplo.com.br](http://www.diplo.com.br)

**A S S I N E**

REVISTA **SEM TERRA**

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: [semterra@mst.org.br](mailto:semterra@mst.org.br)

**EM TEMPO** MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00  NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

E-MAIL:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA**, Rua Albuquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 ou faça contato pelo telefone (011) 3667-3476. **Sucursal RS:** Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-380 - Fone: (51) 226-5450. A assinatura é de 10 edições. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Jornal **Em Tempo** é uma publicação de Edições ET Ltda. Rua Albuquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 Fone (11) 3667-3476 - Fax (11) 3666-5550 - E-mail: [emtempo@uol.com.br](mailto:emtempo@uol.com.br)  
**Jornalista Responsável:** Célia Regina de Souza (MTB 18663 DRT/SP).  
**Equipe de Edição:** José Corrêa Leite, Caio Galvão de França, Carlos Henrique Áraze, Gustavo Códas, Caco Bisol e Márcia Helena Ramos.  
**Tiragem:** 4.500 exemplares. **Periodicidade:** Bimestral.  
Fechamento desta edição: 20 de Novembro.

# A NOVA GUERRA IMPERIAL

Um debate foi travado nos círculos governamentais sobre a resposta norte-americana e, contra os mais afoitos, prevaleceu uma política de aproveitar os acontecimentos para reforçar a hegemonia mundial de Washington e aplicar o novo sistema de gestão imperial preconizado pela atual administração. Encontrado o inimigo para ocupar o lugar deixado vazio pelo colapso do comunismo, a política militarista e repressiva dos conservadores ganharia uma legitimidade renovada. A “guerra contra o terrorismo” está sendo apresentada pelo belicoso Donald Rumsfeld, Secretário da Defesa, como um esforço repressivo sustentado, a ser desdobrado por anos. Trata-se de um processo que, se efetivado, levará os conflitos militares para um terreno novo, desdobrando-se na mente de seus formuladores em uma contra-revolução preventiva permanente em escala planetária, articulando propaganda, política, repressão interna e agressão militar externa.

A oportunidade para dar os primeiros passos nesta direção parece excelente ao governo norte-americano, tanto pelo alvo escolhido para sua demonstração de força, quanto pela convergência momentânea de interesses entre os principais países do mundo. O rufar dos tambores encontrou eco em vários governos europeus (a começar por Tony Blair, que se sobressai frente a um Bush idiotizado), reduzindo, ao menos neste primeiro momento, a autonomia das lideranças do continente. E, por diferentes razões domésticas (reavivar de nacionalismos, combate a movimentos separatistas ou aplicação de políticas repressivas contra imigrantes) ou geopolíticas, Rússia, China, Índia, Japão e Austrália tem interesse em ajudar a golpear o fundamentalismo islâmico. A utilização por Bush da chantagem econômica, política e militar ajuda a enquadrar eventuais recalcitrantes. Mesmo governos que nada tinham com a questão prontificaram-se em mostrar sua subserviência às vontades do império enfurecido – como Fernando Henrique Cardoso evocando um tratado que em cinquenta anos nunca saiu do papel, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) da Organização dos Estados Americanos.

## Os EUA vistos pelo mundo

O significado dos eventos de 11 de setembro e de seus desdobramentos é construído a partir de lentes ideológicas muito diferentes. Nos países árabes, em primeiro lugar, cuja população identifica-se com os movimentos que combatem os Estados Unidos e Israel. Após duas décadas de neoliberalismo, que destruiu os projetos nacionalistas de cunho progressista no mundo muçumano, setores populares vêm nos movimentos fundamentalistas mais reacionários (e, antes de tudo, no wahabismo, religião de Estado da Arábia Saudita que se espalhou pelo Islã sunita), possibilidades de enfrentarem os responsáveis por seus problemas. Uma intervenção militar prolongada no Afeganistão repercutirá amplamente, inclusive nos principais aliados dos Estados Unidos na região, podendo a desestabilizar a ditadura militar paquistanesa e a monarquia absoluta saudita. É uma dinâmica em aberto, dependente dos passos que dará o governo Bush e das reações que suscitará.

No conjunto da periferia, embora se condene o atentado e se lastime as vidas perdidas, há uma percepção espontânea que tende a vê-lo como uma reação aos custos crescentes que a globalização e o



PABLO PICASSO, MUJER GRANDE, 1937

tacão do império cobram das maiorias excluídas – um ato injustificável, mas racional dentro de uma lógica de retaliação por parte de gente desesperada. Se os governos vassalos proclamam seu apoio à nova “cruzada”, setores com autonomia crítica e mesmo desorganizados lembram as tragédias das últimas décadas, as fomes, guerras civis, crises humanitárias e intervenções dos Estados Unidos – em síntese, tem em mente a responsabilidade central de Washington pelo estado atual do planeta (ver página 4).

Há um fosso de consciência gigantesco entre esta visão e a percepção que a população dos próprios Estados Unidos tem do lugar que seu país ocupa no mundo, uma mistura de auto-engano e arrogância construída por uma ideologia nacionalista que propaga a idéia de um destino manifesto daquele povo e a relação utilitarista com todos os aspectos da vida através do mercado capitalista – visão de mundo reforçada pelo sistema político, pela indústria cultural e pelos interesses dos segmentos afluentes na manutenção do “status quo”. A compreensão do lugar real que os Estados Unidos ocupam no sistema mundial é acessível apenas a uma parcela pequena da população do país.

Uma situação intermediária é vivida na Europa, que compartilha com os Estados Unidos problemas de rebeliões contra seu próprio domínio na periferia, mas que tem sobre isso uma experiência histórica maior e outra percepção dos custos de uma solução militar para este tipo de problema. A existência na União Européia de setores sociais com uma formação socialista, que se mantêm críticos à sociedade e ao modo de vida norte-ame-

ricanos, e de uma parcela da população de origem islâmica, aprofundam este distanciamento. Para além das reações imediatas, aqui se expressarão os interesses estratégicos envolvidos na disputa de domínios e a correlação de forças social que é qualitativamente diferente dos Estados Unidos, como mostram os desdobramentos dos protestos de Gênova, em julho, durante a reunião do G8.

## Contradições da nova dinâmica

Existem obstáculos importantes colocados para a sustentação da nova política imperial. O acirramento do racismo e da xenofobia nos Estados Unidos é inseparável do discurso reacionário e extremado veiculado. Em sociedades cada vez mais multiculturais, esta ligação entre militarismo, nacionalismo, xenofobia e racismo é particularmente explosiva e pode facilitar a percepção crítica da situação por parte de setores mais amplos da população naquele país e no mundo.

Bush pactará, nos marcos das iniciativas de “unidade nacional” que vem sendo respaldadas pelos democratas, as políticas favoráveis à militarização, às grandes corporações e de restrições de direitos e liberdades que compõem seu projeto. Terá, todavia, que enfrentar resistências pontuais, que poderão determinar a dinâmica oposicionista nos Estados Unidos.

A passagem do multilateralismo do governo Clinton para o unilateralismo de Bush estava gerando tensões em muitos terrenos. Da denúncia do protocolo de Kyoto à construção de um sistema antimísseis, da rejeição de tribunais interna-

**Os atentados de 11 de setembro criaram uma vaga patriótica e de unidade nacional ao redor de Bush e sua política, conduzindo a uma alteração na situação internacional. Estamos perante um acontecimento maior, que determina a conjuntura.**

José Corrêa Leite

cionais ao protecionismo comercial, da recusa em assinar tratados sobre armas biológicas e abolição das minas terrestres à retirada da Conferência contra o Racismo em Durban, a política da atual administração parece rejeitar o tratamento em comum com os outros países dos problemas internacionais. Agora necessitando de um respaldo mais amplo para agir, Washington parece estar adotando um conjunto de iniciativas bilaterais, atribuindo algum papel a aliados mais fieis, como a Inglaterra, e só utilizando as instituições multilaterais como a ONU para relações públicas.

Mas o fato é que as instituições multilaterais que administram a globalização neoliberal vinham perdendo legitimidade – como mostraram os cercos às elites escondidas atrás das muralhas em Quebec e Gênova. As críticas do movimento antiglobalização não podem ser mais ignoradas – mesmo depois de 11 de setembro, o presidente da União Européia lançou uma carta aos “antimundialistas” e o *The Economist* de 29 de setembro publicou um dossiê especial sobre “The case for globalisation”. Este problema é agravado pela constatação da falácia da “nova economia”, cuja crise arrasta parte da economia-cassino e se desdobra em uma recessão mundial, agora agravada pelos efeitos dos atentados.

Este quadro vinha exigindo uma resposta das elites corporativas e dos dirigentes políticos norte-americanos e dos países centrais, resposta que agora será dada junto da definição da política para a “cruzada contra o terror”. Nos Estados Unidos, por exemplo, o fundamentalismo de mercado republicano e a defesa da não-intervenção do Estado na economia estão sendo abandonadossem o menor pudor. Mas dentro da tônica geral de um tratamento muito mais repressivo do funcionamento do sistema e das contestações a ele. E ainda não podemos visualizar suas conseqüências para o desdobramento das contradições interimperialistas.

E exige um reposicionamento do movimento contra a globalização capitalista (ver matéria das págs. 12 e 13). ■

José Corrêa Leite  
é editor do *Em Tempo*.

# COMO PERDER UMA GUERRA

11 de setembro foi um crime contra a humanidade, mas a resposta de Bush estabeleceu o que para muitos parece ser uma guerra entre visão e força, indignação e poder. Washington se colocou no terreno preferido de batalha de Bin Laden.

Walden Bello

Depois de duas semanas de bombardeio anglo-americano do Afeganistão, quando deixamos de lado o barulho das explosões e a fumaça da propaganda da CNN, parece que na guerra entre os Estados Unidos e Osama bin Laden, este está na dianteira.

É duvidoso que Washington tenha obtido alguma coisa de valor tático ou estratégico, exceto "mudar o entulho de lugar". De fato, o bombardeio custou as vidas de muitos civis e piorou a posição estratégica dos Estados Unidos no sudeste e sul da Ásia, ao erodir a estabilidade dos regimes pró-americanos no mundo mulçumano. Um regime fundamentalista radical é agora uma possibilidade real em Islamabad, enquanto Washington enfrenta a desagradável perspectiva de ter que servir, em última instância, como uma força policial entre uma elite saudita cada vez mais isolada e uma inquieta população jovem que vê bin Laden como um herói.

Enquanto no resto da periferia o choque sobre os atentados de 11 de setembro está dando lugar à desaprovação dos bombardeios norte-americanos e, para aborrecimento de Washington, à emergência de bin Laden na consciência pública como um pequenino habilidoso e determinado, que corre em círculos ao redor de um valentão que só tem uma resposta, a retaliação massiva. Um sinal expressivo disso, em Bangkok e muitas outras cidades no Sudeste Asiático, é a forma como as pessoas estão usando camisetas de bin Laden – e não apenas pela novidade.

## A Irmandade anglo-saxã

A imagem na CNN do presidente George Bush, do primeiro ministro Tony Blair e do secretário de estado Colin Powell desdenhando o último pronunciamento de apoio aos Estados Unidos esconde a realidade que Washington e Londres estão perdendo a guerra de propaganda. Seus esforços para apresentar a campanha militar como um conflito entre civilização e terroristas aparece pelo mundo afora como uma cruzada da irmandade anglo-saxã



contra o mundo islâmico. O esforço de relações públicas de Blair para fazer da Inglaterra um parceiro integral no esforço de guerra é tão enervante que o ministro das relações exteriores da Bélgica, que está hoje na presidência da União Européia, sentiu-se compelido a criticar Blair por comprometer os interesses europeus.

Na seqüência do 11 de setembro, diversas pessoas especularam sobre a possibilidade de que aquilo pudesse ser um movimento para trazer os Estados Unidos para uma guerra de intervenção no Oriente Médio que inflamasse o mundo mulçumano contra eles. Fosse ou não este o objetivo estratégico de bin Laden, o bombardeio norte-americano do Afeganistão criou precisamente esta situação. Líderes moderados da normalmente moderada comunidade mulçumana da Tailândia agora expressam abertamente seu apoio à bin Laden. Na Indonésia, já vista como um modelo do Islã tolerante, uma pesquisa recente revelou que metade dos entrevistados consideravam bin Laden um lutador da justiça e só 35% o viam como um terrorista.

O apoio global de que o presidente George Bush se vangloria é decepcionante. Claro, um montão de governos apoiarão o chamado do Conselho de Segurança da ONU por uma campanha mundial contra o terrorismo. Poucos países, todavia, estão efetivamente cooperando nas atividades de inteligência e vigilância policial. Ainda menos endossaram a campanha militar e abriram seus territórios para o tráfego de aviões norte-americanos a caminho do Sudoeste da Ásia. E quando chegamos ao teste decisivo do envio de tropas e armas para lutar ao lado dos ingleses e norte-americanos nas áridas planícies e nas gélidas montanhas do Afeganistão, ficamos restritos ao núcleo duro da aliança ocidental da Guerra Fria.

## Transpondo a guerra

Os métodos terroristas de bin Laden são terríveis, mas se deve dar ao diabo o que lhe é devido. Quer seja através do estudo ou da prática, ele absorveu as lições da guerra de guerrilha em um cenário na-

cional, o Afeganistão, e as transpôs para um cenário global. Servindo como o correlato internacional da base popular nacional está a juventude da comunidade global mulçumana, na qual os ressentimentos contra a dominação ocidental são uma mistura volátil esperando para pegar fogo.

Os ataques de 11 de setembro foram horríveis e hediondos, mas de um ângulo, o que foram eles exceto uma variante da teoria do "foco" de Che Guevara? De acordo com Guevara, o objetivo de uma ação corajosa de guerrilha é duplo: desmoralizar o inimigo e empolgar sua base popular, levando-a a participar de uma ação que mostra que o governo todo poderoso é efetivamente vulnerável. Provoca-se o inimigo, para desencadear uma resposta militar que na seqüência solapa sua credibilidade no que é basicamente uma batalha política e ideológica. Para bin Laden, o terrorismo não é o fim, mas um meio para um fim. E este fim é algo com que nenhuma retórica de Bush sobre a defesa da civilização através do bombardeio de vingança pode competir: uma visão da Ásia mulçumana livre do poder econômico e militar norte-americano, de Israel e das corruptas elites subjugadas, que retornaria à justiça e à santidade islâmica.

## Última oportunidade

Mas Washington não está exatamente desarmada nesta guerra ideológica. Depois de 11 de setembro, poderia ter respondido de uma maneira que esvaziasse o apelo político e ideológico de bin Laden e abrisse uma nova era nas relações árabe-americanas.

Primeiro, poderia ter descartado uma ação militar unilateral e anunciado ao mundo que seguiria a rota legal para obter justiça, não importando quanto tempo levasse. Poderia ter anunciado sua busca de um processo combinando uma paciente investigação multinacional, diplomacia e o uso de mecanismos internacionais aceitos, como a Corte de Justiça Internacional.

Estes métodos podem levar tempo, mas eles funcionam e garantem que a justiça seja feita. Por exemplo, um paciente

trabalho diplomático assegurou a extradição da Líbia dos suspeitos de terem explodido um Jumbo da Pan Am sobre Lockerbie, na Escócia, e sua condenação em uma corte especialmente constituída em Haia, na Holanda. Da mesma forma, o Tribunal Criminal Internacional para a antiga Iugoslávia, estabelecido sob os auspícios da Corte Internacional de Justiça, tem condenado com sucesso terroristas de guerra sérvios e croatas e está atualmente processando o ex-homem forte da Sérvia, Slobodan Milosevic, embora naturalmente muito permaneça por ser feito.

## O instinto imperial

O segundo aspecto de uma resposta progressiva dos Estados Unidos poderia ter sido o anúncio de uma mudança fundamental em suas políticas no Oriente Médio, cujos principais pontos poderiam ser a retirada das tropas da Arábia Saudita, o fim das sanções e das ações militares contra o Iraque, o apoio decidido ao imediato estabelecimento de um Estado Palestino e ordenar a Israel que refreie imediatamente os ataques às comunidades palestinas.

Os defensores do realismo na política externa dirão que esta estratégia não pode ser vendida ao povo norte-americano, mas eles erraram antes. Se os Estados Unidos tivesse tomado este rumo, ao invés de – como usual – fazer justiça com as próprias mãos, poderia ter pavimentado o caminho para uma nova era de relações entre povos e nações. O instinto de um passado imperial, unilateral, entretanto, prevaleceu. Mesmo na frente interna, os direitos de dissidência e a diversidade democrática, que tem sido uma das mais poderosas atrações ideológicas da sociedade norte-americana, estão ameaçados pela draconiana legislação que está sendo passada por tipos como o secretário de justiça, John Ashcroft – que está tirando vantagem da crise atual para aplicar sua agenda autoritária anterior.

## Uma situação sem saída

Como as coisas estão agora, Washington se colocou numa situação sem saída.

Se mata bin Laden, ele se torna um mártir, uma fonte sem fim de inspiração, especialmente para a juventude mulçumana.

Se o captura vivo, libertá-lo se tornará o foco de uma resistência massiva, que impedirá a aplicação da pena capital sem o risco de provocar revoltas através do mundo islâmico.

Se não o matar ou aprisionar, ele manterá uma aura de invencibilidade, como alguém favorecido por Deus e cuja causa é justa.

Como Tom Spencer, um analista político do Partido Conservador Inglês observou, bin Laden foi transformado em um "Robin Hood."

11 de setembro foi, indubitavelmente, um crime contra a humanidade, mas a resposta dos Estados Unidos converteu a equação, na cabeça de muitas pessoas, em uma guerra entre visão e força, indignação e poder e, por mais perverso que isso possa parecer, espiritualidade versus materialismo. Você não verá isso na CNN e no *New York Times*, mas Washington se colocou no terreno preferido de batalha de bin Laden. ■

# GOVERNO QUER DISSOLVER MERCOSUL

O comércio exterior foi, é e sempre será essencial para qualquer estratégia de desenvolvimento no Brasil, qualquer que seja o regime social ou político, qualquer que seja o partido no poder.

Nenhuma civilização urbana e populosa pode, por mais rica que seja em recursos naturais, humanos, em capital e tecnologia produzir toda a gama de bens de que necessita para seu processo produtivo e para atender à demanda extraordinariamente multifacetada de seus consumidores.

O desenvolvimento econômico, como processo de acumulação de capital, construção de capacidade produtiva, aumento gradual e constante da qualificação da mão-de-obra, de aquisição e geração de conhecimento científico e tecnológico, depende da possibilidade de importar insumos, capital e tecnologia de que não se dispõe, e para tal é necessário obter recursos — as divisas — para pagar tais importações.

## O livre comércio é um mito

Não há, no mundo real, livre comércio. Basta para confirmar tal afirmação taxativa, observar a miríade de instrumentos tarifários e não tarifários que existem em todos os países para restringir, em diversos graus, as importações, e para promover suas exportações. Assim, o livre comércio é um mito, um conceito de propaganda e uma criação da imaginação dos teóricos, sem prática, da economia.

Nenhum país hoje altamente desenvolvido, industrializado e próspero conseguiu atingir tal situação através de políticas de livre comércio, isto é, de radical e geral eliminação de barreiras à importação. Pelo contrário. A história desses países ensina que, quando eram subdesenvolvidos, utilizaram de toda uma gama de instrumentos para promover o seu processo de acumulação de capital e de absorção de conhecimento tecnológico. (...)

Os modernos ideólogos do livre comércio, no centro e na periferia do sistema internacional, desconhecem ou fingem desconhecer a história da economia mundial. Partem eles de uma visão utópica do que é, ou deveria, ou poderia ser a economia mundial. Segundo esses ideólogos, caso não houvesse intervenção do Estado, a economia mundial seria altamente competitiva. As forças de mercado se encarregariam de alocar recursos da forma mais eficiente possível, o progresso tecnológico seria ainda mais vertiginoso, não haveria recursos ociosos de qualquer tipo, a distribuição dos resultados da produção seria ótima. De quebra, as sociedades envolvidas nesse processo, em elevado grau de interdependência econômica, teriam absoluto interesse na paz, na preservação de um mundo pacífico, sem hegemonias predadoras, abusivas ou exploradoras, de mentes abertas, mercados abertos, fronteiras abertas, no dizer do antigo presidente Bush ao anunciar a antiga Nova Ordem Mundial. Todos os Estados e todos os indivíduos atingiriam o maior nível de bem-estar material e de aperfeiçoamento espiritual. (...)

Mas o relativo pouco sucesso em advogar junto aos governos altamente desenvolvidos as vantagens do livre comércio, e os interesses desses governos em abrir mercados para seus produtos e capitais na periferia, onde as margens de lucro são as maiores do mundo, fez a atenção de gover-

nos desenvolvidos, agências internacionais e ideólogos se voltar para a tarefa de “salvar” as economias periféricas pela adoção de políticas liberais, agora neoliberais, e entre elas, em lugar de destaque, a chamada abertura comercial, ou de liberalização do comércio exterior.

A redução das tarifas e de barreiras não tarifárias seria assim um instrumento essencial para realizar, na periferia, a utopia da sociedade neoliberal. Naturalmente, tendo em vista que essas políticas de eliminação de barreiras beneficiariam em primeiro lugar os países que as reduzissem, nada deveriam eles pedir em troca aos países desenvolvidos.

## Integração aberta

No caso da América Latina, as teorias neoliberais puderam se aproveitar das tentativas históricas de integração econômica que visavam ampliar mercados e promover a industrialização, como forma de superar o atraso das economias agro-exportadoras ou exportadoras de minérios.

quenos Estados na Costa Leste americana.

O Mercosul herdou a experiência totalmente distinta do processo de integração bilateral entre Brasil e Argentina, da época dos presidentes Sarney e Alfonsín, e a “neoliberalizou” e ampliou para incluir Uruguai e Paraguai, já com os presidentes Menem e Collor, de triste memória, transformando-o em esquema de redução automática de barreiras ao comércio intrazona e de criação de uma Tarifa Externa Comum, com níveis mais baixos do que a anterior tarifa brasileira.

Passado o primeiro momento de perplexidade, os países altamente desenvolvidos perceberam que, com a nova TEC e as políticas de câmbio sobrevalorizado fixo ou quase fixo adotadas na Argentina e no Brasil, poderiam aumentar fantásticamente suas exportações para os países do Mercosul.

E assim ocorreu. Enquanto os aplausos ao Mercosul reverberavam em todo o mundo, o comércio intrazonal crescia rapidamente ao mesmo tempo em que os antigos superávits comerciais se transfor-

**Uma política de comércio exterior sempre será essencial para qualquer estratégia. Mas o governo brasileiro está deixando de fortalecer o bloco do Cone Sul e atuando com o objetivo dissolvê-lo em acordos de livre comércio com a ALCA e a União Européia.**

Samuel Pinheiro Guimarães

## Meu Deus, Estourou a Guerra!



*- Neste momento tropas tucanas já estão em solo argentino, com a missão de caçar o ministro Cavallo!*

Assim, se “apoderaram” eles das idéias-força da integração latino-americana e da integração no Cone Sul para “vesti-las”, agora, com uma nova roupagem teórica, a chamada integração aberta.

Por essa teoria, os esquemas de integração regional somente se justificariam se fossem etapas do processo de remoção geral de barreiras ao comércio multilateral, e como formas de “seguro” contra a ressurreição eventual de políticas protecionistas arcaicas. Mais tarde, esses teóricos iriam, já em suas funções de membros de “equipes econômicas”, auxiliares da magna tarefa que as agências internacionais como o FMI, o Banco Mundial, o BID e outros se auto-atribuíram, com a aprovação, estímulo e orientação das grandes potências, de reformar e modernizar o mundo subdesenvolvido, utilizar outra idéia força do continente, o pan-americanismo, pretensão sonho de Bolívar quando os Estados Unidos eram 13 pe-

mavam em déficits no comércio com os países desenvolvidos. Os consumidores felizes puderam ter acesso a produtos importados, indústrias importaram bens de capital modernos, enquanto se desarticulava e se desnacionalizava em conseqüência o parque industrial de bens de consumo e de bens de capital, penosamente construído.

## A agenda oculta de FHC

O Brasil se transformara em um “país normal”, para alívio e orgulho das elites dirigentes neocoloniais e para gáudio dos estrategistas, ideólogos e comunicadores do Primeiro Mundo. Tudo correu bem, até que a crise chegou em 1999, e de lá para cá vem se aprofundando de tal forma que hoje os déficits de transações correntes, a instabilidade social, a deterioração da infraestrutura de transportes (rodoviário, ferro-

viário e naval) e de energia elétrica, além da crise paralela e gêmea da Argentina, vieram a colocar o Brasil em classificação das mais altas das agências de risco, o que não parece ser propriamente um indicador de sucesso do famigerado Plano Real.

Não satisfeitos com a situação atual do balanço de pagamentos, com a escassez de capitais internacionais, com a recessão mundial, com as dificuldades para expandir exportações, com o tamanho assustador da dívida interna e externa, com as deficiências enormes de infra-estrutura, desejam a “equipe econômica” e os estrategistas da diplomacia aprofundar a abertura de mercado através da negociação de áreas de livre comércio nas Américas, a ALCA; entre o Mercosul e a União Européia; entre o Mercosul e os Estados Unidos (o famoso 4x1). Essas negociações viriam, além de consolidar de vez e definitivamente, por tratado internacional, a total abertura de mercado, a consagrar a eliminação de qualquer disciplina ao investimento estrangeiro, consagrar a maior proteção aos detentores de patentes, permitir o acesso de empresas sediadas aqui ou não às compras governamentais etc.

Esta é a agenda oculta, em termos de política comercial, industrial e tecnológica do governo Fernando Henrique Cardoso, em seu melancólico sétimo ano, que consagra essas políticas econômicas através da blindagem internacional, executada através de tratados que eliminarão de vez a possibilidade de fazer política econômica e de promover o desenvolvimento, a integração da economia nacional e a construção de uma sociedade pacífica, próspera, justa e democrática. As disparidades sociais que se aprofundam dia a dia e a vulnerabilidade externa crônica permanecerão e se agravarão.

Ninguém se iluda: o objetivo estratégico retórico do governo é fortalecer o Mercosul, estruturar um processo de integração sul-americana. O objetivo estratégico real é dissolver o Mercosul no seio da ALCA e de acordos de livre comércio com a União Européia e outros países. Esta é a agenda oculta de política comercial e econômica brasileira. ■

Samuel Pinheiro Guimarães é embaixador. Esta é uma versão ligeiramente editada de um artigo publicado na *Carta Maior*. Os intertítulos são do *Em Tempo*.

# NOVA DIREÇÃO MANTÊM O EQUILÍBRIO

**O processo de eleição direta não foi um retrocesso na democracia interna, mas mantém a situação anterior: urna aberta o dia todo, voto de filiados sem discussão e esquemas de transporte. Precisamos afirmar a idéia da democracia participativa dentro do PT.**

João Machado e Lúcio Costa

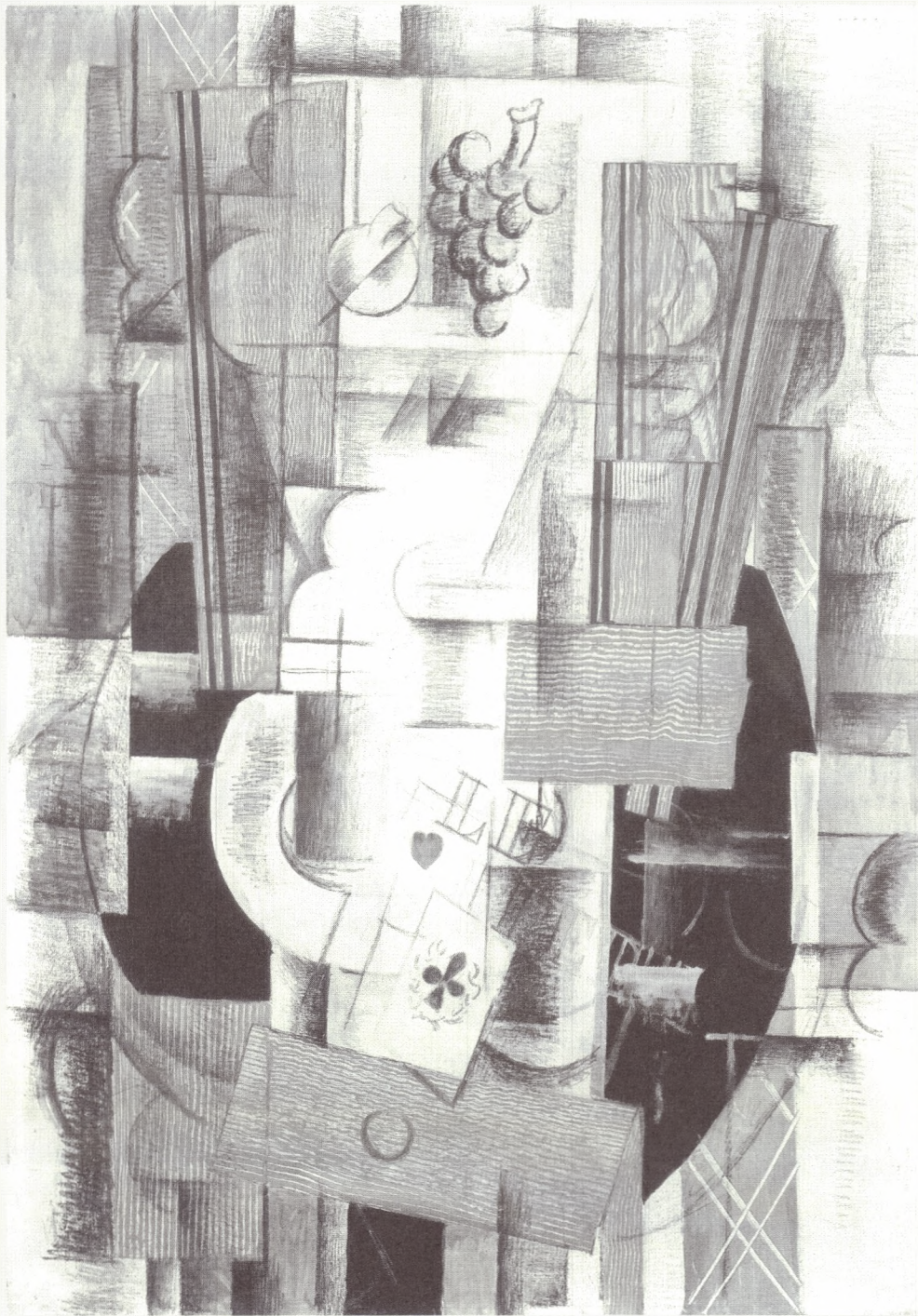
**A** seleções diretas internas do Partido dos Trabalhadores (nome oficial: Processo de Eleições Diretas - PED), inauguradas este ano, foram implementadas a partir de uma iniciativa do “campo majoritário” do partido, e visavam dois objetivos fundamentais.

O primeiro era aumentar a participação dos filiados, e ao mesmo tempo garantir um debate amplo entre os concorrentes. Isto deveria favorecer a cobertura do processo pela imprensa, e dar uma “aula de democracia à Nação”. A imagem do PT para a disputa eleitoral de 2002 seria portanto muito fortalecida. Um aspecto secundário, mas não irrelevante, desta construção de imagem, deveria ser a demonstração de eficiência nas apurações.

O segundo objetivo era aumentar a maioria do “campo majoritário”. Isto deveria ser uma consequência da própria ampliação do número dos votantes, mas principalmente do fato de que o peso das “estrelas” nacionais do partido, na sua maioria do “campo majoritário”, seria maior. Pensava-se que uma chapa com quase todos os “grandes nomes” do PT, Lula inclusive, esmagaria as concorrentes. A maior cobertura da imprensa deveria reforçar esta tendência.

## Os riscos do processo

Da parte dos que se opunham a esta mudança de regras – entre os quais a tendência Democracia Socialista tinha destaque – havia o temor de que de fato a realização de eleições internas “diretas” beneficiaria o “campo majoritário”, principalmente a partir de uma incidência muito maior da grande imprensa nas questões internas do partido, e secundariamente através do encarecimento da campanha, que acentuaria a desigualdade de condições entre os concorrentes. Havia também o temor de que o debate político seria mais personalizado e menos programático, e de fato mais reduzido; e de que a “personalização” da disputa interna obrigaria a uma ampliação do peso dos parlamentares, em detrimento de militantes com menor acesso à imprensa, o



GEORGES BRAQUE, COMPOSITION WITH THE KEY OF CLUBS, 1913

que acentuaria a distorção já existente, de o partido funcionar cada vez mais como partido eleitoral, institucional.

Além disto, os que se opunham à mudança de regras não aceitavam o argumento de que eleições “diretas” são sempre mais democráticas do que eleições através de congressos. Pelo contrário: se democracia inclui o debate democrático das idéias, e a possibilidade da síntese das diversas posições, a realização de um congresso (ou como costumamos chamar no PT, encontro) é um momento de máxima expressão da democracia. E da forma como a coisa vai acontecer agora – o encontro do partido será realizado com a direção já eleita, e com as posições do “campo majoritário” já aprovadas previamente na forma da “tese-guia” – há um risco sério de que este momento da democracia partidária seja esvaziado.

Aliás, um exemplo importante de que um processo de eleição de delegados pode ser perfeitamente democrático, e de que possibilita mais debates, é o do orçamento participativo, da forma como tem sido conduzido em diversas cidades e pelo governo democrático e popular do Rio Grande do Sul. Os cidadãos e cidadãs participam das assembleias, discutem, aprovam propostas e elegem delegados que os representarão nas assembleias regionais e estaduais.

## Pouca cobertura da imprensa

Este era o debate sobre as “eleições diretas” antes de elas se realizarem. Qual é o

balanço que podemos fazer depois?

A primeira coisa que deve ser dita é que já o processo preparatório foi muito diferente do que era previsto, especialmente naquilo que deveria ser o seu maior diferencial em relação à experiência anterior: a cobertura por parte da grande imprensa. Ao contrário do que esperavam os propugnadores da idéia, ela foi bastante reduzida: apenas ligeiramente maior do que de costume, e isto numa situação em que o candidato do PT lidera todas as pesquisas de intenção de voto para a presidência da República. O “PED” não esteve sob os holofotes da mídia. Isto foi uma surpresa, mesmo para muitos dos que se opunham às “eleições diretas”.

Por outro lado, esta limitação da cobertura da mídia teve sua contrapartida positiva, do ponto de vista dos que se opunham ao processo: não houve uma interferência da grande imprensa nos assuntos do partido, e uma distorção do debate a partir daí, maior do que a que tem existido desde a fundação do PT.

Uma segunda coisa que deve ser dita ainda sobre a fase da preparação, é quanto às distorções da campanha por conta do seu maior custo e das desigualdades de recursos entre as chapas e candidatos. O sistema aprovado, que garantiu a presença de todos os candidatos e de todas as chapas em um mínimo de debates nacionais, e que cobriu uma parte dos custos da campanha (além de viagens, a impressão e distribuição de cadernos de teses com 120 mil cópias – o número de filiados com carteirinha e portanto, com endereço com-

pleto), fez com que o crescimento dos custos provavelmente não tenha significado um crescimento da influência das desigualdades de recursos. Não que isto signifique que a igualdade entre todos os concorrentes tenha sido garantida – não houve limites para o teto de gastos das chapas, não houve paridade no envio de material de propaganda, e principalmente não houve paridade nos “esquemas” de transporte de filiados (e não poderia haver, já que estes “esquemas” não são oficialmente aceitos pelo partido, decisivos para os resultados em diversos municípios). O ponto é apenas que provavelmente a desigualdade de recursos não pesou mais do que em outras oportunidades.

## Participação reduzida

A realização de debates entre candidatos a presidentes e chapas foi importante, mas a participação neles foi muito reduzida, se comparamos com o universo de filiados, e mesmo com o número de votantes: participaram dos debates prévios entre os candidatos a presidente nacional e entre as chapas menos de 10 mil militantes, tendo votado 220 mil de um total de 850 mil pessoas aptas a votar, de acordo com a listagem nacional.

Isto nos leva a uma das questões mais importantes do balanço: esta participação não apenas não representou um crescimento, como não foi sequer a maior já conseguida. O 2º Congresso Nacional do PT, realizado em 1999, contou com a presença de 900 delegados, representando cerca de 230 mil filiados que elegeram delegados.

Em suma: o primeiro grande objetivo da mudança do processo, a ampliação da participação com ampla cobertura da mídia, caracterizando uma “aula de democracia”, foi claramente frustrado. E para piorar as coisas, o aspecto secundário (mas não irrelevante!) da demonstração de eficiência nas apurações se transformou num fiasco lastimável. Não apenas a eficiência não foi demonstrada, como o atraso na apuração, na totalização e na divulgação dos resultados deu base a interpretações maledicentes, expondo constrangedoramente o partido.

A questão de por que a participação não aumentou é também instigante, e merece uma breve análise.

Por que ela deveria aumentar? Naturalmente, porque a possibilidade de votar diretamente para todos os cargos, associada à maior cobertura do processo pela mídia, deveria estimular os filiados a votar.

Ora, se é correto definir desta maneira as razões da crença na ampliação, não é difícil explicar porque ela não ocorreu. Começando pelo mais óbvio, não houve a grande cobertura pela mídia. Uma segunda razão provável é que os filiados não devem sentir-se tão mais participantes pelo fato de votarem em mais listas e nomes. Mas certamente a razão mais importante é a seguinte: uma grande parte dos que votam, constituindo mesmo a grande maioria em muitos municípios, não vota pela motivação própria: vota por que é carregada para votar pelos “esquemas” já mencionados acima. E não há nenhuma razão para pensar que estes “esquemas” se motivem mais pela eleição direta, ou por qualquer outra forma.

Há um fato interessante que serve de confirmação indireta para esta análise: o

estado em que a participação mais cresceu agora, o Rio Grande do Sul, é neste ponto um estado ainda atípico. A proliferação dos “esquemas” de transporte de filiados ainda é recente, e está longe de ser responsável por uma parte muito grande dos votantes. Além disto, neste estado havia de fato uma maior motivação para votar – não pelo fato de as eleições serem “diretas”, mas pelo fato de que havia uma disputa real entre os setores do partido mais fortes no estado e o “campo majoritário” nacional (minoritário no estado). O fato de que em boa parte do processo havia três candidatos a presidente (e no final dois) do estado também ampliou a motivação. Existe, é claro, uma outra explicação para o crescimento da participação no Rio Grande do Sul: o próprio crescimento do PT no estado, bem maior do que no conjunto do país.

Por outro lado, São Paulo – estado em que os “esquemas” de transporte de filiados foram inaugurados, e em que têm mais peso – teve um dos comparecimentos de filiados mais decepcionantes.

### Manutenção da correlação interna

O outro grande objetivo do “campo majoritário”, a ampliação da sua maioria, também foi rigorosamente frustrado. Tanto a sua chapa, quanto o seu candidato a presidente, José Dirceu, tiveram votações praticamente iguais às do 2º Congresso, em 1999. E isto apesar do grande esforço de campanha realizado, inclusive do grande esforço pessoal do próprio José Dirceu, e apesar de a maioria das “estrelas” nacionais do partido ter-lhe dado seu apoio. Aliás, desta vez, o próprio Lula não apenas deu seu apoio como participou da chapa (desde que deixou a presidência nacional do PT, em 1995, Lula vinha sendo sempre eleito para o Diretório Nacional fora das chapas – formalmente, não participava de nenhuma).

Se analisamos os resultados das outras chapas, o que vemos é que o crescimento ou a redução das suas porcentagens corresponde muito de perto às recomposições realizadas. Ou seja, também neste caso não é a mudança do sistema eleitoral que explica a mudança das porcentagens. A chapa “Movimento” e a chapa “Socialismo ou Barbárie”, que perderam com relação a 1999, o fizeram principalmente porque setores que participaram delas em 1999 as deixaram em 2001. A chapa “Movimen-

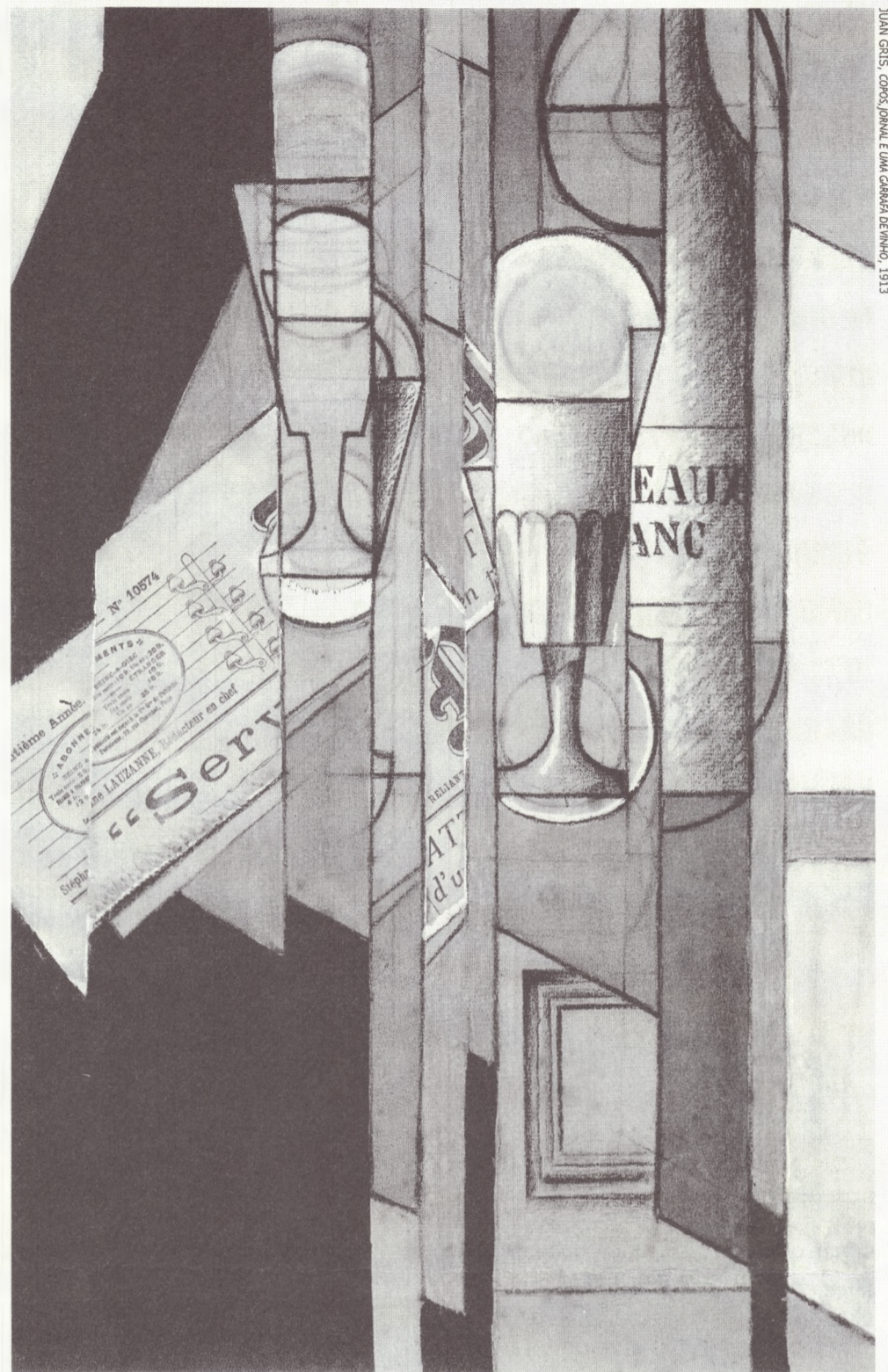
to” perdeu o setor que lançou em 2001 a chapa “Por um socialismo democrático”; a chapa “Socialismo ou Barbárie” perdeu a participação de uma corrente nacional – o Movimento por uma tendência marxista –, e perdeu o apoio de diversos setores de militantes de São Paulo, e de alguns setores do Rio Grande do Sul, do DF e de outros estados – todos integraram desta vez a chapa “Um novo mundo é possível, um novo Brasil é urgente”.

A chapa “Um novo mundo é possível, um novo Brasil é urgente”, formada a partir da chapa “Nosso tempo” de 1999, foi a que mais cresceu – passou de cerca de 10% dos votos para cerca de 15%, e seu candidato a presidente, Raul Pont, teve pouco mais de 17%. A maior parte deste crescimento se explica também por recomposições. Em relação a 1999, a chapa teve um grande crescimento no Rio Grande do Sul – e a maior explicação deste crescimento foi o apoio do governador Olívio Dutra, que encabeçou a chapa, além do fato de que a candidatura a presidente de Raul Pont fortaleceu a chapa principalmente no seu estado. A participação do Movimento por uma tendência marxista reforçou a chapa, especialmente nos estados do Ceará, de Santa Catarina e de Minas Gerais. Além disto, o crescimento da chapa foi expressivo em São Paulo – e se explica em grande parte pela participação de setores que em 1999 apoiaram a chapa “Socialismo ou Barbárie” e de setores que não estavam alinhados com nenhuma chapa. Em outros estados, também novos setores se somaram à chapa: no DF, no Mato Grosso do Sul, no Pará (o grupo que apoiava a chapa desde 1999 estava agora muito mais consolidado), no Rio de Janeiro. O próprio fato de que Raul Pont teve mais votos que a chapa se explica pelo fato de ele ter tido o apoio da chapa “Por um socialismo democrático”, que não lançou candidato a presidente nacional.

Em resumo: muito provavelmente, o fato de as eleições terem sido “diretas”, e não feitas em congresso por delegados, muito provavelmente alterou muito pouco o seu resultado.

### A vida partidária esvaziada

Como ficou a democracia? No fundamental, com os problemas que vinha tendo no PT há tempos: especialmente com os vícios da “urna aberta” todo o dia, da possi-



JUAN GRIS: CROQUIS, JORNAL E LUMA GARRA DE ENHO, 1913

bilidade de que os filiados votem sem ouvir nenhuma discussão, e dos “esquemas” de transporte de filiados para votar. Em alguns aspectos, podemos avaliar que houve pequenas modificações positivas. O controle do processo no município foi muito maior. As rígidas regras sobre prazos e listas possibilitaram mais uniformidade nacional e menos flexibilidade na sua aplicação, dificultando que maiorias regionais favorecessem seus aliados nos municípios.

Mas, embora não possamos dizer que já houve regressão na democracia do partido, isto acontece porque a situação anterior já era muito ruim. E podemos temer

que o novo Estatuto e o PED contribuam para aprofundar as características do PT como um partido em os espaços de discussão e de participação dos filiados são reduzidos e em que tudo gira em torno das eleições e da participação institucional.

Durante os anos noventa, uma década marcada pelo avanço da contra-reforma neoliberal, pela defensiva político-ideológica dos socialistas e pelo recuo dos movimentos da classe trabalhadora, nosso partido manteve-se contra a corrente organizando a resistência democrática e popular. No entanto, não saímos ilesos desta peleia. Ainda que tenhamos nos mantido na trincheira dos trabalhadores e oprimidos, vivemos processos de rebaixamento programático e organizativo.

Ao ingressarmos no século XXI novas esperanças se descortinam para a classe trabalhadora. No cenário internacional, a ordem neoliberal revela-se instável, e cada vez mais questionada pelos povos. No Brasil, recoloca-se a possibilidade de vencerem as eleições presidenciais.

Transformar estas esperanças em vitórias exige generosidade e ousadia, bem como aprender com os movimentos sociais, com as novas formas de luta do movimento antiglobalização e com as experiências dos governos e administrações populares. Para derrotar o neoliberalismo, o PT necessita afirmar com radicalidade as idéias da democracia participativa, com o incentivo à participação direta dos filiados e filiadas – valorizar as organizações de base e a presença partidária no cotidiano da vida do nosso povo. ■

João Machado é economista e professor da PUC-SP e Lucio Costa é membro do Diretório Regional do PT do Rio Grande do Sul.

## CANDIDATURA RAUL PONT.

**foi a candidatura de Raul Pont a presidente nacional. Raul, naturalmente, não precisa ser apresentado aos leitores do Em Tempo. Mas há coisas sobre sua candidatura que vale a pena assinalar.**

Lançada inicialmente pela DS, pelos participantes da chapa “Nosso Tempo” de 1999 e pelo Movimento por uma Tendência Marxista, a candidatura do Raul teve um papel decisivo na constituição de uma chapa mais ampla. Foi em grande parte a partir do apoio ao Raul que Olívio Dutra definiu sua participação na nossa chapa; o mesmo aconteceu com outros setores.

Uma referência especial deve ser feita a um dos apoiadores mais identificados com a candidatura de Raul, o prefeito de Campinas, Toninho, tragicamente assassinado poucos dias antes da votação.

## Uma das coisas que marcaram o processo de eleições internas do PT

A candidatura de Raul cumpriu com honras o papel que lhe fora atribuído: defender no interior do partido a atualidade do socialismo, inclusive a partir dos aspectos mais avançados das nossas próprias experiências de governo; defender a preservação da identidade do partido e combater a sua descaracterização; defender o caráter de um partido de lutas e de mobilização social para o PT. Estas posições tiveram grande apoio nos debates entre os candidatos a presidente nacional. Em geral, foi Raul quem polarizou com mais força com José Dirceu, e em vários debates ele teve mais apoio do que o candidato do campo majoritário. No entanto, como os participantes dos debates constituíam uma minoria dos votantes, e dadas as características do processo de votação, sempre foi claro que Raul não

poderia derrotar José Dirceu.

Cabe destacar, contudo, a votação excepcional que Raul teve no Rio Grande do Sul: 47% dos votos válidos, embora fosse também do Rio Grande do Sul outro dos principais candidatos, Júlio Quadros, atual presidente do partido no estado (que teve 23,6%; José Dirceu teve 23,9%). Este foi um dos poucos casos em que um candidato teve significativamente maior porcentagem de votos do que a obtida pelas chapas que o apoiavam (o que pode ser comprovado pela soma dos votos na eleição estadual das chapas que apoiavam o Raul). Ou seja: esta votação não se explica apenas pelo apoio de setores e de dirigentes do partido muito importantes no estado (como o próprio governador); explica-se pela liderança do próprio Raul. Merecidamente.

# 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA DS

**A Conferência, marcada pelo internacionalismo militante e pelo compromisso socialista, expressou um importante crescimento da Tendência Democracia Socialista – fruto da coerência de sua intervenção, mas também da mudança na conjuntura política nos últimos anos.**

João Machado

A Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores realizou nos dias 3, 4 e 5 de agosto sua 6ª Conferência Nacional, em Florianópolis, nas instalações da Escola Sindical Sul da CUT.

A Conferência começou com uma homenagem emocionada a três companheiros falecidos desde a conferência anterior: Otaviano de Carvalho, do Espírito Santo, Vânia Araújo, do Rio Grande do Sul, e Edgar Fraga, da Bahia. Otaviano foi um dos fundadores da tendência, desde o início um dos nossos principais dirigentes nacionais, o principal organizador da tendência e um dos principais construtores do PT no Espírito Santo. Vânia, militante revolucionária desde o movimento estudantil, era uma das principais impulsionadoras da atividade feminista da tendência, e participava da nossa coordenação nacional eleita em 1999. O companheiro Edgar teve uma trajetória distinta: ingressou na tendência há relativamente pouco tempo, oriundo de uma longa militância no movimento popular.

## Crescimento

Para caracterizar a conferência, provavelmente uma das coisas mais importantes a mencionar é que ela foi o momento em que constatamos o quanto foi expressivo o crescimento que tivemos desde a 5ª Conferência, há dois anos. Em dois estados em que em 1999 não tínhamos um trabalho organizado, agora temos: Pará e Mato Grosso do Sul. Além disso, estavam presentes companheiros que estão organizando a tendência no Distrito Federal (na verdade, trata-se neste caso da retomada da organização) e em Santa Catarina. Desta forma, a tendência tem uma presença direta em 16 unidades da federação. E as novas regionais foram formadas por grupos de companheiros com experiência política, que com sua integração à DS enriquecem nosso patrimônio comum.

Foi significativo o desenvolvimento da tendência onde nosso trabalho já estava organizado, com destaque para o Rio Grande do Sul e para os estados do Nordeste. Os de-

legados representavam no país o dobro dos militantes que tínhamos em 1999: hoje somos 1600 militantes com participação regular nas atividades da tendência, e com contribuição financeira ao PT e à DS.

É interessante notar que este crescimento nos últimos dois anos é distinto do que vinha acontecendo nos últimos anos. Ao longo dos anos 90, entre a 2ª Conferência (1991) e a 5ª (1999), o número nacional de militantes regulares da DS ficou basicamente constante; teve até mesmo uma ligeira queda.

## Coerência

Por que o quadro militante da DS teve uma mudança tão grande no último período? A explicação lógica é que estamos entrando em um novo período, mais favorável para a luta socialista; e que a DS foi capaz de compreender este novo momento e de ajudar a impulsioná-lo. Nossa tendência manteve ao longo de toda a construção do PT uma coerência na defesa de uma posição socialista que é reconhecida em geral pelos militantes do partido, e inclusive pela maior parte das outras correntes. Temos estado sintonizados com o que o PT tem feito de melhor, e temos sido participantes muito ativos das experiências mais promissoras do nosso partido.

São certamente estas questões – participação nas atividades que têm contribuído para a mudança do período, coerência na defesa de uma posição socialista e sintonia com os avanços que têm sido realizados no PT neste rumo – que explicam o crescimento mais expressivo da tendência, o realizado no Rio Grande do Sul. Este tem sido um estado privilegiado: tem a administração municipal mais antiga do PT (a de Porto Alegre), lançou o processo que tem sido considerado internacionalmente uma das novidades mais promissoras no campo popular (o orçamento participativo),

está lutando para dar continuidade aos diversos aspectos positivos da experiência de Porto Alegre e para ampliá-los com o governo estadual, e é o estado que sediou o Fórum Social Mundial de 2001 e que sediará o de 2002. Em tudo isto, a participação da DS tem sido importante.

## Internacionalismo

A mudança de período que estamos vivendo tem um caráter internacional. E a 6ª Conferência foi, sem dúvida, a conferência mais internacionalista que já fizemos. Houve várias razões para isto.

Em primeiro lugar, neste momento uma questão-chave para a orientação política dos militantes revolucionários é justamente a caracterização da mudança de período que está ocorrendo internacionalmente: os temas internacionais têm uma importância central na conjuntura, como há muitos anos não acontecia. Além disto, nesta conferência debatemos os textos preparatórios para o 15º Congresso Mundial da Quarta Internacional (a DS se identifica com as posições políticas da Quarta Internacional, e tem participado regularmente de suas discussões, de suas atividades e de seus congressos). A primeira discussão política da Conferência, a da situação internacional, foi realizada a partir de um informe do companheiro Livio Maitan, dirigente da Quarta Internacional desde os primeiros anos do pós-guerra mundial, e militante do Partido da Refundação Comunista da Itália. Outro representante da Internacional participou desta discussão: o companheiro Ernesto Herrera, do Uruguai, responsável pela coordenação do trabalho na América Latina.

A discussão foi ainda conduzida por contribuições dos companheiros da DS que haviam estado nas manifestações de Gênova e dos companheiros que estão

mais envolvidos na preparação do Fórum Social Mundial de 2002.

Além da nova situação mundial, a conferência discutiu também dois outros temas internacionais: a questão ecológica e o movimento de gays e lésbicas.

A discussão dos textos preparatórios para o Congresso Mundial e a presença importante de representantes da Internacional contribuíram para que esta tenha sido também aquela em que a identificação com a Quarta Internacional esteve mais presente. Também para isto há uma explicação clara: além da importância da contribuição da Internacional para a discussão da situação mundial, vem ocorrendo também que, desde a preparação do Fórum Social Mundial deste ano, no próprio Fórum e depois dele, muitos companheiros da DS têm encontrado com diversos companheiros da Quarta Internacional de outros países em diversas atividades militantes.

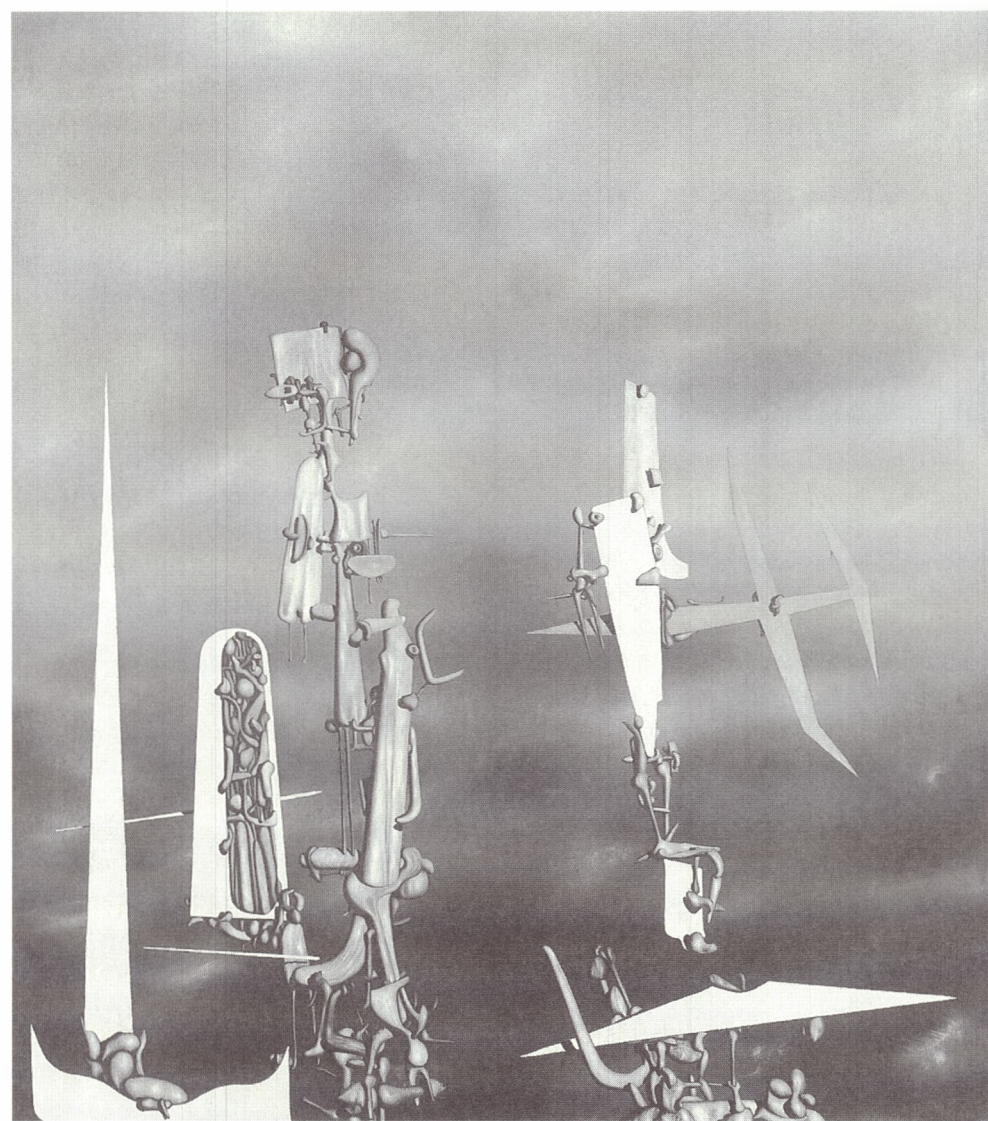
## Resolução nacional

Após os temas internacionais, a conferência debateu a Resolução Nacional, subdividida em duas partes: a conjuntura nacional e o PT, e a construção da DS (esta resolução está sendo publicada nos *CADERNOS EM TEMPO* que acompanha esta edição). Na questão da conjuntura nacional, o debate se centrou na crise política brasileira e na política do PT. Claramente, na visão dos delegados, podemos constatar um descompasso entre as possibilidades abertas para o PT e a orientação que predomina no partido, inclusive a da candidatura Lula. A maioria da direção nacional do partido tem mostrado uma vontade de ampliar alianças com poucos critérios e com um programa que se contrapõe de maneira limitada à política do governo FHC. A aposta parece ser a de que quanto mais moderação, maior a possibilidade de ganhar as eleições. Naturalmente, a DS se opõe a esta visão, e defende a necessidade de aprofundar a discussão de programa de governo em um sentido socialista. Foi aprovada uma resolução sobre a candidatura Lula em que, ao mesmo tempo em que Lula é reafirmado como o candidato do partido à presidência, é destacada a importância da disputa da orientação política da campanha e em particular do programa.

Com relação ao PT, a ênfase que tem marcado as discussões da DS sobre a disputa de rumos no partido foi mantida. Neste momento, esta disputa está centrada nos debates do processo de eleições internas. Já antes da conferência a DS vinha centrando sua intervenção na candidatura do companheiro Raul Pont à presidência do PT, bem como na chapa nacional em que participamos ao lado de outros setores do partido, e em candidaturas e chapas em diversos estados. Os delegados fizeram uma avaliação muito positiva deste processo (ver avaliação da pág. 6 e 7).

O encerramento da conferência, realizado por Livio Maitan, foi um dos momentos de maior entusiasmo.

Se pudermos resumir em poucas frases o rumo político que a conferência definiu, talvez possamos fazê-lo da seguinte maneira: a DS deve procurar ser no interior do PT o setor mais identificado com a retomada, o reforço e a renovação dos temas socialistas (inclusive a partir das experiências dirigidas pelo próprio partido) e com o movimento contra a globalização neoliberal. ■



VIES TANGU, 05/NOVEMBRO, 1951



# PREPARAÇÃO GANHA NOVO ÍMPETO

Com as reuniões do Conselho Internacional e do Conselho Brasileiro, composto por cerca de 50 organizações brasileiras, o processo de preparação do Fórum Social Mundial 2002 ganhou ímpeto. Isso se dá em um momento em que ocorre uma mudança importante na conjuntura internacional, com a retomada da iniciativa política pelo governo Bush em resposta ao atentado de 11 de setembro, a partir da orientação mais reacionária hoje disputando os rumos do campo político da burguesia internacional. O quadro ainda apresenta indefinições importantes, mas já impõe uma mudança em nossa atuação.

Para o movimento antiglobalização, a discussão feita inclui os seguintes aspectos:

- a definição de que a agenda prevista para o FSM deve ser mantida;
- ela deve incorporar a questão da paz, a defesa da autodeterminação e da soberania nacional, das liberdades civis, da tolerância religiosa e cultural, o combate ao racismo e à xenofobia e a luta contra a militarização e as agressões imperialistas;

sem prejuízo da articulação dos movimentos sociais em luta contra a globalização neoliberal, o FSM deve ser um momento destacado de luta pela paz e contra as intervenções militares contra os povos dos países dependentes, em um cenário onde a mundialização do capital e a dominação imperial norte-americana ganham feições cada vez mais agressivas.

O Comitê Organizador adotou, em Porto Alegre, no próprio 11 de setembro, uma declaração inicial. E o debate já deu ensejo à uma proposta, formulada pelo Emir Sader, de organizar em Porto Alegre o fórum "Um mundo sem guerras é possível" (ver págs. 10 e 11).

Esta discussão certamente ganhará novos elementos no próximo período e terá que acompanhar os desdobramentos da conjuntura, as iniciativas do governo Bush e a resposta que ela provocar, seja dos povos agredidos, seja do movimento pela paz.

## As atividades

A formatação da organização do FSM 2002 já está praticamente definida.

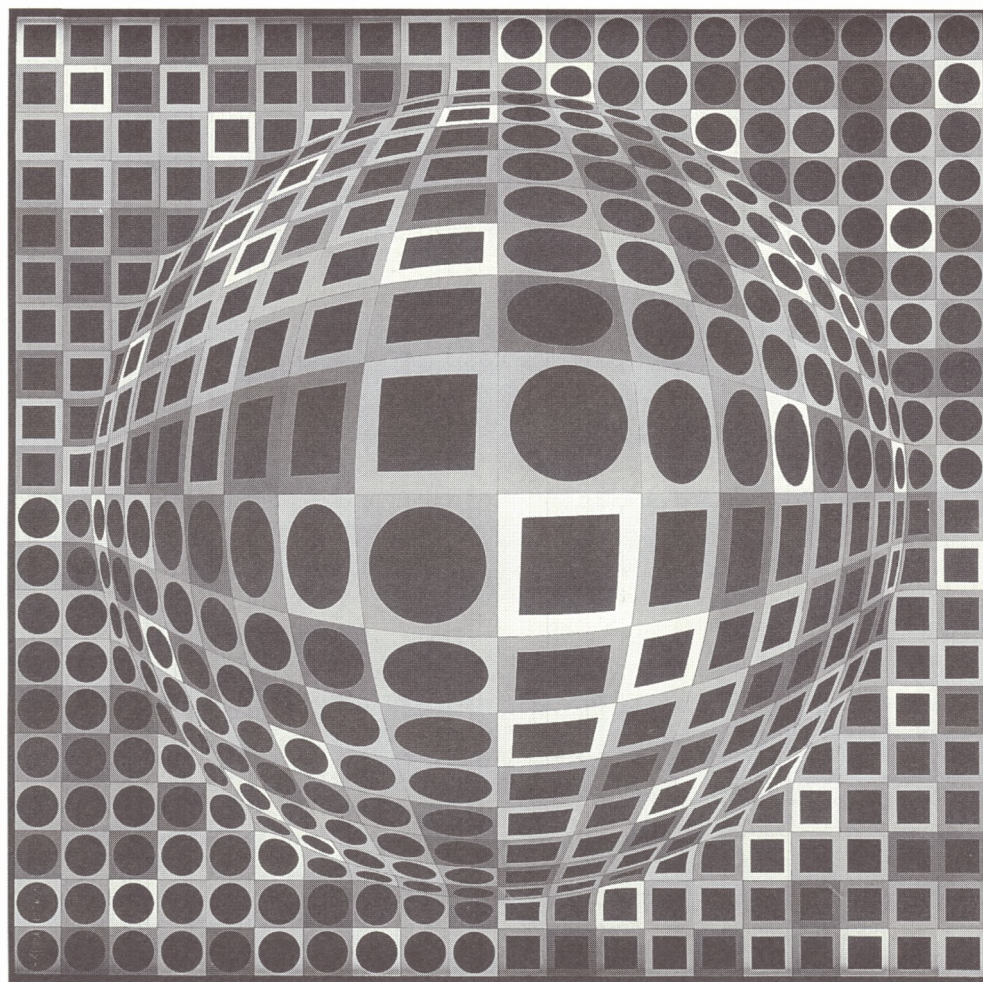
Procurando dar conta da presença, em Porto Alegre, em final de janeiro e início de fevereiro, de qualquer coisa entre 50 e 100 mil pessoas, o Fórum será composto por um leque muito diferenciado de atividades.

As conferências realizadas pela manhã são concebidas como sendo um momento de apresentação de alternativas ao neoliberalismo. Documentos serão lançados a partir de novembro e discutidos até o momento do Fórum. Estão previstas 24 conferências (ver box).

As Conferências Especiais serão espaços para a divulgação e debate de propostas elaboradas em grandes eventos que precederam ao FSM2002 (como o de Havana sobre Segurança Alimentar e o Fórum Mundial de Educação de Porto Alegre).

Os Seminários, tal como definidos na "Metodologia" adotada pelo Conselho Internacional do FSM, serão oficinas sobre temas de incidência no processo de articulação do movimento contra a mundialização neoliberal. As Oficinas serão realizadas nos mesmos moldes do ano passado.

Teremos também Atos políticos massivos, focados em determinadas campanhas, como o Tribunal de Dívida Externa (proposto pelo Jubileu Sul e inicialmente previsto para quinze mil pessoas), e uma



assembléia sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (que deve lançar a proposta do plebiscito, inicialmente previsto para dez mil pessoas). Os Testemunhos, à diferença de 2001, além de acontecerem ao final da tarde, poderão ocorrer também na parte da manhã. O MST tomou a iniciativa de articular um ciclo de três mesas de debate sobre o socialismo para um público bastante amplo.

Teremos Fóruns especiais, como os já previstos de *Autoridades Locais*, de *Parlamentares*, um em discussão entre centrais sindicais e outras organizações correlatas focada na *questão do trabalho*, um Encontro Internacional da Juventude e uma grande atividade dos ambientalistas centrado no debate da conferência da ONU do Rio+10, que seja realizada em 2002 em Johannesburg, na África do Sul. E está sendo discutida a proposta de um *Fórum específico sobre a paz*, para tratar a questão dos conflitos e sua resolução, buscando dar respostas ao cenário provocado pelos acontecimentos de 11 de setembro e seus desdobramentos.

Estas atividades ocorrerão junto com o *Acampamento da Juventude* (previsto para cerca de quinze mil pessoas) e o *Acampamento Indígena*, que desenvolverão também programações específicas dentro de seus espaços, abertas à participação geral.

Estão ainda previstas as *Coletivas de imprensa* e o *Circuito cultural* na cidade.

## Os objetivos políticos do FSM 2002

À luz destes elementos, alguns aspectos gerais podem, do ponto de vista internacional, ser hoje definidos como possíveis objetivos políticos do FSM2002, dependendo do processo de construção prévia que empreendamos, bem como da evolução da conjuntura, isto é, do espaço que o movimento antiglobalização volte a ocupar até o Fórum, no início de fevereiro:

- oferecer um momento de reencontro, reflexão, planejamento e emulação, depois dos confrontos de Gênova e da dura conjuntura aberta em 11 de setembro;
- o fortalecimento do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, de um lado, e a formação de uma Aliança Social Mundial (ou outra iniciativa dos movimentos sociais), de outro, para continuarem desenvolvendo a mobilização contra a globalização neoliberal, em um cenário a curto prazo mais adverso, com iniciativas e um plano de lutas;
- a perspectiva de sairmos de Porto Alegre com duas ou três dezenas de documentos propositivos sobre os temas fundamentais do nosso movimento e da disputa que ele

**A preparação do Fórum Social Mundial 2002 está decolando no Brasil e no mundo. Estão previstas para Porto Alegre, no final de janeiro e início de fevereiro, dezenas de atividades simultâneas, para as quais são esperadas entre 50 e 100 mil pessoas.**

da Redação

trava, bem como com uma maior unidade política em torno da compreensão geral da conjuntura que atravessamos;

■ a realização de uma atividade que possa, no novo contexto internacional, ser um grande marco na luta contra a guerra e o racismo, contra o aprofundamento das políticas repressivas imperialistas, pela paz associada à democracia, justiça e igualdade, permitindo ao movimento contra a globalização e por um outro mundo politizar-se e recuperar iniciativa e espaço político; e,

■ de conjunto, sair de Porto Alegre com uma compreensão muito mais comum dos acontecimentos e das tarefas colocados para o movimento que combate a globalização neoliberal.

Mas objetivos importantes podem ser definidos também no terreno nacional:

■ o FSM2002 será a principal iniciativa política do governo do Rio Grande do Sul e pode ter um papel fundamental na disputa política contra a direita no estado; e

■ o Fórum ocorrerá no contexto de preparação da campanha presidencial de 2002, da definição do programa e campanha da candidatura Lula, podendo ser um espaço fundamental de reflexões que auxiliem nesta tarefa.

Estes elementos reforçam a necessidade de um amplo engajamento nos processos de formação e massificação de Comitês Estaduais de Apoio do FSM e dos seus Comitês de Juventude. ■

## CONFERÊNCIAS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2002.

As conferências têm o objetivo de mostrar propostas, plataformas e alternativas que estão sendo discutidas por redes, movimentos e organizações da sociedade civil que lutam contra a globalização neoliberal. Cada conferência é um espaço de debates, de construção de consensos e de diversidade de propostas. É uma oportunidade de análise e de reflexão em torno dos eixos temáticos.

### Eixo I Produção de Riquezas e a Reprodução Social

1. Comércio mundial
2. Corporações multinacionais
3. Controle de capitais financeiros
4. Dívida externa
5. Trabalho
6. Economia solidária

- ### Eixo II O Acesso às Riquezas e a Sustentabilidade
1. Saber - propriedade intelectual
  2. Medicamentos, saúde e Aids
  3. Sustentabilidade ambiental

4. Água - o bem comum
5. Povos indígenas
6. Cidades, populações urbanas
7. Segurança alimentar

### Eixo III A Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos

1. Combate à discriminação e à intolerância
2. Democratização das comunicações e da mídia
3. Produção Cultural identidade
4. Perspectivas do movimento global da sociedade civil
5. Cultura da violência e violência doméstica

6. Migrações, tráfico de pessoas (mulheres, crianças e refugiados)
7. Educação

### Eixo IV Poder Político e Ética na Nova Sociedade

1. Organismos internacionais e arquitetura do poder mundial
2. Democracia participativa
3. Soberania, nação e Estado
4. Luta pela paz, contra o militarismo, o complexo militar-industrial
5. Princípios e valores
6. Direitos humanos Desc (Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)

# POR UMA ALIANÇA SOCIAL MUNDIAL

**A primeira reunião internacional dos movimentos sociais, realizada no México de 12 a 14 de agosto, aponta para a formação, em Porto Alegre, de uma Aliança Social Mundial, capaz de conduzir as mobilizações contra a globalização neoliberal.**

Isabelle Bourboulon, Olga Otero e Christophe Ventura

Mais de 250 representantes provenientes de 38 diferentes países, de quatro continentes, participaram deste encontro internacional de movimento sociais, organizado por iniciativa do ATTAC-França, da CUT do Brasil, do Focus on the Global South e da Via campesina. Seus objetivos eram:

- identificar os atores da mundialização liberal: método e consequências;
- avaliar as ações e mobilizações internacionais dos movimentos sociais e militantes nos últimos dois anos;
- propor uma agenda de ações que poderão ser conduzidas em comum até o próximo FSM de Porto Alegre.

A intenção geral era de reforçar a convergência de movimentos sociais rumo a uma aliança social internacional que poderá ser formalizada no próximo encontro de Porto Alegre.

## O contexto político internacional

Este resumo foi elaborado a partir das intervenções de Eric Toussaint (CADTM), Bélgica; João Pedro Stedile (MST), Brasil; Nicola Bullard (Focus on the Global South), Tailândia; François Houtart (Cetri), Fórum Mundial das Alternativas, e Christophe Aguiton (ATTAC-França).

Em uma visão histórica, a ofensiva neoliberal conduzida há duas décadas, isto é, a partir da era Reagan-Thatcher, continua. Todavia, ela encontra dificuldades crescentes: crise dos países emergentes e crise do modelo de desenvolvimento dos países da periferia, crise do modelo de privatizações, instabilidade financeira, redução do crescimento e recessão – todos estes elementos de desestabilização do sistema se somam.

Em face desta situação e apesar das mobilizações crescentes, nenhuma concessão foi feita (veja-se o resultado do G-8 ou o impasse relativo à aplicação do protocolo de Kyoto). Daí a existência de uma crise geral de legitimidade do sistema e de suas instituições fragilizadas pela ausência de consenso entre as grandes potências e, portanto, mais vulneráveis à pressão externa. O que, porém, não é forçosamente uma

situação favorável, porque o risco é, na melhor das hipóteses, de se obter uma paralisia das instituições internacionais e não avanços positivos.

Face às mobilizações crescentes, as novas estratégias desenvolvidas pelas instituições da mundialização liberal são:

- a colonização dos organismos das Nações Unidas pelas forças econômicas;
- a cooptação de ONGs voluntárias, em particular das organizações de caridade e religiosas;
- o aumento da repressão local e internacional;
- a folclorização do movimento anti-mundialização liberal;
- a utilização cada vez mais freqüente do discurso e do vocabulário dos movimentos de contestação.

## Análise das lutas e mobilizações

Esta síntese foi feita a partir de cerca de 30 intervenções, principalmente de análises regionais apresentadas por Hector de la Cueva (México) e João Pedro Stedile (Brasil), Mirna (Índia) e representantes da Tailândia, Itália e Estados Unidos.

Observamos atualmente uma inegável intensificação das lutas e uma mobilização crescente das organizações e dos cidadãos contra a globalização neoliberal em nível local e internacional, mas com disparidades de força e de número nas alianças estabelecidas.

Na Índia, se as lutas locais são bem desenvolvidas sobre os objetivos concretos (como os bancos de genes e da biodiversidade, ou programas de educação), as alianças nacionais, difíceis de serem construídas devido à diversidade de línguas e culturas, inspiram a desconfiança pela rejeição tradicional das estruturas. Em outros países da Ásia (Tailândia), em troca, movimentos sociais, desenvolvidos na última década em resposta a uma pauperização do conjunto da população, trabalham em rede. Os resultados influenciam políticas ou afetam o plano judiciário. Alianças regionais são estabelecidas como mostra o desenvolvimento recente da Via Campesina neste continente.

Na América Latina, as lutas nacionais, sobretudo camponesas e indígenas, existem há muito tempo e, freqüentemente integradas para além do plano setorial, evoluem então como lutas políticas (como no Equador). A regionalização destas lutas está bem desenvolvida na América Latina, como ilustra o terceiro encontro da CLOC (Coordenação Latino-americana das Organizações Camponesas) realizado antes da nossa reunião e o sucesso das mobilizações contra a Alca. Em geral, os diferentes tipos de organizações se apropriam das temáticas transversais como a luta contra a OMC e os acordos de livre comércio, contra os organismos geneticamente modificados, contra as multinacionais, pelo acesso à terra pela recuperação do papel do Estado.

Para a Europa e a América do Norte, de Seattle a Gênova, alianças locais e nacionais se desenvolvem entre os diferentes atores dos movimentos sociais, representando os excluídos e os precários, os sindicatos, as associações; em contrapartida, são principalmente estas últimas que participam das alianças internacionais, principalmente as inter-regionais. A participação sindical varia segundo os países e as campanhas. Assiste-se nestes dois continentes à mobi-

lização crescente da juventude, quer seja no interior de organizações (MRG espanhol, movimentos universitários norte-americanos, coletivo Vamos francês, ou juventude de partidos de esquerda como na Itália etc.), ou de modo autônomo, com práticas novas de organização (rechaço das estruturas) ou de ação (mais violenta). Nos Estados Unidos em particular, onde há um grave problema de visibilidade das lutas na população (ligada em particular ao sistema midiático), estratégias de localização das lutas são priorizadas, principalmente para sensibilizar as primeiras vítimas do sistema (trabalhadores precários, mulheres e minorias raciais).

Geralmente, os militantes do Sul sofrem uma constante repressão violenta (prisões, intimidações, assassinatos de lideranças e repressão violenta – com mortes – das manifestações), enquanto no Norte esta repressão não existia até muito recentemente, mas vem vindo em um crescendo, com seu máximo em Gênova.

Globalmente, os problemas comuns identificados são:

- um crescimento da mobilização da juventude radical, pouco ou nada integrada;
- proporcionalmente a sua base militante, os sindicatos não camponeses são pouco presentes no terreno da luta anti-globalização. A conjugação só foi obtida em alguns países (Brasil, Coreia, Estados Unidos).

Os objetivos comuns são:

- melhorar a integração dos excluídos e dos jovens nas alianças nacionais, quer eles sejam ou não organizados (para estes últimos, deve-se propiciar sua participação nos debates);
- desenvolver as alianças nacionais ao máximo;
- desenvolver as alianças internacionais, tanto a nível setorial como em terrenos transversais, a nível regional e mundial. Estas alianças devem ser construídas por baixo, enraizando-se nas alianças locais.
- uma necessária articulação prioritária entre as lutas do Norte e do Sul, porque se

os movimentos do Sul são muito poderosos e enraizados nas populações, são as mobilizações no Norte que têm mais visibilidade política. O FSM responde a esta última necessidade. Ele também permitiu o êxito das alianças internacionais sobre a Alca e sobre Gênova.

Para responder a estes objetivos, uma reflexão de fundo é necessária sobre:

- os movimentos que nós representamos, para nos conhecermos e exacerbarmos nossa riqueza, isto é, nossa diversidade;
- os movimentos com os quais queremos trabalhar;
- os tipos de aliança que queremos;
- nossa resposta à repressão.

O espaço do FSM deve também ser aquele destas reflexões comuns.

## As estratégias de resistência

Durante o segundo dia de trabalho, os delegados se dividiram em grupos de reflexão em torno de quatro problemáticas:

- identificação dos pontos fracos da mundialização neoliberal;
- como se opor à estratégia dos atores da mundialização;
- como confrontar as instituições internacionais;
- como conseguir vitórias concretas.

As conclusões destes trabalhos destacam uma grade de análises e uma série de objetivos convergentes. A mundialização neoliberal e a totalidade de seus atores conhecem hoje uma crise de legitimidade cuja Conferência do G-8 e a amplitude da mobilização que ele suscitou são a última ilustração. Ela revela cada vez mais claramente seus limites (sistema de exclusão incapaz de resolver suas contradições). Se esta tomada de consciência está agora em seu ponto mais alto depois de Seattle, devemos perenizar este capital realizando um duplo trabalho:

- reforçar as articulações do movimento do local ao global e amplificar todos, respeitando as identidades: sensibilizar, infor-

## UM MUNDO SEM GUER

**Questões como a Palestina, a Colômbia, Chiapas, o País Basco, podem encontrar no Fórum Social Mundial 2002 os termos de uma paz possível.**

Emir Sader

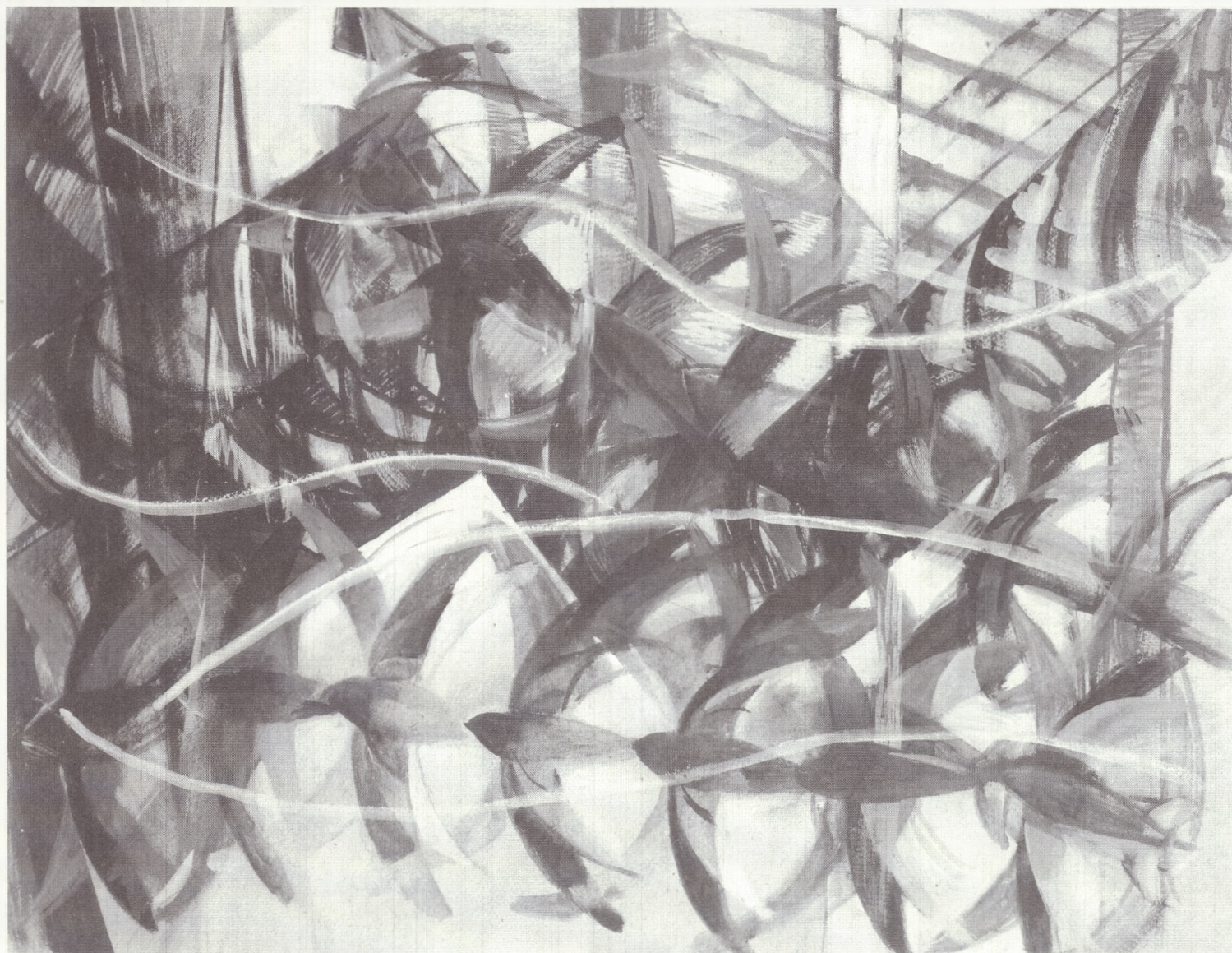
Quando terminou a guerra fria, seria possível supor que o mundo pudesse ingressar a uma era de paz. Chegou-se inclusive a propor que os recursos até ali

usados para armamentos fossem utilizados como fundo de desenvolvimento para os mais atrasados do mundo.

Depois de diminuir por um tempo, logo voltaram a aumentar os orçamentos militares e o comércio de armamentos. Por um lado, os EUA começaram a redefinir os inimigos, que justificariam a manutenção desses orçamentos: o narcotráfico, o terrorismo islâmico e países socialistas remanescentes. Por outro, ficou evidente o papel de reativador da economia que os investimentos militares continuam possuindo nas principais economias do centro do capitalismo.

A proliferação de conflitos no novo quadro internacional – dentre os quais Kosovo, Chechênia, Colômbia, Macedônia – foi funcional ao aumento da produção de armamentos, alimentando o seu comércio clandestino, acobertado pela limpeza de dinheiro nos paraísos fiscais. A própria América Latina voltou a ser incorporada ao mercado de armamentos.

Os focos de conflito no mundo se multiplicaram, na África, na Ásia, na América Latina e na própria Europa. A relativa estabilidade internacional advinda do equilí-



GIACOMO BALLO, 1913. WIKIMONIA, 1913

mar/se encontrar, debater, elaborar/construir agendas de mobilização comuns, desenvolver a comunicação e a informação alternativas.

- definir e afinar as prioridades e as demandas comuns nas dinâmicas das plataformas. As convergências temáticas aparecem claramente: acordos de livre comércio, comércio internacional, serviços públicos, dívida, especulação e mercados financeiros, exclusão e precariedade, problema da terra, tomada de decisão no seio das instituições internacionais, organismos geneticamente modificados e soberania alimentar, uniformização das culturas, militarização, gênero, bens comuns como a água, a energia, a biodiversidade.

Diversas propostas concretas emergiram entre as quais:

- privilegiar a luta contra a OMC, prio-

rizando a luta contra o AGCS e os Trips;

- denunciar a "privatização" da ONU (alguns levantaram a proposta de criar uma organização internacional dos povos como alternativa);

- desenvolver espaços apropriados nos encontros internacionais para conhecer as lutas regionais;

- desenvolver e apoiar as ações de boicote contra as multinacionais;

- sistematizar os debates contraditórios com os "global leaders" quando dos fóruns internacionais;

- fixar uma jornada de luta contra a mundialização

- estabelecer consultas para recensar as reivindicações e demandas locais a fim de dar-lhes um nível internacional.

O problema das alianças táticas com os partidos políticos foi evocado (não resol-

vido). A integração da juventude, das mulheres e dos sindicatos foi objeto de oficinas particulares. Para reforçar sua presença no seio do movimento internacional, as pistas são:

- jovens: espaços integrados nos encontros (em particular, FSM), um trabalho de informação;

- sindicatos: valorização do chamado dos movimentos sociais de Porto Alegre e das temáticas capital/trabalho e precariedade/exclusão;

- mulheres: reconhecimento do impacto particular da globalização, um trabalho específico das mulheres sobre a pobreza, os serviços públicos, a violência e a situação agrícola. Alianças com o movimento social sobre a educação, o trabalho e a questão indígena. A paridade nos postos de direção no interior das organizações.

## Agenda até o FSM 2002

O último dia de trabalho permitiu, além da adoção de um texto preparado por Hector de la Cueva e Isabelle apresentando nosso trabalho (ele deve estabelecer a ligação entre esta reunião e o próximo FSM, principalmente para as organizações que não puderam participar), de levantar as mobilizações e reuniões nas quais iremos participar daqui até o FSM e que procuraremos coordenar.

- Mobilização contra o Banco Mundial, Washington (Estados Unidos);

- Reunião da coordenação contra a Alca, Brasil;

- Mobilização em torno da reunião da FAO, Roma (Itália);

- Reunião contra a OMC, Beirute (Líbano) e mobilizações internacionais durante a cúpula da OMC em Qatar;

- Fórum Social Mundial 2002, 31 de janeiro-5 de fevereiro;

- Coordenações foram estabelecidas para desenvolver certas propostas feitas durante os dois dias anteriores. A proposição de um militante do ATTAC-França de organizar uma exposição em Porto Alegre durante o FSM sobre todas as mobilizações de apoio e de informação descentralizada sobre o FSM foi bem recebida. As demandas a serem submetidas ao Comitê Organizador do FSM foram formuladas, em particular a de integrar melhor os acampamentos dos jovens e dos indígenas no interior do FSM.

- Reunião da ONU sobre o desenvolvimento, Monterey (México).

Moções de solidariedade foram adotadas em apoio aos zapatistas de Chiapas e aos palestinos.

Uma avaliação do desenvolvimento da reunião, dos objetivos atingidos e dos objetivos ainda por serem atingidos foi feita pelo conjunto dos participantes. Sua síntese estará disponível em breve. Por nossa parte, notamos uma excepcional qualidade no desenvolvimento dos trabalhos, das intervenções e dos debates nas oficinas e em plenário.

Encerramos este encontro com uma intervenção por continente e uma canção em torno do slogan "Globalizamos la lucha, globalizamos la esperanza". ■

# RAS É POSSÍVEL

brío de forças entre as duas super-potências foi substituída por uma proliferação de conflitos, alimentados imediatamente por divergências étnicas e religiosas, mas tendo por detrás fortes interesses de corporações e de Estados de outros continentes - como as análises sobre o massacre dos hutus e dos tutsis e a guerra ainda vigente na República Popular do Congo (ex-Zaire) demonstra claramente.

O mundo é um lugar menos seguro - mesmo antes dos acontecimentos da terça-feira 11 de setembro deste ano - do que antes. Porém, os tempos do equilíbrio nuclear não voltam mais. Falou-se muita bobagem nestes dias - incluídos o presidente da república e o ministro de relações exteriores, sobre "guerra", sobre a importância maior do que aconteceu naquele dia do que a queda do Muro de Berlim, mas isto se deve a seu provincianismo e à falta de política externa do Brasil neste governo -, mas no essencial a hegemonia norte-americana segue vigente. O que mudou é a conjuntura atual, que pode se prolongar muito ou não, na dependência do próprio tipo de reação dos EUA.

A política do governo Bush tinha levado os EUA a uma situação de isolamento internacional, em que a iniciativa tinha passado para os movimentos de resistência à globalização liberal - evidenciado há pouco tempo em Gênova e ameaça se projetar nas próximas reuniões - da FAO em Roma, da OMC no Catar, entre outras. Agora a bola passa para o campo dos EUA, que recebe a solidariedade firme de seus aliados e tem o apoio interno para desatar represálias quase de qualquer tipo. De algozes, os EUA passam a aparecer como vítimas.

Suas reações foram, nos primeiros dias, cautelosas. Em primeiro lugar, pelo desconcerto. Em segundo, por se dar conta da sua vulnerabilidade - incluída toda a ampla rede de embaixadas e consulados pelo mundo afora - e da impossibilidade de agir sem se proteger. Em terceiro, pela consciência de que ações que satisfaçam o desejo de vingança da população podem ter resultados pífios comparados com o que sofreram suas cidades e, se postas em prática, teriam, pelo menos, que levar à morte comprovada de Osama Bin Laden. Além disso, existe a consciência que as

ações da terça-feira 11 só puderam ser postas em prática com o apoio de uma rede com penetração estratégica dentro dos próprios EUA e que suas pistas têm que ser buscadas e eliminadas, para buscar impedir que voltem a agir a partir do mesmo esquema.

O período histórico iniciado com o fim da URSS segue plenamente vigente. Os EUA seguem como única super-potência, com hegemonia mundial. Nada de importante do que acontece no mundo de hoje - nos planos econômico, político, militar, informativo, cultural - pode ser entendido fazendo abstração dessa hegemonia. Ela está mais forte política e ideologicamente. Nenhuma ação terrorista muda a história. A que serviu de estopim para a primeira guerra mundial já tinha um cenário pronto para a guerra, com dois blocos de forças preparados para os enfrentamentos bélicos. Nenhuma força se eleva hoje para se contrapor aos EUA. Se se pode falar de "guerra", não será de uma guerra convencional, mas de algum tipo de guerra de guerrilhas, ainda assim reduzida a modalidades de ações terroristas, com fins propagandísticos, sem forças que se contraponham uma à outra, sem defesa de território, sem alvos a atacar pelas forças constituídas dos EUA e da OTAN.

Mas apesar de todo esse quadro, um outro mundo, sem guerras, é possível.

Hoje, a paz no mundo tem que ter como temas centrais uma pacificação justa e duradoura do Oriente Médio, com a fundação de um Estado Palestino e a convivência pacífica com o Estado de Israel. Necessita ainda colocar o resgate da África como prioridade mundial. Qualquer política internacional que não coloque a África como seu alvo fundamental, está equivocada.

Será possível igualmente desativar os focos de conflito na Colômbia, em Chiapas, na Irlanda do Norte, no país vasco, na Chechênia, no Caxemira, na Macedônia, entre outros conflitos pendentes, se a ONU recuperar seu papel de organismos representante da comunidade internacional. Antes de que isso ocorra, o Fórum Social Mundial de Porto Alegre - que se realizará entre os dias 31 de janeiro e 5 de fevereiro de 2002 - abrigará, entre outras tantas atividades, um Fórum chamado Um mundo sem guerras é possível. Nele se apresentarão propostas de paz para vários desses conflitos, com os protagonistas desses acordos possíveis. Questões como a Palestina, a Colômbia, Chiapas, o país vasco, encontrarão aí os termos de uma paz possível.

O tema da paz é parte inerente essencial da luta por um outro mundo possível, justo, humano, pacífico, em que os conflitos se decidam por negociações e atendendo de forma equitativa a todas as partes. ■

# O SALTO NECESSÁRIO DO MOVIMENTO

**A nova conjuntura traz desafios para o movimento contra a mundialização capitalista, impondo um salto de qualidade a ser consolidado pelo FSM: maior politização, investimento na convergência das lutas e enriquecimento do seu programa.**

José Corrêa Leite

As mudanças na situação política internacional incidem pesadamente sobre o movimento contra a globalização neoliberal construído nos últimos anos.

O acirramento das contradições sistêmicas, a deterioração das condições de vida da maioria da população do planeta, a percepção crescente de que nos confrontamos como problemas cada vez mais planetários e o desenvolvimento de resistências ao neoliberalismo que passaram a articular sua ação local com uma intervenção global, alimentaram o movimento contra a mundialização do capital, que cresceu e ofereceu um ponto de convergência para os diferentes tipos de lutas com componentes anti-sistema. Estas mobilizações, sem perder suas especificidades, voltaram a poder se apresentar como portadoras de uma dimensão universal. É seu vigor que permite o surgimento de uma nova geração política rebelde, a primeira desde os anos sessenta nos países centrais.

A trajetória ascendente do movimento, o crescimento de seu apelo e legitimidade, a sua massificação, a incorporação de uma gama cada vez maior de movimentos sociais, a sua capacidade de influenciar as opiniões públicas e a agenda da globalização neoliberal são elementos perceptíveis desde Seattle. E nestas mobilizações um grupo de movimentos e entidades, as mesmas que se reuniram no México em agosto último (ver matéria das pgs. 10 e 11), tem funcionado como coluna vertebral deste processo, facilitando a convergência de lutas e oferecendo um rumo para o movimento.

Apesar disso, o movimento contra a globalização neoliberal estava confrontado, antes mesmo de 11 de setembro, com o desafio de dar um salto ou retroceder. Nas manifestações deste ano, assistimos um grande esforço dos governos centrais para conter os protestos, que iam das muralhas construídas em Quebec e Gênova, à balear manifestantes em Gottemburg e Gênova. A tendência a criminalizar o movimento já estava se tornando política geral dos governos da União Européia, e deu espaço, na Itália sob Berlusconi, a uma gigantesca operação repressiva com traços fascistas. Após Gottemburg e Gênova,

## DELIVERY



*- Tenham calma, crianças! O próximo avião só joga bombas, é no seguinte que vem o ketchup!*

uma ampla discussão se colocou no movimento sobre os métodos de luta adotados, focando em particular as consequências das ações diretas para sua imagem e a disputa de opiniões nas diferentes sociedades. Os governos centrais aparentemente já tinham tomado a decisão de não mais oferecerem, como antes, pretextos para as manifestações. A reunião do FMI/BM de 28 de setembro, em Washington, cancelada depois do atentado, provavelmente seria a última oportunidade para um protesto localizado e potencialmente disruptivo na cadeia de manifestações contra as instituições globalitárias.

Os problemas não se restringem à dinâmica das manifestações. Dizem respeito também, à composição do movimento, muito diferenciado conforme o continente e o país, as distintas culturas e a presença da esquerda revolucionária no seu interior. Também aqui, a dinâmica é distinta nos países anglo-saxões, de um lado, e na América e Europa latinas, de outro (para não falar da Ásia, da África e dos países árabes). O Fórum Social Mundial já estava sendo encaminhado como momento para um salto político (definição de um leque de propostas a serem assumidas como patrimônio do conjunto do movimento) e organizativo (possível formalização de uma Aliança Social Mundial, para coordenar as mobilizações e lutas contra a globalização em curso e a internacionalização do próprio Fórum).

### A envergadura dos novos desafios

Agora, os desafios são maiores, os processos acelerados e o salto obrigatório.

Em primeiro lugar, torna-se mais difícil dizer que combatemos somente as instituições multilaterais ou a globalização neo-

liberal. Isso tem que ser mais articulado com a denúncia do império norte-americano, que estrutura as relações de poder no mundo, e das guerras que ele trava. As últimas guerras de intervenção na periferia – a Guerra do Golfo, contra o Iraque, em 1991, e a Guerra dos Balcãs, contra a Iugoslávia, em 1998 – contaram com respaldo popular nos países centrais. A de Kosovo foi, inclusive, apresentada como uma “guerra humanitária” e seus críticos ficaram bastante isolados. Agora, os alvos da ação militar, Osama bin Laden e o regime Taleban, são novamente aberrações políticas indefensáveis. Mas quem sofre as consequências da intervenção militar é o povo afegão, que vive uma catástrofe humanitária em um país destruído por vinte anos de conflitos. A luta contra a guerra só pode ser sustentada de forma consistente como uma luta contra a dominação imperial dos Estados Unidos no mundo, como a luta ampla por uma outra globalização e um outro mundo, onde a miséria e a intolerância não encontrem lugar.

Em segundo lugar, a conjuntura dificulta a convergência de movimentos sociais. O movimento contra a globalização neoliberal pode avançar porque iluminou a raiz comum dos problemas com que se chocam os mais diferentes movimentos sociais, movimentos que não tinham que partilhar de um diagnóstico comum do mundo para lutarem pelos seus interesses específicos. A OMC, o FMI, o BM e o G8 são responsáveis pela condução das políticas que mobilizam contra eles camponeses, ambientalistas, operários, mulheres, ativistas dos direitos trabalhistas ou humanos, etc. Na medida que a luta contra a guerra se torna um fator de clivagem, isso exige um salto na unidade política do movimento e a explicitação de um discurso mais difícil de ser assimilado por cer-

tos setores sociais.

A luta pela paz é a luta contra a globalização das corporações. Mas nos Estados Unidos movimentos como o ecológico e o sindical têm mais limitações para encampar, em lutas de massa, demandas que não podem ser apresentadas como expressões de suas reivindicações específicas. A disponibilidade para um engajamento político geral cresceu muito, nos últimos anos, entre a juventude e isso revitaliza os membros ainda ativos das gerações militantes passadas. Mas resta saber se ela se manterá em um clima ideológico mais adverso. Pode ser necessários um processo mais complexo e experiências práticas mais contundentes para permitir que o movimento volte a atingir o patamar de influência que estava disputando no momento anterior. De qualquer forma, o caminho já trilhado não será abandonado: um movimento significativo contra a globalização neoliberal nos Estados Unidos será parte de um movimento internacional.

No restante do mundo, a capacidade do movimento dialogar com amplas parcelas da população e com distintos movimentos permanece colocada, mas terá que ser atualizada para reconquistarmos espaço de ação e não ficarmos espremidos entre nacionalismos reacionários, como os norte-americanos e mulçumano. Contra as forças do sistema – que apresentarão toda dissidência e todo movimento contestador e radical como terrorismo efetivo ou potencial –, o movimento contra a globalização neoliberal tem que mostrar como a ditadura do capital financeiro e de suas instituições cria um mundo cada vez mais desigual e injusto, como o domínio imperial norte-americano é o principal fomentador da violência no mundo e como o terrorismo de estado só aprofundará o inte-

grismo religioso dos excluídos. Frente a isso, necessitamos uma outra globalização, solidária e apoiada em instituições de regulação mundiais democráticas.

Para avançar no diálogo e na convergência de forças nesta luta, necessitamos agora de *um enriquecimento programático de conjunto do movimento*, que se dê a partir de suas próprias experiências e reflexões, que possibilite um avanço no desenvolvimento de uma compreensão comum dos acontecimentos que vivemos e das tarefas que eles colocam.

### Disputa que polariza todo o cenário

Em terceiro lugar, a “guerra contra o terror”, e, de modo mais geral, a prepotência imperial tornou-se *um importante foco da disputa político-ideológica*. Em torno dela não pública mundial através do movimento pela qual setores sociais se coloquem como atores políticos, seja o seu anestesiamiento e atomização pelas instituições de dominação estabelecidas, aceitando o pensamento único ou o integrista religioso. Teremos que travar uma dura batalha pelo entendimento do que está se passando. E para isso necessitamos *construir um discurso alternativo* — eficaz tanto na periferia como nos países centrais —, que capacite o movimento a acolher todos que buscam a lucidez e a conquistar uma legitimidade crescente. Podemos alinhar, tentativamente, alguns de seus eixos.

1. Seu centro deve ser o desvelamento das raízes estruturais do que está ocorrendo, o enraizamento dos conflitos nos interesses econômicos ligados à globalização capitalista, à mercantilização de todas as esferas da vida e ao modelo de civilização estabelecido, mostrando a responsabilidade dos países centrais e, antes de tudo, da política de Washington. Isso se espalha em todos os aspectos da organização da economia, do poder e da cultura: interesses geopolíticos ligados à manutenção da hegemonia imperial, controle das fontes de combustível fóssil no centro da atual

matriz energética, opressão das culturas tradicionais pela indústria cultural globalizada e pela mídia corporativa, aumento das fontes de riscos sistêmicos (da organização da economia a partir de um princípio de só valoriza o ganho imediato e aprofunda a desigualdade social à proliferação das grandes concentrações humanas em megalópoles cada vez maiores, do menosprezo do perigo representado pela energia nuclear ao desenvolvimento de tecnologias voltadas para a destruição de massa), etc. O movimento anti-sistêmico combate diferentes facetas de uma mesma realidade, que, todavia, repousa sobre alicerces que tem que ser atacados por todos.

2. É nestes marcos que podemos lutar pela paz no planeta, trabalhando pela solução política e não militar dos conflitos — alguns diretamente ligados à opressão imperial, como as décadas de guerra civil no Afeganistão, outros mais mediados porém igualmente agudizados pela atual estrutura de poder mundial, como a dificuldade de convivência pacífica entre israelenses e palestinos. Na Colômbia ou no México, em Euskadi ou na Irlanda do Norte, no Iraque ou na Península da Coreia, a luta pela paz exige a modificação das estruturas vigentes (com a eliminação de desigualdades e injustiças econômicas, sociais, políticas, culturais), o fim das intervenções externas, a democratização profunda destas sociedades e a construção de uma cultura de tolerância, respeito à diversidade e convivência entre modos de vida e crenças. Não há paz nem justiça através de guerras movidas pelo desejo de vingança e reprodução da dominação.

3. Mas temos que distinguir o terror contra inocentes da resistência legítima daqueles que por vezes não tem outro recurso para se fazer ouvir ou sobreviver. O discurso dominante associa toda ação armada ao terror, mas temos situações de guerras civis (como na Colômbia), de resistência popular contra invasões ou ocupações estrangeiras (como na Palestina), de levantes como o zapatismo, de movimentos separatistas que reivindicam o direito à autodeterminação (País Basco, Caximira,

Tetchenia, os tâmeis de Sri Lanka, algumas províncias da Indonésia) e mesmo de sublevações contra tiranias. A condenação do terrorismo como ação criminoso não deve levar à condenação das revoltas legítimas, expressões democráticas dos povos usurpados em seus direitos e sem outra opção para fazer valer sua soberania.

### Um abrigo para a razão

4. Se o discurso imperial funde a “guerra contra o terrorismo” com a guerra contra os Estados que respaldariam o “terror”, temos não só que explicar que a guerra gera novos terrorismos, mas também que os responsáveis pelos atentados devem ser trazidos perante a justiça como fruto de uma ação policial e não militar. Há, aqui, relações complexas entre o terrorismo, a intolerância e a criminalidade. A globalização neoliberal criou o caldo de cultura para uma mundialização do crime, a proliferação de máfias e o reavivar de xenofobias com traços fascistas. Quando o dinheiro é o único valor e toda a engrenagem da vida social gira em torno dele, ela tem que ser combatida para reduzir as margens de ação dos criminosos que se deslocam impunemente pelo planeta — a começar pelo combate aos paraísos fiscais, à ciranda financeira, à corrupção, à sonegação e à impunidade. É também um combate que demanda instâncias internacionais para o exercício da justiça, estabelecidas em bases democráticas, colaborando com governos igualmente democráticos. Mas se as instituições responsáveis pela administração da justiça refletem correlações de forças políticas concretas, modificações nesta direção só podem se produzir a partir de um aprofundamento da democratização em escala internacional.

Casos como os do genocídio em Ruanda, da guerra na ex-Iugoslávia, de ex-ditadores como Pinochet vêm evidenciando o clamor progressista de parcelas da opinião pública pelo estabelecimento de um sistema judiciário supra-estatal. Mas, se é assim, os principais acusados nestes

tribunais deveriam ser os líderes do Império: os Estados Unidos, com sua extensa folha de serviços de crimes contra a humanidade, teve um envolvimento ativo em todo tipo de atrocidades e fraudes à processos democráticos (da Indonésia ao Chile, do apoio a Saddam Hussein contra o Irã ao apoio ao Taleban no Afeganistão). Não é a toa que eles se opõem à efetivação do Tribunal Penal Internacional. Temos aqui uma dialética que se desdobrará por todo um período através da luta por novos princípios jurídicos — entre dois enfoques contraditórios entre si, o exercício do poder imperial legitimado por instâncias internacionais ou o exercício democrático da justiça em um terreno supranacional. Ela deve ser assumida pelo movimento por um outro mundo, sem obscurecer o peso das realidades políticas estabelecidas em nome de uma justiça abstrata (e, por vezes, irrealizável), nem ser recusada pelo nosso movimento em nome da *realpolitik*.

5. Na “guerra contra o terror”, os direitos democráticos e liberdades civis estão entre as primeiras vítimas. As medidas já aprovadas nos Estados Unidos reforçam a expropriação dos estrangeiros de quaisquer direitos e as forças policiais ganham poderes de vigilância total no país. As políticas das potências centrais tendem a se tornar mais xenofobas e repressivas. E estas medidas serão utilizadas para criminalizar todo movimento de oposição baseado na ação direta de massas. Frente a elas, a defesa dos direitos e liberdades, a luta contra a sociedade de controle e a defesa de uma cidadania universal ganham atualidade cada vez maior. Exigem também uma ênfase da defesa dos métodos de luta pacíficos pelo movimento contra a globalização neoliberal.

6. O recrudescimento da intolerância coloca a luta contra o racismo, a defesa da coexistência pacífica entre os povos e a defesa da diversidade cultural como elementos centrais de um projeto alternativo de vocação universalista. A sincronia entre os impasses da Conferência de Durban e os acontecimentos recentes é ilustrativa do lugar renovado que esta questão ganhou e da importância do multiculturalismo para nosso movimento.

7. As conseqüências nefastas do controle da mídia pelas corporações estão evidentes: não é mais necessário aos governos produzirem propaganda de guerra, que surge organicamente da indústria cultural e do espetáculo, estimulando a passividade e legitimando a mobilização militar. Temos que construir novas alternativas de informação, discussão e análise desde já, com os recursos de que dispomos, mas o desvelamento do seqüestro da mídia pelo capital e a luta por sua democratização devem ocupar um lugar de destaque no nosso discurso.

Quando o fundamentalismo do mercado se confronta com o fundamentalismo religioso dos excluídos e os poderes centrais apresentam a reafirmação de sua dominação como uma luta sagrada do “bem” contra o “mal”, nosso movimento deve abrigar todos que enfrentam os desafios do presente a partir da reflexão crítica sobre esta realidade. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre será o momento deste encontro e reflexão, o espaço para compartilharmos alternativas, a oportunidade para o salto político exigido pelo movimento contra a globalização capitalista. Um lugar de tolerância, democracia e solução política dos conflitos, um lugar da lucidez e da razão em um mundo em que os fundamentalismos, irradiados a partir do coração do império, avançam pelo planeta. ■

## A COMIDA QUE CAI DO CÉU



# BARRAR A AGRESSÃO AO AFGANISTÃO

**Depois dos ataques de 11 de setembro, a esquerda radical internacional tem que lutar em várias frentes contra as conseqüências regressivas da nova ofensiva do imperialismo norte-americano, agora contra o povo do Afeganistão.**

Comitê Executivo da  
Quarta Internacional

A resolução "Os ataques de 11 de setembro e a agressão contra o Afeganistão" foi adotada pelo Comitê Executivo da Quarta Internacional em 28 de outubro. Ela discute os desafios colocados para a esquerda pela nova guerra imperialista de Bush.

1 - A agressão imperialista lançada pelos Estados Unidos como resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001, que pela primeira vez atingiram seu território e em seu coração, não é um ato de legítima defesa, mas um ato de vingança guerreira contra todo um povo sob o pretexto de castigar seus dirigentes – como ontem contra o povo sérvio e, desde 1991, contra o povo iraquiano. Não é tampouco uma maneira de erradicar o terrorismo; pelo contrário, enfrentá-lo com o terrorismo de estado imperialista significa aumentar entre as populações oprimidas o ressentimento e o ódio, a partir dos quais se alimenta o terrorismo cego daqueles que compartilham com seus opressores um desprezo total pelas vidas humanas dos que não pertencem a seu próprio campo.

Esta terceira agressão vem em um momento em que os gastos militares dos Estados Unidos subiram fortemente desde 1999, depois de terem se estabilizado por vários anos em um nível equivalente à metade do que estiveram durante a "guerra fria". Pela terceira vez em onze anos os Estados Unidos se lançaram em uma nova agressão imperialista de grande envergadura, e confirmam desta maneira suas opções hegemônicas e intervencionistas depois da guerra fria. Deu-se um novo passo, depois do de Kosovo, na transformação da OTAN em uma aliança para intervenções militares sem limites geográficos.

2 - Por abomináveis que sejam os atos dos poderes opressores, estes não podem justificar o massacre de civis não combatentes, muito menos uma matança massiva tão horrível como a de 11 de setembro de 2001.

O que está em jogo aqui não é somente o humanismo revolucionário que faz parte da superioridade moral da luta socialista e internacionalista contra todas as opressões; é também a compreensão do tipo de combate e suas condições estratégicas.

## GUERRA E TECNOLOGIA



ANGELI, FOLHA DE S. PAULO, 21/09/2001

*- Game over!*

A dominação imperialista só pode ser vencida sob duas condições: a mobilização de massas entre as populações oprimidas dos países dominados e a pressão do movimento de massas dentro dos países dominantes contra o militarismo imperialista de seus governos.

Deste ponto de vista, atentados como aqueles de 11 de setembro são duplamente negativos: 1) realizados por redes de conspiração, colocam as populações das quais elas se reclamam como observadores impotentes do enfrentamento entre duas lógicas de terror; 2) ao matar sem distinção civis dos países contra os quais estão em luta, reforçam o apoio destas populações a seus próprios governos e, portanto, permitem a estes intensificar sua ação bélica e repressiva.

Estes atentados não são uma expressão de antiimperialismo, nem mesmo de tipo deformado. O uso do terror de massa é uma expressão de políticas e movimentos reacionários opostos aos direitos fundamentais dos povos. Fundamentalistas como o movimento de bin Laden defendem o capitalismo. Eles estão, ou têm estado, ligados a frações burguesas e a certos setores do aparato de vários estados reacionários, como são a monarquia saudita e as ditaduras paquistanesa e sudanesa. Estes grupos querem impor às populações mulçumanas um discurso de fanatismo religioso, antiocidental e não antiimperialista, anti-semita e não anti-sionista. Querem impor regimes políticos teocráticos ultra-reacionários, como os dos Talebans e servir-se da causa palestina para encobrir seus objetivos reacionários.

3 - Exatamente da mesma forma, as práticas terroristas dos governos imperialistas e das ditaduras burguesas dos países dependentes, em nome da "eliminação do terrorismo" e da defesa das populações civis em seus próprios países, não fazem mais que expô-las a riscos ainda mais graves. A violência à serviço da injustiça política e social

gera mais violência. Na medida em que os meios utilizados pelos opressores são mais esmagadores, mais facilmente surgirão entre as populações oprimidas alguns indivi-

duos dispostos a chegar aos piores extremos para produzir o maior estrago ao campo inimigo, tomando como alvo os mais vulneráveis, ou seja as populações civis.

## MOVIMENTO PERSISTENTE

**O vigor das mobilizações contra a mundialização neoliberal não arrefeceu.**

**Apesar dos apelos à união nacional, os movimentos sociais estão se mostrando duradouros e devem responder à novas exigências.**

Pierre Rousset

Um pouco mais de um mês depois de 11 de setembro, uma constatação encorajadora se impõe: os movimentos contra a mundialização capitalista não perderam sua dinâmica. Pelo

contrário. Nós tivemos um primeiro exemplo disso com as mobilizações de Liège, na Bélgica, quando da reunião do Conselho Europeu dos Ministros da Economia e das Finanças. Para se ater apenas à Europa, a experiência foi confirmada na Suíça, na Itália, na Alemanha, novamente na Bélgica... As manifestações foram frequentemente mais amplas do que o previsto. Novas convergências se afirmam entre as resistências às políticas neoliberais no terreno sócio-econômico e o combate pela paz.

### Mobilizações amplas

A mobilização mais notável destas últimas semanas na questão da paz reuniu duzentas mil pessoas na Itália, o que reflete a força das tradições militantes nacionais neste terreno, mas mostram também que a conquista unitária do Fórum Social de Gênova (transformado no Fórum Social Italiano) permanece viva. No fim de setembro em Gênova, sob a palavra de ordem "Não há paz sem justiça global", quinhentas pessoas participaram de uma reunião muito combativa e quatro mil de uma manifestação, com a presença de um cortejo francês. Na Alemanha, a associação Attac acaba de ser formada em uma assembleia que reuniu em Berlim mais de dois mil representantes. Finalmente, em Gand,

A verdadeira eliminação do terrorismo tem como condição indispensável a eliminação de todos os terrorismos, tanto dos governos como dos grupos e redes. Isto só pode ser feito com a eliminação das injustiças políticas e sociais apoiadas na violência física e a criação das condições que dão pleno sentido aos direitos dos povos de decidir seu próprio destino—ou seja, as liberdades públicas e a democracia política em todos os lugares, os direitos dos povos à autodeterminação, a reorganização das relações internacionais com base na lei e na paz.

O respeito à vida humana não pode ser feito de forma seletiva:

- deve ser suspenso o embargo contra o povo iraquiano, que causou a morte de quase um milhão de civis em dez anos, e que continua matando quase cem mil por ano, a metade deles crianças pequenas, segundo dados da ONU;

- deve-se suprimir a dívida imposta pelos bancos e estados dos países ricos aos países dominados—uma dívida que reproduz a fome e a miséria e impede o desenvolvimento; e,

- deve-se assegurar a produção e a distribuição massiva de medicamentos que permitam a supressão das epidemias, como a aids, que destroem grande número de pessoas nas regiões mais pobres, especialmente na África.

4 - O fanatismo terrorista que golpeou os Estados Unidos em 11 de setembro tem suas raízes nas tendências alimentadas e favorecidas pelo governo norte-americano. Este, junto com seu bastião petrolífero, a monarquia saudita — o estado mais obscurantista e reacionário do mundo — promoveram e manipularam o integrismo islâmico em sua luta contra o nacionalismo progressista e o “comunismo”. Esta manipulação chegou a seu ponto culminante com o apoio dado às facções integristas no Afeganistão durante quase duas décadas. Contribuíram assim para criar aqueles que hoje se voltam contra eles, utilizando os

métodos que eles mesmos ensinaram.

Os imperialismos ocidentais demonstram um cinismo e uma hipocrisia sem limites. Castigam o integrismo islâmico em nome da democracia e dos direitos das mulheres quando este integrismo assume um aspecto antiocidental, como no caso do Irã. Mas não dizem uma só palavra sobre a opressão das mulheres quando este integrismo islâmico tem a cara da monarquia saudita, apoio estratégico do imperialismo na exploração dos recursos naturais da península árabe, principal depósito de petróleo do mundo.

5 - O petróleo — sangue vital do sistema capitalista e principal causa dos desequilíbrios ecológicos — sempre foi um dos focos centrais das políticas imperialistas nesta região do mundo. Este fato é reforçado quando entram em cena administrações tão diretamente vinculadas a interesses petrolíferos como as dos Bush, pai e filho.

A luta contra o terrorismo tornou-se, assim, um pretexto para objetivos que não tem nada a ver com essa finalidade. Os Estados Unidos assumiram unilateralmente o papel de juiz planetário — buscando impor sua lei ao resto do mundo, colocando-se acima de toda forma de direito e instância judicial internacional. Apresentaram o começo de sua agressão contra o Afeganistão como uma operação policial-militar com o objetivo de destruir uma rede de alguns milhares de “terroristas”.

Rapidamente apareceu o verdadeiro objetivo: estabelecer no governo de Cabul outro agrupamento de integristas e reacionários de todo tipo, totalmente submissos ao governo dos Estados Unidos. Enfim, o objetivo real da operação é agora terminar os esforços de mais de duas décadas para consolidar seu controle sobre toda esta região e assegurar a dominação dos Estados Unidos sobre o Afeganistão, como plataforma, junto com o Paquistão, para seus desenhos geopolíticos. No início do processo, seu objetivo era desestabilizar a

URSS. Uma vez que esta desapareceu, o objetivo das empresas petrolíferas norte-americanas é dominar as fontes de hidrocarburetos da Ásia central.

Esta é a única maneira de entender porque, sob o pretexto de “luta antiterrorista”, não são somente as bases da rede al-Qaida que estão sendo bombardeadas. Com o objetivo de controlar o Afeganistão, a aviação norte-americana y britânica vem bombardeando as cidades e outros centros de população civil, provocando assim não somente numerosas mortes, mas também as condições para um verdadeiro desastre humanitário, que pode produzir centenas de milhares de vítimas. Além disso, os objetivos nebulosos do imperialismo nesta “guerra contra o terrorismo” são capazes de provocar uma extensão da violência com consequências incalculáveis, como por exemplo, o uso de armas nucleares, como foi mencionado em círculos dirigentes dos Estados Unidos.

A agressão dos poderes ocidentais faz ferver vários países muçumanos, dos quais o Paquistão é o elo mais fraco, criando assim as condições que podem levar ao poder neste estado — que tem suas próprias armas nucleares — setores religiosos fanáticos.

6 - A esquerda radical internacional enfrenta hoje a tarefa urgente de lutar em várias frentes:

- parar imediatamente o bombardeio contra Afeganistão; defender os direitos das mulheres do Afeganistão e o direito do povo afegão a sua autodeterminação;

- barrar urgentemente o aumento da agressão permanente e do terrorismo de estado praticado pelo governo israelense contra a população palestina; defender os direitos legítimos do povo palestino;

- suspender o embargo assassino contra o povo iraquiano;

- impor ao governo Putin na Rússia o fim de sua agressão contra a população tchechena;

- denunciar as pressões imperialistas

sobre as negociações na Palestina, Colômbia e Irlanda, com suas ameaças de considerar estes países como objetivos militares em sua “luta antiterrorista” mundial;

- combater o racismo e defender o direito ao silo, ao mesmo tempo que condena o terror integrista e luta contra as concessões a todo tipo de fanatismo; denunciar os discursos da suposta “superioridade ocidental” e o aumento do racismo, onde são as populações imigrantes que pagam os custos nos países ocidentais;

- organizar uma resposta ao ataque às liberdades públicas e direitos democráticos nos países ocidentais; não são apenas as populações imigrantes que estão sofrendo a ampliação da vigilância policial, mas o conjunto do movimento social. Confirma-se e se reforça desta forma a escalada repressiva que, de Seattle e Praga a Gotemburgo e Gênova, procura deter o crescimento do movimento contra a globalização capitalista e neoliberal;

- lutar contra o aumento das demissões massivas, que utilizam a crise econômica como pretexto, ao mesmo tempo que os governos utilizam cada vez mais os fundos públicos para compensar a queda nos lucros de alguns setores capitalistas;

- lutar pelo desarmamento nuclear e a redução radical dos gastos militares e sua reconversão em gastos sociais e ajuda massiva ao desenvolvimento;

- lutar contra o projeto de abrir um novo ciclo de negociações nos marcos da OMC, que pretende estender a ofensiva neoliberal à agricultura e aos serviços, com um grande retrocesso para os povos mais pobres do planeta;

- exigir a supressão dos paraísos fiscais e das redes de lavagem do “dinheiro sujo”, como também o controle e a taxação dos movimentos de capitais.

Ao mesmo tempo que respeita a diversidade das mobilizações e dos motivos de luta, a esquerda radical internacional tem o dever de promover o conjunto das lutas das massas contra estes diferentes aspectos da ofensiva mundial do capital. ■

## E E PROMETEDOR

### AMERICANO EM SOLO AFGÃO



ANGELI, FOLHA DE 5 MAIO, 19/09/2001

por ocasião do Conselho Europeu, entre oito e dez mil manifestantes protestaram pela manhã, convocados pelos sindicatos, e entre doze e quinze mil à tarde, chamados pelos movimentos pela paz e contra a mundialização capitalista.

Nos Estados Unidos, a situação é mais

difícil. O movimento contra a guerra assume um perfil muito radical, denunciando a responsabilidade do governo norte-americano nas crises internacionais, enquanto os sindicatos, muito duramente atingidos — dois mil de seus membros morreram no atentado do World Trade

Center —, se colocam a favor de uma “justiça global”. Podemos, todavia, esperar que esta defasagem seja apenas temporária.

De conjunto, os movimentos de resistência à mundialização capitalista continuam a se desenvolver, apesar da sucessão de choques políticos (repressão das manifestações, atentados de 11 de setembro, guerra no Afeganistão). Para quem ainda duvidava, isso mostra em que medida a emergência destas movimentos não é uma “moda” passageira. Eles se inscrevem no longo prazo e participam da renovação das lutas sociais de conjunto.

### Dificuldades

Estes desenvolvimentos não se dão, evidentemente, sem problemas. O debate sobre as violências, aberto depois de Gotemburgo, não está necessariamente ultrapassado (principalmente no seio da direção do Attac-Suécia). Contudo, depois de 11 de setembro, o movimento soube responder ao duplo perigo da paralisia, da autocensura e da criminalização, mostrando que ele continua capaz de mobilizações massivas, sem recuar, mas também sem moderar suas exigências.

Além disso, a articulação entre a luta contra a guerra e o terrorismo de um lado, e os combates sociais de outro se dá de forma muito diferente segundo os países e suas tradições específicas; mais que nunca, ela deve saber aliar diversidade e unidade. O espaço sócio-político ocupado pelas lutas “antiglobalização” força todos

os outros movimentos (a começar pelos sindicatos) a levar em conta esta nova realidade, o que não se dá sem tensões.

Por fim, seu próprio crescimento coloca problemas para as organizações militando contra a mundialização capitalista. Attac-França, por exemplo, vive uma parada que ninguém previu no momento de sua formação, em 1998. Seu peso numérico e político na paisagem francesa se multiplicou em três anos. A associação tem, permanentemente, que digerir seu próprio desenvolvimento, o que não acontece espontaneamente.

Estas dificuldades são, antes de tudo, problemas de crescimento, inscritos em uma dinâmica positiva. Os “antiglobalização” devem enfrentar simultaneamente uma ofensiva política conduzida pelos governos social-democratas. A União Europeia joga simultaneamente as cartas da cooptação e da criminalização. A questão da mundialização será tema de todas as demagogias eleitorais.

E há mais. A União Europeia procura afirmar um espaço diplomático frente aos Estados Unidos, como vimos nas conferências de Bonn sobre o clima e em Durban sobre o racismo. Nesta perspectiva, ela tentará instrumentalizar nossas mobilizações vestindo alguns hábitos novos em seu projeto neoliberal. Digerindo seu próprio crescimento, o movimento contra a globalização capitalista vai assim ter que preservar sua independência política e organizativa, chave de seus sucessos futuros. ■

# DEPOIS DE GÊNOVA: ELEMENTOS PARA A

**Gênova permanecerá um momento importante na história das mobilizações e das lutas por causa da violência da repressão e da amplitude das manifestações, mas também pela distância entre a opinião pública e as frágeis decisões tomadas pelo G-8.**

Christophe Aguiton

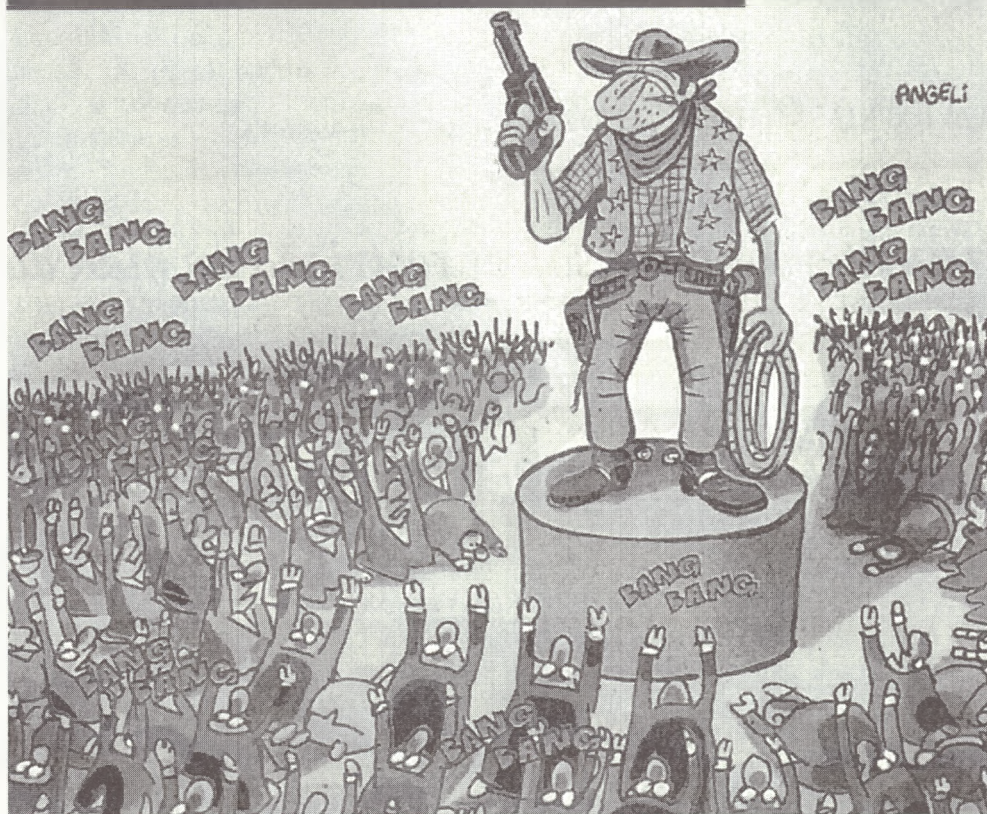
**S**e Gênova permanecerá um momento importante na história das mobilizações e das lutas, é por causa da violência da repressão e da amplitude das manifestações, mas também pela distância enorme entre a expectativa da opinião pública e dos manifestantes e as decisões tomadas pelo G-8. Esta reunião pôde constatar os desacordos entre os Estados Unidos e os outros grandes sobre o Protocolo de Kyoto, texto considerado pela maioria das associações ambientalistas como notoriamente insuficiente para lutar contra a emissão de gases do efeito estufa. E para a única decisão tomada, a criação de um fundo de intervenção para a saúde, as somas anunciadas (1,3 bilhões de dólares) são consideradas ridículas por todos os movimentos que trabalham nesse campo.

Essa pane do G-8 remete às divergências e às contradições entre grandes países, divergências que aparecem de maneira recorrente e que são uma das explicações do fracasso da OMC em Seattle. Mas a pane do G-8 ganha uma dimensão particular pela fraca legitimidade dessa instância. Lionel Jospin tornou pública sua dúvida sobre a utilidade de tais reuniões e François Hollande vai mais a fundo ao anunciar a "morte política do G-8". Klaus Schwab, o fundador do "Fórum Econômico Mundial" e das reuniões anuais de Davos, elas também perdendo legitimidade, avalia de seu lado que o G-8 não é mais a instância mais adaptada para discutir as "grandes questões concernentes à globalização".

Malgrado essa pane do lado dos grandes, a voz dos países do Sul se exprimiu muito pouco em Gênova. Se Abdoulaye Wade, presidente da República do Senegal, se deu conta da amplitude do movimento, prognosticando mesmo, como em 1968, sua extensão ao Senegal, não pôde, não mais que seus homólogos presentes em Gênova, se apoiar sobre a amplitude do movimento para formalizar uma política alternativa nem avançar em direção a uma aliança dos países pobres que possa fazer frente ao acordo dos países ricos.

As razões dessa fraqueza são conhecidas. Os países do Sul também estão confrontados com uma pane de orientação es-

## SEITA FUNDAMENTALISTA JOHN WAYNE



tratégica – os modelos terceiro-mundistas de desenvolvimento autocentros mostraram seus limites. As elites dos países do Sul aderiram massivamente ao credo neoliberal, ao mesmo tempo em que existe a ilusão de que, na "nova ordem mundial", eles poderiam ter um papel aproveitando a concorrência entre os grandes.

Mas o surgimento de uma oposição à globalização liberal, conduzida pelo estado do Sul, seria um elemento decisivo na relação de forças internacional.

Se, entre os países do G-8, as divergências foram expressas claramente, elas não são o único problema que os governos e as classes dominantes terão de resolver. Mais uma vez, o mais assustador, no discurso dos responsáveis políticos, é a fraqueza da argumentação com que procuram convencer as opiniões públicas de sua orientação.

Em Gênova, vimos se desenharem dois tipos de orientação.

A primeira, de George Bush e Tony Blair, assume claramente a escolha da globalização liberal, apresentada como a única solução, inclusive para os pobres do planeta que são sensatos e perceberiam isso. Essa orientação poderá se apoiar apenas em uma fração minoritária de uma opinião pública que manifesta mais e mais claramente suas inquietudes face à "mundialização liberal". Para tentar reunir o eleitorado conservador, George Bush e Tony Blair condenaram os "depredadores" com muita firmeza. Mas, também aí, o balanço de Gênova mostra os limites desta orientação: o governo Berlusconi, apoiador fiel da linha liberal da administração Bush, paga hoje o preço de sua política repressiva.

A segunda orientação se exprimiu sobre uma questão aparentemente tática: Jacques Chirac, rapidamente seguido por Lionel Jospin, manifestou sua "compreensão" pelos manifestantes. Os responsáveis políticos franceses seguiram a postura de Bill Clinton, que fez a mesma coisa em Seattle. Uma compreensão que tem seus limites: as autoridades francesas não condenaram, até agora, a atitude das autoridades italianas. Para Jacques Chirac, o problema é estritamente tático: trata-se, como ele fez sobre as questões ambientais – de buscar se estabelecer em todos os terrenos

que poderiam permitir à esquerda se delimitar para tentar, como em 1995, ganhar a eleição presidencial abocanhando um eleitorado que não é aquele da direita tradicional. Mas, por trás das evidentes preocupações eleitorais, os responsáveis políticos franceses tentam formalizar uma resposta às inquietudes da opinião pública. Eles não são os únicos a pensarem que será necessário percorrer, de uma maneira ou de outra, o caminho das reformas. Em seu editorial de 11 de agosto, o *Financial Times* se colocava nesse sentido. Todavia, nenhum sinal concreto mostra hoje que há um engajamento prático nesse caminho: seria necessário para isso um consenso entre os grandes, com o aval dos Estados Unidos em primeiro lugar.

## O movimento após Gênova

Antes de entrar no balanço da mobilização, vale a pena se deter sobre a sigla escolhida pelos movimentos italianos para designar seu quadro unitário: o GSF, o "Genoa Social Forum", filiação assumida ao "World Social Forum", de Porto Alegre.

Essa escolha é significativa de uma genealogia, certamente curta, mas rica de momentos fundadores e de lugares de cristalização de alianças e de movimentos. Há dois anos, em Paris, em junho de 1999, os encontros internacionais organizados por iniciativa do ATTAC e da CCC-OMC conheceram um sucesso que indicava a emergência de um movimento se manifestou claramente, em novembro do mesmo ano, em Seattle. Alguns meses depois, foi em Bangcoc que a primeira "aliança internacional" começou a se formalizar, com muitos parceiros que se encontrariam em toda a parte: ATTAC claro, mas também as diversas coalizões pela anulação da dívida dos países do terceiro mundo, Via Campesina, Focus on the Global South ou a KCTU coreana.

Em Genebra, em junho de 2000, o "comitê suíço do Chamado de Bangcoc" respondia ao apelo do mesmo nome e organizava uma conferência que seria muito importante para as mobilizações como Praga mas também para a construção do

movimento: foi lá que foram forjados grupos como o "Movimento de Resistência Global", bem implantado na Catalunha e em algumas cidades espanholas e, sobretudo, foi ali que foi lançada a convocação do Fórum Social Mundial de Porto Alegre.

Porto Alegre representou uma virada decisiva. Os diferentes movimentos puderam, lá, se coordenar para preparar as mobilizações futuras: Buenos Aires, Québec e, claro, Gênova. Várias delegações nacionais aproveitaram o evento para reforçar seus laços e formar um quadro comum de trabalho, em nível nacional. Foi o caso das forças italianas que definiram, em Porto Alegre, o marco que preparou as mobilizações de Gênova. Essa observação tem como objetivo relembrar uma história do movimento, que entretanto comporta diversas outras etapas e filiações (foi em Nice, por exemplo, que vários militantes e movimentos franceses decidiram preparar Gênova).

Não é necessário ver aí o menor determinismo militante: as grandes mobilizações certamente teriam tido lugar, com ou sem essa série de conferências e de encontros. Mas encadeamento aí realizado foi determinante para criar uma rede de confiança e de solidariedade militante entre os responsáveis dos movimentos sociais e militantes dos diferentes continentes. E sobretudo foi estabelecido um marco que alia a defesa sem concessão das reivindicações desses movimentos e uma vontade unitária permanente, que permitiu ao movimento crescer regularmente, sem contudo se fragmentar. É essa conquista que temos que preservar através de iniciativas e de encontros futuros.

Gênova representou uma virada pelo número de manifestantes, mas isso foi possível porque a reunião de forças que estavam no Genoa Social Forum (GSF) era de fato nova.

O fim dos anos 1970, o crescimento do autonomismo e depois os "anos de chumbo" tinham acelerado, na Itália, a dispersão dos grupos de militantes, aí incluída a esquerda radical. O início dos anos 1990 assistiu à volta das lutas operárias (elas tinham acarretado a queda do primeiro governo Berlusconi), uma recomposição política à esquerda, com a aparição da DS e da Refundação Comunista e o crescimento dos sindicatos não-confederados, graças ao surgimento do COBAS – ao mesmo tempo que os "centros sociais", antigos prédios industriais ocupados por militantes frequentemente saídos de correntes autonomistas conheceram um desenvolvimento importante, oferecendo espaços festivos e militantes à juventude. Mas estes novos quadros militantes trabalhavam pouco juntos.

## Renovação militante

Gênova marcou uma ruptura a esse respeito, ao mesmo tempo que uma nova geração militante se afirmava, ligando essas estruturas radicais ao mundo associativo italiano (Mani Tese, Lega Ambiente, ARCI etc.), particularmente ativo e implantado. O sucesso obtido pelo ATTAC-Itália, desde sua criação oficial, em junho, é significativo dessa renovação militante. Teremos que comprovar isso nos meses e anos que virão, porque não há nenhum automatismo nesta questão, mas Gênova bem poderá ser o ponto de recomeço das lutas na Itália em um quadro de recompo-



# DISCUSSÃO

sição bem mais favorável que aquele dos anos 1990.

Mais difícil é estabelecer o lugar do sindicalismo nessa recomposição. As três confederações italianas (CGIL, que era ligada ao PCI, a CISL, antigamente próxima à democracia cristã, e a UIL, ligada aos socialistas) ficaram fora da jogada. Se elementos próprios ao sindicalismo em geral e ao sindicalismo italiano em particular tiveram um papel nessa ausência, a responsabilidade primeira cabe aos dirigentes das confederações. No dia 19 de julho, o sindicalismo internacional e europeu (a CISL e a CES) organizou um debate sobre a mundialização com várias centenas de participantes, na grande maioria responsáveis de sindicatos italianos. Vittorio Agnoletto, o porta-voz do GSF, foi convidado e sua intervenção foi extremamente bem acolhida, com uma trovoadas de aplausos, exceto do lado dos responsáveis das confederações. O secretário-geral da CGIL, Cofferatti, ia a fundo no dia seguinte, em uma entrevista para o *Corriere de la Sera*, explicando por que não era necessário participar das manifestações de Gênova: elas não trariam propostas suficientemente positivas, o que um sindicato, que el está aí para negociar, deve antes de tudo levar em conta!

## Social democracia

Essa ausência confederativa vai dar espaço ao setores da esquerda sindical, sejam ou não membros das confederações (os COBAS e a CUB são independentes e, na CGIL, a tendência de esquerda "Alternativa Sindacale" tinha convocado as manifestações com a FIOM, a poderosa Federação dos Metalúrgicos). Pode-se esperar que isso impulse as confederações a entrarem na batlha contra a mundialização liberal, como a AFL-CIO fez nos Estados Unidos. O exemplo de Barcelona, onde as Comissões Operárias e a UGT, as duas principais confederações do país, foram obrigadas a chamar, ao lado da CGT anarco-sindicalista, as manifestações contra a realização de uma conferência do Banco Mundial, mostra que isso é possível. É um passo importante porque condiciona a aliança, que só poderá ser conflituosa, entre a mobilização da juventude e o movimento sindical, que representa ainda o essencial das forças organizadas do movimento popular.

Os partidos sociais-democratas poderão reagir mais rapidamente que as confederações que são próximas a eles. É o que, em todo caso, mostram as circunstâncias italianas, mas também francesas. Na Itália, a direção da DS (Democracia Socialista), o partido que dirigia, há ainda alguns meses, o governo que preparava o G-8, se dividiu para saber se era necessário convocar as manifestações de Gênova e, em todo caso, participou de todas aquelas que se seguiram. Na França, Vincent Peillon, porta-voz do Partido Socialista, lamenta também a ausência do PS em Gênova e, em uma tribuna publicada pelo *Le Monde* e assinada com Christian Paul, secretário de estado no ultramar, posiciona-se claramente pelos movimentos que se opõem à mundialização liberal. Para além das evidentes preocupações eleitorais, esse posicionamento do PSF encorajará os movimentos, ao legitimar suas ações.

Será necessário na França que analisemos o dado novo após Gênova e suas con-

seqüências para o movimento social e militante. A questão é saber se poderemos cristalizar uma relação de força que nos permitirá uma vitória em um assunto importante, cujo primeiro grande encontro é Qatar. Na volta das férias, a discussão deverá centrar-se nos meios de obtermos esta vitória: qual mobilização (manifestações em todas as cidades ou uma manifestação nacional em 10 de novembro?) e quais alianças (como melhor integrar o sindicalismo, como gerir nossa relação com os partidos e, em particular, com o PS etc.)

## A propósito da violência

Um dos elementos do balanço de Gênova foi a maneira pela qual o GSF foi construído e funcionou. Os italianos mostraram, nessa ocasião, que foram mestres na gestão da unidade na diversidade. A aposta não era tanto de manter juntos componentes de origem diversa, um problema bastante clássico, mas fazê-lo sem estalar um edifício cujos componentes tinham objetivos e estratégias bastante diferentes.

O Genoa Social Forum conduzia a

nam, de maneira metafórica, "declarado guerra" às autoridades italianas. O COBAS em seguida colocou em questão suas relações com outros componentes dos centros sociais, temendo violências que ultrapassassem o quadro fixado pelo GSF. Além desses debates, o GSF tinha que administrar as relações com os sucessivos governos. Isso explica o tempo empregado para realmente levar em conta as componentes européias e internacionais da mobilização e a dificuldade em explicitar os problemas com os componentes (oriundos de um pequeno número de centros sociais) que não se reconheciam no GSF.

No final, o balanço do GSF é inteiramente positivo. Ele foi legitimado, na Itália e fora, pela sua capacidade de se destacar das violências cometidas por certos grupos de manifestantes e pela denúncia firme das autoridades italianas, reais responsáveis pelo incrível desencadeamento de violência que conheceu Gênova nos dias 20 e 21 de julho. E se é útil compreender a dificuldade que o GSF conheceu, seu funcionamento unitário e sua capacidade de integração fazem dele um exemplo para as mobilizações futuras.



- Ali, eu soltando a bomba de Hiroshima; na outra, bombardeando o Vietnã, ao lado, eu explodindo o Camboja; depois lutando na Coreia, invadindo o Iraque... meu filho, guerra boa é guerra na casa dos outros.

campanha da dívida – muito moderada e marcada, na Itália, pelo peso dos religiosos –, até que o COBAS e o Tute Bianche entraram em cena, pretendendo penetrar na zona vermelha e utilizar meios defensivos, mas que os faziam mais parecer cavaleiros da Idade Média do que Gandhis modernos.

Ao preço de horas e horas de discussão, a aliança funcionou e se reforçou com o tempo. Ela permitiu integrar em um quadro comum os cortejos totalmente pacíficos, enquanto outros praticavam uma "violência simbólica". Pode, assim, representar a esmagadora maioria dos manifestantes.

O contrário desse acordo foi a dificuldade de gerenciar as relações com aqueles que eram exteriores ao quadro do GSF. O acordo – em um contexto complicado pelas tensões ligadas à eleição de Berlusconi e à instalação, em junho, de seu governo –, foi feito ao preço de tensões com os componentes mais radicais do GSF. Foi o caso, de início, com os Tute Bianche, que ti-

Mas Gênova, após Göteborg, impõe uma reflexão sobre a violência que pode acompanhar as manifestações. Ela deve permitir analisar as situações práticas e concretas de cada manifestação, tendo um ponto de vista mais geral, necessário para

## "Black Block"

Em Gênova, a delimitação entre o GSF e o que foi chamado de "black block" era clara. Se não é necessário criminalizar este (havia, claramente, agentes provocadores, policiais até mesmo militantes de extrema direita, mas a maioria dos milhares de participantes desse "black block" eram jovens radicais, italianos em sua grande maioria), sua orientação era claramente diferente daquela do GSF. Essa estava clara no plano ideológico – o GSF sendo taxado de "reformista" – e no plano político – o "black block" não pretendia cercar a zona verme-

lha ou mesmo ali penetrar, mas queria atacar os "símbolos do capitalismo", fachadas de bancos, carros luxuosos etc.

Se em Gênova a responsabilidade pelas violências cabe, inicialmente e antes de tudo, às autoridades italianas – que cometeram, ou deixaram cometer, atos que se acreditava serem impossíveis em um país democrático –, a separação clara entre os manifestantes do GSF e seus aliados europeus e aqueles do "black block" facilitou a demonstração pública disso. Os ataques contra as passeatas pacíficas, as violências cometidas contra os manifestantes presos e os espancamentos dos militantes na escola Diaz comoveram o mundo inteiro.

Em um nível mais geral, é muito importante recordar a vontade não-violenta da grande maioria dos manifestantes, mas a delimitação com aqueles que recusaram essa orientação não será sempre fácil.

## Risco de distanciamento

De fato, misturam-se uma raiva compreensível contra um sistema que produz, em grande escala, desigualdades, miséria e violência contra os mais pobres, e a idéia que o movimento pode se construir, apesar ou com a violência. Em apoio a essa idéia, há o fato de que Praga, não muito mais que Göteborg, não foi um ponto sem volta, a partir do qual o movimento cairia marginalizado pelas violências.

Se, em escala internacional, essa constatação é real, será necessário estudar mais de perto as realidades militantes após essas manifestações. Em Praga, por exemplo, o balanço não é conclusivo. Isso se explica provavelmente pelo fato – um caso único – de que os manifestantes vinham, em sua esmagadora maioria, de outros países. Mas será necessário esperar o balanço que farão os militantes suecos, com um pouco de distanciamento, para tirar lições mais gerais.

E existe um risco que é inteiramente certo: o de um distanciamento entre o movimento e a opinião pública, tendo como consequência a retração das forças mais reticentes a se engajarem na luta contra a mundialização liberal, a começar pelas confederações sindicais. Em Gênova, a atitude das autoridades italianas foi tal que a opinião atribuirá a elas a responsabilidade pelas violências, mas esse não será sempre o caso e o apoio que a opinião pública dará aos manifestantes é uma das chaves para o sucesso do movimento.

O exemplo do GSF todavia tem um alcance mais geral. Ele mostra que é possível recusar a violência e se delimitar daqueles que não partilham essa estratégia, apesar de ser realizarem determinados cortejos e os militantes se protegem das investidas policiais por meio passivos (capacetes, escudos plásticos etc.)

Uma outra pista, que apresenta a vantagem de manifestar ainda mais claramente a determinação mas também a não-violência do movimento, existe do lado dos métodos norte-americanos que foram apresentados em Gênova por Liza, uma militante californiana (suas atividades de formação foram largamente veiculadas pela mídia). Trata-se de ajudar os manifestantes organizados em "grupos de afinidades", a resistir, pacificamente, o maior tempo possível às intervenções policiais, mas sem capacetes ou outros meios de defesa pessoal.

Paris, 11 de agosto. ■

# A MÚLTIPLA CRISE DA GLOBALIZAÇÃO

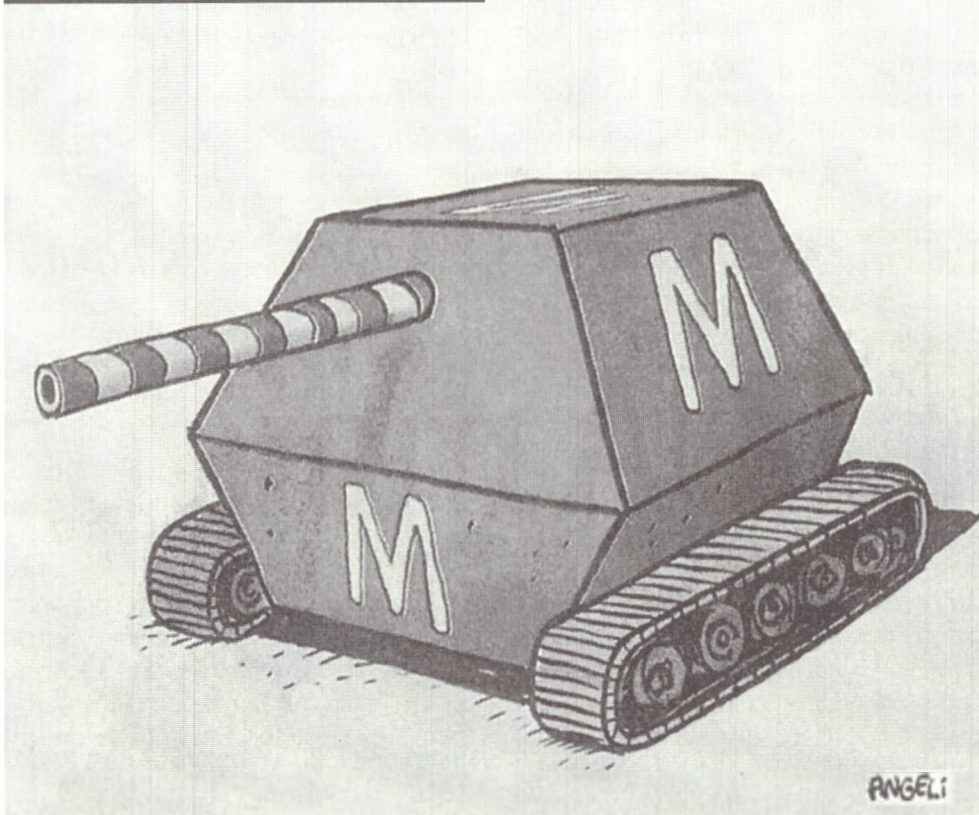
**A crise do neoliberalismo não conduzirá necessariamente a sua substituição por um sistema mais benevolente de relações internacionais. Isso depende da articulação de alternativas pelo movimento contra a mundialização do capital.**

Walden Bello

Ainda que os profetas de globalização tenham falado sobre a crescente obsolescência do Estado-nação e a cada vez maior irrelevância que possuem os interesses nacionais, o principal beneficiário da nova ordem global pós-Guerra Fria foi os Estados Unidos. Embora tenha sido supostamente um mecanismo para um comércio mais livre, os acordos mais importantes da OMC promoveram o monopólio para empresas americanas: O Acordo de Comércio Relativo à Propriedade Intelectual (Trade Related Intellectual Property Rights Agreement - TRIPs) consolidou o controle sobre inovações de alta tecnologia para as corporações americanas como a Intel e a Microsoft, enquanto o Acordo sobre Agricultura (Agreement on Agriculture) institucionalizou um sistema monopolista de competição pelos mercados do Terceiro Mundo entre os interesses da agroindústria dos Estados Unidos e da União Européia.

Quando a crise financeira asiática engolfou países que tinham sido vistos por muitos, dentro do mundo dos negócios e das elites políticas nos Estados Unidos, como os mais formidáveis competidores da América, Washington não tentou salvar as economias asiáticas promovendo políticas expansionistas. Pelo contrário, usou o FMI para dismantlar as estruturas do capitalismo asiático assistido pelo Estado, que haviam sido consideradas barreiras formidáveis à entrada de bens e investimentos das transnacionais americanas, as quais vociferaram durante anos para adquirir a sua parte do "milagre asiático". Isto era menos a convicção de espalhar os supostos benefícios do livre mercado do que a maximização das vantagens geo-econômicas e geo-estratégicas que se escondem por trás do apoio dos Estados Unidos para as políticas do FMI, do Banco Mundial e da OMC. Como notou Chalmers Johnson, um bom caso pode ser feito da conduta oportunista de Washington que, durante a crise financeira asiática, refletiu o fato de que "tendo derrotado os fascistas e os comunistas, os Estados Unidos procuravam agora derrotar seus últimos rivais no domínio global: as nações de Ásia Oriental, que haviam usado as condições da Guerra Fria para se enriquecer".

## A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL NOVA EMBALAGEM



ANGELI, FOLHA DE S. PAULO, 27/09/2001

Agir para alcançar seus interesses sob uma proteção multilateral foi a estratégia preferida dos Estados Unidos durante a maior parte do período pós-guerra, quer através das instituições Bretton Woods, da Organização das Nações Unidas ou do Grupo dos Oito, os quais promoveram a estrutura necessária para a "liderança hegemônica". Mesmo quando estas instituições já haviam conseguido vantagens para os interesses americanos, Washington não hesitou em agir unilateralmente. Isto cresceu ainda mais nos anos noventa, com a remoção dos incentivos a um comportamento multilateral, colocado pela competição soviética.

O uso instrumental de agências multilaterais era forte quando foi empregado na ONU. Enquanto a Organização das Nações Unidas era usada para oferecer cobertura à sua política de isolamento do Iraque, Washington também se recusou a pagar suas dívidas para com a ONU, por esta não ter se prostrado inteiramente aos Estados Unidos. Ou então, agem simplesmente desconsiderando a ONU quando não podem adquirir um mandato para proceder trabalhando de acordo com sua vontade, usando para isso instituições mais flexíveis, como fez quando recorreu à cobertura da OTAN para bombardear a Iugoslávia durante o conflito de Kosovo.

O G-8 (o então G-7, sem a Rússia) surgiu nos anos setenta a fim de prover um mecanismo para tomada de decisões compartilhadas de maneira mais multilateral entre os países capitalistas avançados, especialmente sobre assuntos econômicos. Principalmente sob a administração de George W. Bush, Washington embarca em um direcionamento unilateral de suas ações, o que acarretou um agudo conflito com outros sócios nos flamejantes assuntos de mudança climática, defesa por mísseis e reconciliação entre as duas Coreias. A brusca recusa do cuidadosamente negociado acordo estabelecido pelo Protocolo de Kyoto sobre Mudanças Climáticas, que marca um novo recorde na conduta unilateral — e sua contribuição para corroer a aliança entre os Estados Unidos e a União Européia, que serviu de fundação da hegemonia ocidental nos últimos cinquenta anos —, não pode ser subestimada.

## Crise de legitimidade

O crescente recurso ao unilateralismo e a descarada manipulação dos mecanismos multilaterais para alcançar a hegemonia, usados como estratégia pelos Estados Unidos, foram a principal origem da crise de legitimidade que começou a dominar a ordem mundial ao final dos anos noventa. Mas tão importante quanto a erosão do multilateralismo enquanto fonte da deslegitimação foi a propagação da percepção de que o sistema não poderia cumprir suas promessas. Que o sistema não poderia criar prosperidade para todos, mas apenas a ilusão dela, era algo que muitos observadores sabiam faz algum tempo. Porém, as realidades de crescimento da pobreza mundial e desigualdade foram neutralizadas pelas altas taxas de crescimento e a prosperidade de poucos enclaves da economia mundial, como a Ásia Oriental nos anos oitenta, que era (erroneamente) apontada como modelo de desenvolvimento conduzido pelo mercado. No entanto, quando as economias asiáticas entraram em colapso, em 1997, as loucuras das políticas neoliberais foram levadas à frente. Toda a conversa sobre a crise financeira asiática gerada por um capitalismo malandro não pôde ocultar o fato de que isso foi a liberação do capital especulativo das restrições de regulações, em grande parte como resposta à pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que determinou o colapso da Ásia. O FMI também passou a ser submetido a um severo escrutínio público, por impor draconianos programas às economias asiáticas após a crise — políticas que aceleraram a contração econômica, ampliaram a segurança de bancos estrangeiros e investidores especulativos, e reestruturaram economias nos "moldes americanos".

O papel do FMI na Ásia Oriental provocou um novo reexame de sua postura de impor de programas de ajuste estrutural em grande parte da África, do sul Ásia e da América Latina, nos anos oitenta. O fato de que estes programas provocaram, como aconteceu na Ásia, exacerbada estagnação, aumento das desigualdades e aprofundamento da pobreza, tornou-se agora uma

realidade amplamente reconhecida — tanto que o FMI, em um esforço desesperado para exorcizar seu registro, sentiu-se compelido a mudar o nome do fundo facilitador de extensão de ajuste estrutural (Extended Structural Adjustment Fund Facility - ESAF) para fundo de redução de pobreza e desenvolvimento facilitado (Poverty Reduction and Growth Facility) antes da reunião anual do FMI e do Banco Mundial em Washington, no mês de setembro de 1999.

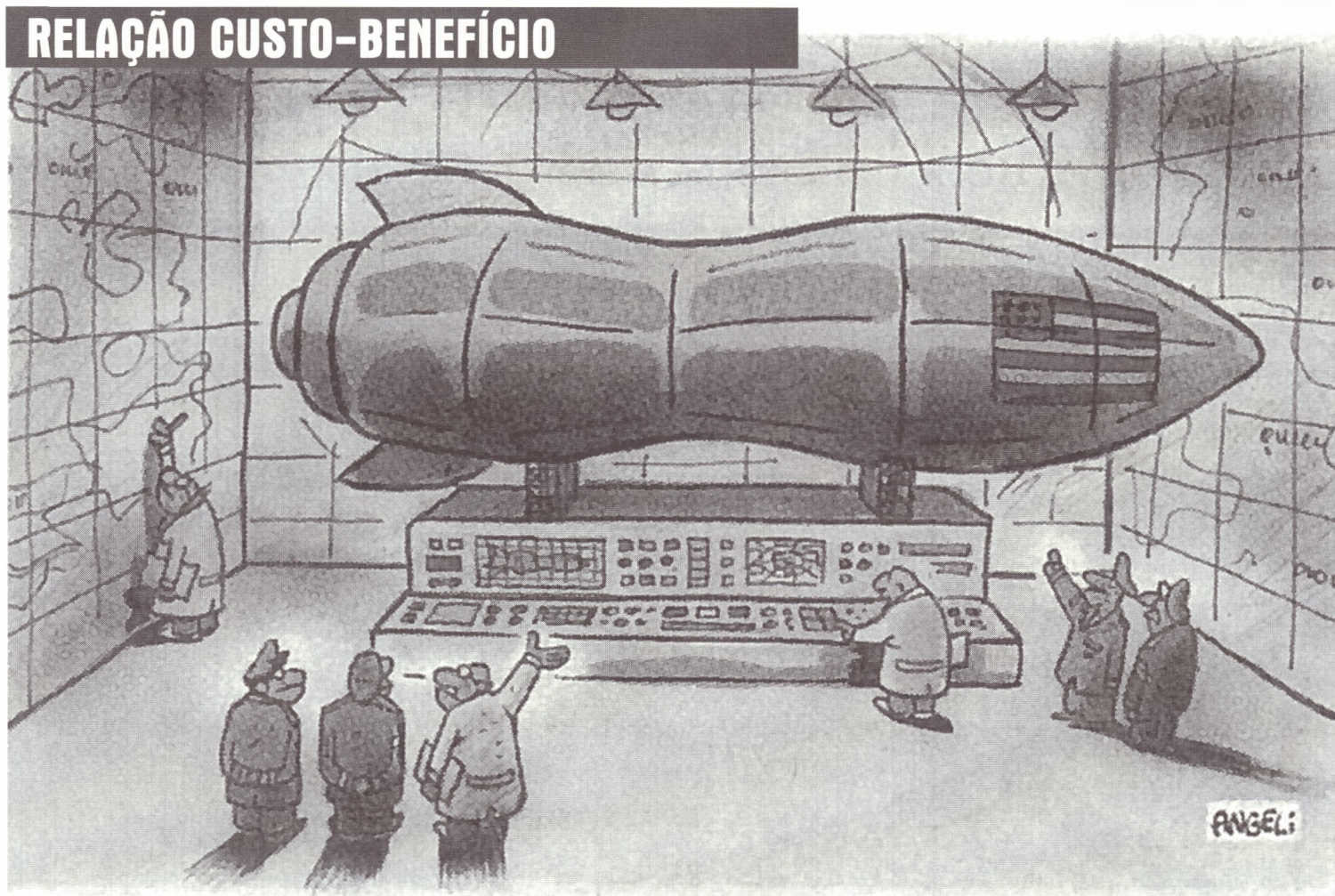
A crise financeira asiática provocou uma crise de legitimidade do FMI. No caso da OMC, a situação foi até mais dramática. Nos últimos cinco anos da década, um crescente número de pessoas e comunidades começou a perceber que, ao assinarem os acordos da OMC, eles subscreveram uma carta de regras corporativas que continha aquilo que o defensor dos consumidores Ralph Nader chamou de o princípio de "trade über alles", ou seja, o comércio corporativo acima da igualdade, da justiça, do ambiente e de tudo aquilo que mais estimamos. Muitos países em desenvolvimento descobriram que, com os contratos da OMC, eles haviam atirado fora seus direitos ao desenvolvimento. As muitas correntes de descontentamento e oposição que se encontraram nas ruas de Seattle e nas salas de reunião do Centro de Convenções de Seattle em dezembro de 1999 derubaram o terceiro encontro ministerial da OMC e desencadearam uma severa crise institucional da qual a organização tem ainda que se recobrar.

O Banco Mundial, sob a liderança do australiano "que virou americano" James Wolfensohn, parecia estar trilhando um caminho que permitiria escapar do dano infligido nas suas instituições irmãs, até que foi submetida a um incêndio no começo de 2000 originado em um lugar inesperado, a Comissão Meltzer. Desde que assumiu o controle como chefe da instituição, no meio dos anos noventa, Wolfensohn conseguiu desativar a crítica através de um hábil trabalho de relações públicas e cooptação de organizações não-governamentais (ONGs). Mas quando as mesmas críticas que vinham sendo feitas por pessoas da esquerda foram colocadas por uma comissão criada pelo Congresso dos Estados Unidos, o jogo terminou. Encabeçada pelo acadêmico conservador Alan Meltzer, a comissão concluiu que o desempenho do Banco perante sua meta declarada de eliminar a pobreza global foi miserável, e que seria melhor que essa tarefa fosse devolvida a organismos regionais.

Não é surpreendente, em face da crítica vinda tanto da esquerda como da direita, que a reforma do sistema multilateral venha tendo lugar de destaque na retórica das agências multilaterais e dos governos de G-8, que são seus mais poderosos financiadores. Perdão da dívida, uma nova arquitetura financeira global e reforma das estruturas de tomada de decisão da OMC e dos gêmeos de Bretton Woods têm estado entre as questões mais divulgadas, nas quais foram promovidas expectativas de mudança.

Estas iniciativas, na maior parte dos casos, despontaram, com pouquíssimas ações concretas. A iniciativa de reforma mais proeminente, o plano do G-8 para aliviar o serviço da dívida externa dos 41 países pobres altamente endividados, apresentou uma redução da dívida de apenas um bilhão de dólares desde que começou,

## RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO



*- Vejam bem: com o dinheiro que investimos neste míssil de última geração daria para construir três países iguais ao que vamos destruir.*

em 1996 - ou então uma redução do serviço da dívida de apenas três por cento nos últimos cinco anos!

Quando entra em questão a arquitetura financeira internacional, a discussão séria do controle do capital especulativo, como a taxa Tobin, vem sendo evitada. Um FMI não reformado continua sendo o centro do "sistema de bombeiro". Uma linha de crédito pré-crise, preventiva, no Fundo (que nenhum país quer usar) e um inócuo Fórum de Estabilidade Financeira - com pequena participação de países em desenvolvimento - parecem ser as únicas "inovações" a emergir das crises financeiras asiáticas, russas e brasileiras dos últimos três anos.

Reforma das estruturas de tomada de decisão das instituições multilaterais, que servem como chave para o estabelecimento de regras à administração global das instituições do capitalismo contemporâneo, também deveria ser encabeçada pelo G-8. Aqui também a conversa sobre a democratização da OMC desapareceu, com Diretor General Mike Moore dizendo que o não-transparente sistema de "consensos" que provocou a revolta dos países em desenvolvimento na cidade de Seattle em dezembro de 1998 é "inegociável". E com respeito ao FMI e o Banco Mundial, não há nenhuma discussão mais longa sobre a dissolução da cota de votos dos Estados Unidos e da União Européia em favor de maior poder de voto para os países em desenvolvimento e muito menos sobre a anulação das práticas feudais de sempre, tendo um europeu como cabeça do Fundo e um americano chefiando o Banco.

### A corporação sob julgamento

No final da última década do século XX, em resumo, o triunfalismo que marcou o começo da década tinha se evaporado e dado lugar a uma profunda crise de legitimidade da ordem multilateral. A crise do sistema multilateral era, além disso, traduzida em um profundo mal-estar mundial para com o ator principal da globalização: a corporação.

Vários fatores juntaram-se para focalizar a atenção pública na corporação nos anos noventa - o mais notório sendo as predatórias práticas da Microsoft, as depredações ambientais da Shell, a irresponsabilidade da Monsanto e da Novartis na promoção de organismos geneticamente modificados, a exploração sistemática da Nike do indecoroso trabalho barato e o encobrimento pela Mitsubishi, Ford e Firestone de sérios defeitos nos seus produtos. Um senso de emergência ambiental também estava se alastrando pelo começo do século XXI e, para um crescente número de pessoas, o rápido derretimento das calotas polares poderia ser traçado até as grandes empresas petrolíferas e automobilísticas, que promovem a civilização ambientalmente desestabilizada do petróleo e, de maneira mais geral, até o processo de crescimento descontrolado dirigido pelas empresas transnacionais.

Ironicamente, nos Estados Unidos, foi durante o apogeu da Nova Economia que a desconfiança para com as corporações também alcançou o ponto mais alto da década. De acordo com pesquisa da Business Week, "72% dos americanos dizem que os negócios têm muito poder sobre suas vidas". E a revista advertiu: "corporações da América, ignorem estas tendências por sua conta e risco".

Alguns dos mais ilustrados membros da elite mundial levaram a sério tais advertências, e sua reunião anual em Davos, na Suíça, tornou-se o local para elaborar uma resposta que poderia ir além da estratégia falida de negar que a globalização dirigida pelas corporações estava criando tremendos problemas, passando a promover uma visão de "globalização com compaixão". Ainda assim, a tarefa era formidável, e nisso tornou-se cada vez mais claro que, em um mercado global desregulado, era ainda mais difícil reconciliar as demandas de responsabilidade social com as demandas de rentabilidade. O melhor que aquela "globalização com consciência" poderiam oferecer era, como admitiu C. Fred Bergsten, um notável defensor pró-globalização, um sistema de "seguras redes de transição... para ajudar no ajuste à deslocação" e "permitir às pessoas tirarem vantagens do fenômeno [da globalização] e lidar com isto, ao invés de se oporem".

### O nexos estratégico

O poder corporativo é uma dimensão do poder global. Mas há, com iguais conseqüências, o poder estratégico, e este, até mais que o poder corporativo, está concentrado nos Estados Unidos. O poder estratégico não pode ser reduzido, como no marxismo ortodoxo, a simplesmente ser determinado pela dinâmica do controle corporativo. Os Estados Unidos não podem ser reduzidos a meros servos do seu próprio capital. O Pentágono tem sua própria dinâmica, e não se pode entender o papel dos Estados Unidos nos Balcãs ou sua postura variável perante a China como simplesmente determinados pelos interesses das corporações americanas. De fato, na Ásia foi a extensão estratégica, e não o expansionismo corporativo, o principal motor da política dos Estados Unidos, pelo menos até a metade dos anos oitenta. E, no caso de China, o desejo do capital americano de explorar o mercado chinês encontrou-se em crescente oposição com a definição do Pentágono de China como "o Inimigo", que deve ter sua trajetória intercep-

tada, ao invés de receber ajuda do investimento ocidental até se tornar uma ameaça completa. Em muitos casos, realmente, o poder corporativo e o poder estatal podem não estar em sincronia.

Dito isto, o objetivo primordial do Estado fortaleça transnacional dos Estados Unidos que está profundamente enraizado na Ásia Oriental, no Oriente Médio e na Europa e em poderosos projetos para o resto do mundo, é a manutenção de uma ordem mundial que assegura a primazia dos interesses econômicos dos Estados Unidos. O colunista do New York Times, Thomas Friedman, pode estar errado sobre o impacto benigno da globalização, mas está definitivamente certo quando afirma que: "A mão oculta do mercado nunca terá sucesso sem um punho escondido".

Mc Donald's não pode prosperar sem McDonnell Douglas, o fabricante do avião da Força Aérea Americana F-15. E o punho escondido que mantém o mundo seguro para as tecnologias do Silicon Valley prosperarem chama-se o Exército, a Força Aérea, a Marinha e os Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.

Com a crescente ilegitimidade da globalização dirigida pelas corporações e o aumento da divisão entre uma minoria próspera e uma maioria cada vez mais marginalizada, intervenções militares para manter o status global tornar-se-ão uma característica constante das relações internacionais, quer isto seja justificado em termos de combate às drogas, combate ao terrorismo, contenção de "Estados fora-da-lei", oposição ao "fundamentalismo islâmico" ou contenção da China.

Porém, não se pode dizer que a estrutura militar da hegemonia americana esteja sofrendo uma profunda crise de legitimidade, como a que tomou conta dos processos e instituições de globalização corporativa. A estrutura militar americana permanece solidamente enraizada na Europa e na Ásia, e a razão para isso pode ser encontrada no nível do ideológico: o arraigado medo das elites européias e asiáticas de que, sem os Estados Unidos servindo como um "hegemonista benevolente", elas não poderiam criar por si mesmas ordens

regionais benignas que assegurassem a paz entre elas.

No entanto, este sentimento não é tão forte quanto antes. O colapso do poder soviético criou as condições necessárias para uma reavaliação do papel do poder americano pelos aliados de Washington. Dúvidas aumentaram com a insistência do exército americano em construir um sistema de defesa de mísseis contra inimigos potenciais e não reais, enquanto prepara o terreno para uma nova cruzada de Guerra Fria contra a China. Certamente, estes desenvolvimentos abriram os olhos de muitos dos aliados de Washington para o fato de que a maior ameaça para a segurança deles pode ser agora Washington.

### Degeneração democrática

Não é, porém, o poder corporativo ou militar o mais forte recurso do Estados Unidos mas, seguindo o pensamento de Antonio Gramsci, seu poder ideológico - seu "suave poder".

Os Estados Unidos são uma democracia lockeana, e sua habilidade para projetar essa missão, como a extensão de sistemas centrados em eleições abertas, para escolher governantes dedicados em promover direitos e liberdades liberais, continua sendo uma poderosa fonte de legitimidade em muitas partes do mundo. A tendência de se distanciar de regimes autoritários e caminhar em direção a democracias formais no Terceiro Mundo aconteceu apesar e não por causa dos Estados Unidos. Contudo, especialmente sob a administração de Clinton, Washington foi capaz de deslizar habilmente para pegar os ventos democráticos, no processo de reconstrução de sua imagem de ser um partidário de regimes repressivos para o de ser um oponente das ditaduras.

Nos últimos anos, porém, democracias ao estilo de Washington ou Westminster - ou, como William Robinson costuma chamar, "poliarquias" -

▶ continuação da página 19

**O mais forte recurso do Estados Unidos não é seu poder corporativo ou militar, mas seu poder ideológico, sua habilidade para projetar uma missão democrática, que agora se vê colocada em questão em várias partes do mundo pelo unilateralismo da atual administração.**

Walden Bello

Com seu foco em direitos e eleições formais e preconceitos contra a igualdade econômica alcançada através de medidas como redistribuição de renda e bens — acabou degenerando em sistemas políticos crescentemente estagnados e polarizados, como nas Filipinas, no Brasil e no Paquistão. O Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Asiático falam continuamente sobre a praga da corrupção nos países em desenvolvimento. É, porém, a profunda corrupção — que está embutida em estruturas econômicas e políticas que são aparentemente democráticas e, no entanto, pervertidas pelas realidades da desigualdade econômica — que é a maior preocupação das grandes massas populares no sul.

Esta estagnação dos regimes democráticos liberais do Terceiro Mundo ocorre paralelamente à percepção de um número cada vez maior de americanos de que sua democracia liberal foi tão completamente corrompida pelas políticas do dinheiro corporativo, que merece mais ser designada como uma plutocracia. Realmente, como percebe William Pfaff, “nada na escala do sistema americano de influência e gasto político existe em qualquer lugar”. O fato de que o candidato mais favorecido pelo “Big Business” perdeu o voto popular — e, de acordo com alguns estudos, também o voto eleitoral — e ainda assim terminou como o presidente da mais poderosa democracia liberal do mundo, não ajudou a escorar a legitimidade do regime político, em um país que vem sendo descrito por muitos observadores como já estando em um estado de “guerra civil cultural”.

Há também uma crise crescente da governança democrática na Europa, em parte devido ao crescente controle das políticas partidárias pelos interesses endinheirados, como o caso de Helmut Kohl e o Partido Democrata Cristão, por exemplo. Mas em parte relacionada com o que é o não-transparente processo pelo qual, em nome da integração e racionalização europeias, as elites tecnocráticas aliadas às elites corporativas têm corroído o princípio da subsidiariedade, através da canalização do poder efetivo de tomada de decisões para estruturas tecnocráticas, no ápice so-

## SIGA O MAPA



*- Eu juro! Aqui não é o Afeganistão e nunca ouvi falar desse tal de Bin Laden!*

bre o qual se apoia a Comissão Européia, que em larga medida não tem que responder ao eleitorado da base.

## A crise da superprodução

O que forma a crise de legitimidade das instituições chaves da economia global, e do sistema político tão volátil do ponto de vista das elites do Norte é a sua intersecção com uma profunda crise estrutural da economia global.

O G-8 passou a existir para coordenar as políticas macroeconômicas dos países ricos, a fim de navegar entre o Cila da inflação e o Caribde da estagnação. Nos últimos anos, porém, os esforços para sincronizar iniciativas fiscais e monetárias provaram serem evasivos, e o pouco que uma cooperação alcançou não foi capaz de tirar o Japão de uma longa década de recessão, ou prevenir o começo de uma nova recessão mundial.

A razão para que a desaceleração econômica pareça ser imune a mecanismos fiscais e monetários ortodoxos, mesmo quando coordenados através das fronteiras, é que os desequilíbrios estruturais têm se acumulado durante algum tempo. O boom do começo e da metade dos anos noventa resultou em uma explosão da atividade de investimento global, que conduziu a uma tremenda sobrecapacidade por toda parte. Os indicadores são fortes. A capacidade da indústria de computadores norte-americana tem crescido 40% ao ano, muito além dos aumentos projetados de demanda. A indústria automobilística mundial agora está vendendo, nada mais, nada menos, que 74% dos 70,1 milhões de carros que produz anualmente. Tanto investimento aconteceu em infra-estrutura de telecomunicações global que o fluxo levado pelas fibras óticas equivale a apenas 2,5% da capacidade instalada.

Visto em retrospecto, os lucros deixaram de crescer no setor corporativo dos Estados Unidos depois de 1997, conduzindo as grandes empresas a uma onda de fusões, com o propósito principal de eliminar a concorrência. As mais destacadas foram a união Daimler Benz-Chrysler-Mitsubishi, a aquisição da Renault pela Nissan, a fusão da Mobil-Exxon, o acordo BP-Amoco-Arco e o grande sucesso da “Star Alliance” nas empresas aéreas.

Outro caminho usado para evitar a compressão da rentabilidade na indústria foi empurrar os investimentos para a ativi-

dade especulativa, notavelmente para o mercado de valores e o setor de imóveis, o que levou ao espetacular boom e explosão na Ásia Oriental nos anos noventa. Esta era a mesma estufa especulativa que suportou o complexo Wall Street-Silicom Valley, que dirigiu a economia americana e mundial na década de noventa. Esta “Nova Economia” parecia por um tempo desafiar as leis da economia, com estrelas da internet como a Amazon.com registrando uma explosiva e aparentemente permanente ascensão no mercado de ações, mesmo que elas continuassem operando com prejuízo.

Mas toda a conversa sobre o surgimento de uma Nova Economia desapareceu quando a lei de gravidade apanhou o setor especulativo no final dos anos noventa, resultando no desaparecimento de 4,6 trilhões de dólares de valores de investidores na Wall Street, uma soma que, como a Business Week apontou, equivalia à metade do Produto Interno Bruto dos Estados Unidos e quatro vezes mais que a riqueza desaparecida na quebra de 1987.

Dois pontos sobre esta crise estrutural, em resumo, estão cada vez mais claros: não é nenhum mero fracasso episódico e vem em um momento extraordinário de grande distanciamento popular para com o projeto globalizador e suas instituições-chaves.

## O movimento de protesto mundial

Em retrospecto, com o aprofundamento da crise de legitimidade das principais instituições do sistema global na segunda metade da década de noventa, Seattle era um cataclisma que estava esperando para acontecer. A força contida da fúria mundial foi manifestar-se em Washington durante a reunião do Banco Mundial-FMI, em abril de 2000; em Chiang Mai, Tailândia, durante a reunião anual do Banco de Desenvolvimento Asiático, em maio de 2000; em Melbourne, durante a reunião do Fórum Econômico Mundial que aconteceu no início de setembro de 2000; e em Praga, durante o encontro anual do Banco Mundial-FMI, no final de setembro de 2000.

Enquanto a elite mundial se juntou em Davos, no final de janeiro de 2001, para ponderar sobre o significado do surgimento do “movimento antiglobalização”, cerca de 12.000 representantes de organizações da sociedade civil e movimentos políticos se encontraram em Porto Alegre, Brasil, declarar que “outro mundo é possí-

vel”. O Fórum Econômico Mundial havia encontrado sua justa vingança política e ideológica no Fórum Social Mundial. A celebração do poder do movimento era um dos aspectos de Porto Alegre; o outro era a catalisação de energias para o próximo passo. Esse passo foi dirigido à Cúpula das Américas na cidade de Quebec, em meados de abril de 2001, que havia sido convocada para impulsionar um projeto chave das elites corporativas dos Estados Unidos, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Apesar do esforço de algumas das mídias estabelecidas para retratar os manifestantes como desinformados ou anarquistas, a confrontação em Quebec, como em Seattle, era um retrocesso maior, em termos de legitimidade, para o sistema de globalização dirigido pelas corporações. E assim foi o choque com 20.000 manifestantes que se apropriaram do palco central durante a reunião de cúpula da União Européia em Göteborg, três semanas atrás.

## Próxima parada antiglobalização

Para combater as tropas de choque antiglobalização que estão agora rumo à Gênova, as autoridades italianas estão deslocando 20.000 policiais e tropas, munidas de 15 helicópteros, quatro aeronaves e sete barcos navais. Em um sinal de pânico, o governo anunciou que irá fechar o aeroporto de Gênova entre 18 e 22 de julho, e demarcará uma “zona vermelha” no centro da cidade, que será mantida livre de manifestantes.

Destemidos, os organizadores do protesto dizem que levarão 200.000 pessoas para Gênova, e que eles definitivamente violarão a zona vermelha. Eles ainda podem fazer de Gênova o exemplo mais dramático da “retirada de consentimento” das massas, que está sacudindo o núcleo do capitalismo global.

Não se deve, é claro, superestimar o impacto destes protestos até agora, nem encobrir suas fraquezas em termos de agenda compartilhada ou tomada de decisões. Porém, não se deve também subestimar as suas consequências. Como admite agora C. Fred Bergsten, um dos promotores mais ardentes do Consenso de Washington, “as forças antiglobalização estão agora em ascensão”. Bergsten está assombrado por um medo “gramsciano”: as estruturas do sistema podem parecer ainda sólidas, mas quando legitimidade ou o consenso se forem, pode ser só uma questão de tempo antes que as estruturas comecem a desvendar-se, especialmente quando se dá conta da crise de superprodução de que falamos acima, com a recessão, o desemprego e o aumento da pobreza e da desigualdade que virão com ela.

A crise do sistema não resultará necessariamente em sua substituição por um sistema mais benigno de relações internacionais. Como Rosa Luxemburg apontou com tanta presciência antes da ascensão do fascismo em uma crise oculta na Europa no início do século 20, o resultado pode ser o “barbarismo”, onde os ideais e temas da oposição progressiva são seqüestrados e pervertidos por forças demagógicas que são hostis à liberdade, à igualdade e à democracia. Este é o motivo pelo qual a articulação da(s) alternativa(s) é tão crítica. Criar estas visões e programas alternativos centrados em um processo participativo para construir as instituições que irão mais uma vez subordinar os negócios à sociedade, promover a igualdade genuína através da linha de gênero e cor, dentro de cada país e entre eles, e estabelecer uma relação benigna entre comunidade humana e a biosfera, permanece sendo o grande desafio dos oponentes da globalização dirigida pelas corporações. ■

# DURBAN: UM PROCESSO DE LUTAS

A Conferência Mundial Contra o Racismo pode ser analisada como um evento e como um processo. Como evento, ela simbolizou as desigualdades entre os países do norte e do sul, entre ricos e pobres, poderosos e oprimidos. Além disso, a conferência tornou evidente a inflexibilidade dos governos em aceitar as posições defendidas pelas organizações da sociedade civil.

A primeira demonstração de inflexibilidade foi a saída dos Estados Unidos e de Israel, que não aceitavam discutir a questão palestina no âmbito da conferência. Essa atitude tinha também o objetivo de esvaziar o evento e, conseqüentemente, de enfraquecer a própria ONU. Apesar de ter permanecido em Durban, a União Européia também adotou uma postura de intransigência, condicionando sua participação na conferência às decisões de cada dia. Essa ameaça constante se intensificou na véspera do término do evento, com uma declaração do Primeiro Ministro francês Lionel Jospin, afirmando que sua delegação abandonaria o evento, caso o sionismo fosse considerado como uma forma de racismo.

Esse tipo de posição por parte dos governos estava em total contradição com as resoluções divulgadas pelo Fórum das ONGs sobre a questão palestina. Algumas ONGs acreditam que Israel tem promovido o genocídio do povo palestino, durante mais de 40 anos de ocupação militar. O termo "genocídio" foi rejeitado pela Secretária Geral da Conferência, Mary Robinson, que criticou o texto elaborado pelas ONGs sobre esse tema.

Enquanto a ONU se concentra numa discussão sobre o vocabulário adequado para definir a situação no Oriente Médio, o povo palestino continua sofrendo constantes violações de direitos humanos. Ao mesmo tempo, a ONU tem sido incapaz de implementar suas próprias resoluções, que determinam a retirada de Israel dos territórios palestinos. Esse tipo de contradição demonstra as diferentes dinâmicas entre representantes de governos e da sociedade civil.

Outra situação emblemática foi a discussão sobre as origens do racismo e as reparações pelo tráfico de escravos e pela escravidão. Mais uma vez, observamos um contraste radical entre os países colonizadores e os colonizados, e entre determinados setores dos governos e da sociedade civil.



- *Você deve agradecer a Deus por viver num país onde não há guerras, terremotos nem preconceito racial!*

Enquanto representantes da União Européia se mantinham inflexíveis em relação a esse tema em Durban, o prefeito de Londres, Ken Livingstone, divulgou uma nota afirmando que "o tráfico de escravos se constituiu em um crime contra a humanidade e o governo do Reino Unido deveria se unir a outros países e pedir perdão". Essa posição também foi defendida por parlamentares norte-americanos e franceses, que elaboraram projetos de lei sobre a herança do colonialismo e sobre formas de reparações.

Ao final da conferência, os governos só foram capazes de concordar com uma declaração vaga sobre o colonialismo. A palavra "reparações" foi substituída por "medidas compensatórias" (remedial measures) e a proposta do cancelamento da dívida externa, apresentada pelos países africanos, foi substituída por "alívio da dívida" (debt relief). Essa declaração é radicalmente diferente do documento preparado pelas ONGs, que reivindica um pedido de perdão formal por parte dos países colonizadores e diferentes formas de reparações.

As resoluções dos governos sobre os

direitos indígenas também geraram grande frustração entre os movimentos sociais. A declaração final da conferência adota o termo "povos indígenas", mas determina que esse termo não seja "interpretado como tendo qualquer ligação com o direito internacional". Blanca Chancoso, representante da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador, considerou essa decisão como uma "reafirmação do racismo, mas agora em termos institucionais, porque isso significa que há povos de primeira e povos de segunda categoria".

A delegação oficial do Equador foi a única a divulgar uma nota de protesto sobre esse tema, explicando que a Declaração de Durban representa um retrocesso se comparada a Constituição de seu país, que se define como "um Estado pluricultural, multiétnico e multilíngüe, no qual se reconhece a realidade diversa de sua composição nacional e também dos direitos coletivos dos Povos Indígenas". Todavia, essa foi uma posição praticamente isolada porque os outros países do Grupo Latinoamericano e do Caribe (GRULAC) acabaram

**Talvez as conquistas da conferência de Durban sejam reconhecidas não pelos resultados, mas pelo processo que ela está propiciando, ao dar visibilidade às múltiplas formas de racismo no mundo e colocar a criação de uma Aliança Global contra o Racismo.**

Maria Luisa Mendonça

cedendo a pressões, principalmente dos Estados Unidos, da Inglaterra e do Canadá para limitar os direitos indígenas.

Diante de tantas disputas, é possível que as maiores conquistas dos movimentos sociais sejam reconhecidas não pelos resultados desse evento, mas pelo processo que se desenvolveu e que deve ter continuidade. Apesar das dificuldades das ONGs em unificar suas lutas, pelo fato de pertencerem a diversos setores (estavam presentes em Durban representantes de movimentos negros, indígenas, homossexuais, árabes, judeus, jovens, mulheres, migrantes, entre outros), existe uma perspectiva de se criar uma Aliança Global Contra o Racismo.

As ONGs lograram destacar temas importantes, que normalmente são ignorados pelos governos e pela mídia, como, o sistema de castas na Índia, que discrimina os setores da população chamados Dalits ou "intocáveis" (termo que significa "inferiores"). Além disso, o Plano de Ação das ONGs sobre racismo no sistema judiciário, e que condena a pena de morte, foi publicamente elogiado por Mary Robinson.

Organizações de direitos humanos, como a Anistia Internacional, fizeram também uma avaliação positiva sobre o comprometimento dos governos em reafirmar seu apoio a Convenção da ONU sobre Refugiados. Porém, o coordenador da Anistia Internacional, Claudio Cordone, enviou um alerta para os Estados: "As declarações das vítimas do racismo são essencialmente um grito de socorro. Não devemos virar as costas simplesmente por não concordar com sua forma de se expressar. Os governos têm a obrigação de escutar e agir".

A representante do Geledés-Instituto da Mulher Negra, Maria Aparecida da Silva, avaliou que "a conferência serviu para mostrar como a questão racial é explosiva e divisora de águas. Como disse Fidel, quem são os governos que estão contra as reparações? De que lado esses governos sempre estiveram?". E conclui com uma frase que resume o sentimento dos movimentos sociais em Durban: "O importante é o processo, não a conferência em si. Está claro que os governos não podem mais fugir da questão racial". ■

## O POSICIONAMENTO DO FÓRUM DE ONGS. No dia 5 de setembro, Myrna Cunningham, líder

indígena da Nicarágua, apresentou a declaração do Fórum das ONGs no plenário da Conferência Contra o Racismo. O Fórum contou com a participação de 6 mil pessoas, representando cerca de 2 mil organizações da sociedade civil. A declaração das ONGs inclui temas polêmicos, mas tem sido considerada como um importante instrumento de pressão para que os governos adotem posições mais flexíveis em suas negociações sobre a Declaração e o Plano de Ação de Durban.

Um dos pontos mais interessantes da declaração das ONGs se refere à atuação de instituições financeiras multilaterais e de grandes empresas, dizendo: "Estamos muito preocupados com a falta de capacidade das Nações Unidas para controlar as injustiças e as violações cometidas por atores não-estatais, como os organismos financeiros internacionais, as empresas transnacionais e os grupos fundamentalistas que perpetuam e exacerbam o racismo, a discriminação racial e a xenofobia".

A declaração denuncia também acordos

comerciais como a Iniciativa Andina e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), assim como o Plano Colômbia por "promover o deslocamento maciço, acelerar as agressões contra povos indígenas, afrodescendentes e camponeses, causando violações aos direitos humanos, inclusive ao direito à auto-determinação, além da degradação do meio ambiente e da crescente militarização na região".

Um dos trechos mais aplaudidos da apresentação foi a defesa "do direito do povo palestino à auto-determinação, à seu Estado, à independência, à liberdade e ao cumprimento da resolução 194 da ONU". Em seguida, o texto diz: "Estamos preocupados com o crescente anti-semitismo, que causa a violência e os crimes de ódio". A questão palestina continua a gerar controvérsias em Durban. A Secretária Geral da conferência, Mary Robinson, declarou que não poderia recomendar as posições das ONGs, por não concordar com as críticas feitas a Israel. Mesmo depois de deixar a conferência, é evidente que as opiniões dos Estados Unidos e de Israel continuam

a exercer uma forte influência, principalmente na União Européia que, além de não aceitar a posição das ONGs sobre a Palestina, ameaçou deixar a conferência durante os debates sobre as heranças da colonização.

Em relação a esse tema, a declaração das ONGs diz: "as raízes de muitas manifestações contemporâneas do racismo e da discriminação racial podem ser encontradas na herança do tráfico de escravos, na escravidão, no colonialismo e nas invasões estrangeiras, que causaram o transporte forçado de pessoas, expropriação maciça de territórios e recursos naturais, e a destruição de sistemas políticos, religiosos e sociais, o que gerou injustiças históricas baseadas em ideologias de superioridade, domínio e "pureza", que permanecem até hoje". Apesar da oposição a esse tipo de opinião ser esperada, as organizações da sociedade civil cumpriram um papel fundamental na conferência de Durban, no sentido de estimular o debate e gerar visibilidade para questões que normalmente são ignoradas pelos governos e pela mídia.

Maria Luisa Mendonça pertence à Justiça Global. Artigo reproduzido da ALAI. Participa da ONG Justiça Global e integra o Comitê Organizador do FSM2002.

# QUESTÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO NACIONAL

**As políticas neoliberais estão modificando as estruturas sociais brasileiras, agravando as condições de vida de grande parte da população, em particular dos setores mais vulneráveis, como as mulheres e os negros.**

Entrevista com Elaine Behring

**Elaine, como você avalia o agravamento do quadro social brasileiro na última década?**

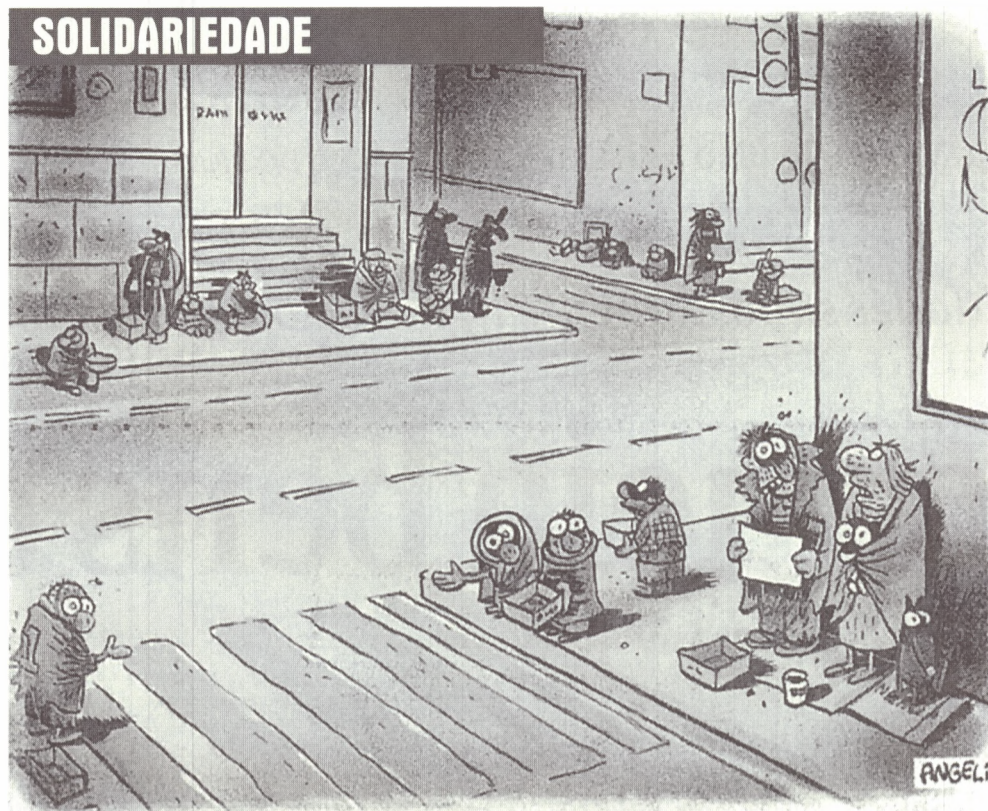
O Brasil vive drama crônico, que antecede em muito os tempos neoliberais e é por ele aprofundado. O nosso quadro social possui três aspectos fundamentais: é fortemente desigual quanto à apropriação da renda e da riqueza, particularmente a terra; é heterônomo, ou seja, dependente, vitimado pelo eterno conluio das elites econômicas locais com os interesses capitalistas internacionais; e é marcado pela restrição da democracia, pelo bloqueio da esfera pública, pela produção de leis que não são implementadas.

Os anos 90 têm um traço de *dejá vu*, de reedição deste drama, só que agora no contexto da mundialização, e com características ainda mais regressivas que antes. A opção político-econômica de inserção subordinada neste admirável mundo do capital, expressa pelo Plano Real, está na raiz deste quadro social, no qual 1% da população detém 53,1% da riqueza e 14% da renda, enquanto 50% da população detém 13% da renda, conforme dados do IPEA. Enquanto se remunera regamente o capital financeiro internacional, decrescem os recursos para as políticas sociais: para cada real gasto em saúde, quatro reais são gastos em juros e amortizações das dívidas externa e interna.

Como assistentes sociais temos que lidar com as expressões trágicas da questão social. Isso nos impõe a tarefa de formular propostas para uma mudança de rota; compreender as múltiplas expressões da questão social e apontar perspectivas; fornecer elementos concretos, que vem da experiência, para que a sociedade brasileira faça uma crítica dessa opção e imponha uma nova trajetória no sentido da constituição de uma contra-hegemonia ao neoliberalismo e aos impasses históricos da construção nacional.

**Como a questão racial incide neste quadro?**

O discurso dominante diz que vive-



- Mas onde estão todos?

- Nova York!

mos uma democracia racial, mas este é um mito tão forte quanto falar que somos um povo pacífico—e passivo, para o bem das elites—e, abençoado por Deus e pela natureza... que em se plantando tudo dá... A maior parte dos pobres e miseráveis do país é negra ou parda. As estatísticas mostram grandes diferenças salariais entre brancos e negros ou afrodescendentes no país. E várias pesquisas que mostram que as mulheres negras e casais jovens negros têm sido os segmentos mais atingidos pela maré neoliberal. Isso não é um fenômeno natural, mas histórico. Apenas uma visão muito restrita e redutora de democracia pode considerar o Brasil como uma democracia racial.

**Como isso se associa ao crescimento da marginalidade juvenil e ao crescimento do número de jovens pobres, em sua grande maioria, negros, nas prisões?**

A população carcerária brasileira, em sua maioria jovem, negra e pobre, mostra que não resolvemos os problemas de nosso passado escravagista. Não há um projeto nacional se ele não incluir as verdadeiramente potencialidades da juventude brasileira, sobretudo negra e parda. A maioria dos presos no Brasil estão na cadeia por furto, ou seja, por crimes contra a propriedade. Não adianta construir mais prisões, verdadeiros centros de formação de mão-de-obra para o crime organizado, a exemplo do PCC. A questão de fundo é a de enfrentar a concentração absurda da propriedade. Quanto aos adolescentes em conflito com a lei, ao invés da ênfase exclusiva na internação, tem que aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), investindo nas medidas sócio-educativas previstas. Há no Brasil uma campanha conservadora pela redução da idade penal, mas o caminho é preventivo: educar, oferecer condições dignas para as famílias, evitar as ruas, criar projetos no campo da cultura... e redistribuir renda e riqueza. O mesmo se aplica, naturalmente, para o problema do uso de drogas, que envolve as relações econômicas internacionais, o

desemprego estrutural, a falta de perspectivas para a juventude, as estratégias de sobrevivência dos pobres, o ambiente cultural individualista, consumista, alienado e imediatista, etc.

**Quais as conseqüências, para a sociedade, do esvaziamento do conceito de família e das mudanças das relações familiares vividas na última década?**

Penso que há várias razões para a configuração de transformações no âmbito das famílias, que impõe uma revisão do próprio conceito de família. Falo das condições de vida e trabalho, com a luta cotidiana pela sobrevivência em situações adversas e de risco, com um forte componente de violência no modo de vida das famílias das classes trabalhadoras. Alterações culturais importantes que vão delineando famílias de novo tipo, a exemplo da inserção das mulheres no espaço público e do feminismo, ou mesmo do reconhecimento cada vez maior das diferentes orientações sexuais. Por razões econômicas ou culturais, muitas vezes o conceito de família mononuclear tradicional não é adequado para caracterizar a família realmente existente, com suas estratégias de sobrevivência, novas relações afetivas e de autoridade.

As condições de vida, de fato, terminam por embrutecer as relações familiares, em se tratando da luta pela sobrevivência: o pai que deixa a família, o crescimento da figura da mulher chefe de família, as crianças que trabalham ao invés de ir para a escola, o alcoolismo, o contato com o mundo do crime, a violência doméstica ou social. Bem, isso tem a ver com a enorme insegurança da existência engendrada pela pobreza, num ambiente intelectual e moral que remete a responsabilidade aos indivíduos, gerando um verdadeiro salve-se quem puder, extremamente preocupante, já que leva a uma sociabilidade esgarçada.

**Estes problemas repercutem também em questões ligadas à sexualidade...**

A gravidez precoce merece uma atenção integrada entre as políticas de edu-

cação e saúde, com a implementação de um debate sem moralismos e preconceitos nas escolas e unidades de saúde, que subsidiem uma discussão no interior das famílias, buscando a prevenção por meio do diálogo e da preparação da juventude para uma vida sexual saudável e responsável. O maior problema é o acesso à informação sem constrangimentos. O mesmo se pode dizer em relação à AIDS, com o investimento no aconselhamento em torno do comportamento de risco, já que há algum tempo a ideia de grupo de risco está totalmente superada.

O assistente social deve ser um profissional preparado para articular grupos de discussão com adolescentes e suas famílias, orientando sobre possíveis dúvidas e dificuldades. Em relação ao aborto, creio que a questão não deve ser tratada pela ótica religiosa, de foro privado, mas como uma questão de saúde pública. As restrições ao aborto no Brasil e as práticas ilegais e insalubres que se desenvolvem a partir daí têm levado ao crescimento de óbitos entre as mulheres.

Outro aspecto da questão é o direito do casal, e particularmente da mulher, decidir sobre a melhor ocasião pessoal e social para criar os filhos — posição que vem sendo defendida pelo movimento feminista e com a qual concordo. Desta forma, defendo que se realize um debate amplo na sociedade brasileira, buscando aperfeiçoar a legislação sobre a questão e a ampliação do acesso ao direito.

**Como um projeto de assistência social pode contribuir para enfrentar os problemas sociais?**

Desde a Constituição de 88 e a promulgação da legislação complementar acerca da seguridade social pública, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), há a perspectiva da afirmação da assistência social como política pública de seguridade social, dever do Estado e direito dos cidadãos que dela necessitam. Isso se contrapõe ao mero repasse dos serviços para as instituições filantrópicas; pela LOAS, tais instituições são complementares à política pública. O acesso aos fundos públicos é regulado por meios democráticos de controle social e está submetido ao programa público de serviços e benefícios. Pelo espírito da LOAS, a assistência deixa de ser um dever moral e transita para o campo do direito social, do espaço público, da responsabilidade coletiva, assegurada pelo Estado. Este projeto vem sendo implementado onde há compromisso social com essa perspectiva.

No entanto, tem sido difícil assegurá-lo em função da direção focalista, voluntarista e do velho dever moral que vem sendo dada pelos programas neoliberais do Governo Federal, a exemplo do Comunidade Solidária, que atropelaram a implementação da LOAS, produzindo uma espécie de clientelismo moderno, que barganha recursos parcos com as entidades da sociedade civil. Minha resposta é essa: o projeto existe, é implementado onde há compreensão da sua natureza pública e democrática, mas encontra grandes dificuldades de avançar, sobretudo em função da direção político-econômica do Governo Federal, presente em outros entes da federação. ■

**O movimento contra a globalização neoliberal**

**José Seoane e Emilio Taddei (orgs.) Resistências mundiais: de Seattle à Porto Alegre. Petrópolis (RJ), Vozes, 2001. 294 p.**

A excelente e oportuna coletânea organizada pelos dois pesquisadores da Clacso argentina, responsáveis pelo Observatório Social da América Latina, sai agora em português.

Originalmente lançado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2001, o livro é composto de duas partes. Na primeira parte, "mundialização capitalista, poder e alternativas", temos textos de Samir Amin, Atilio Boron, François Houtart, Ellen Wood e Emir Sader analisando as tendências recentes do desenvolvimento capitalista, suas consequências e a necessidade de superá-las.

Na segunda, "o novo movimento internacional", intervêm os organizadores fazendo um retrospecto do movimento antimundialização neoliberal, Ana Esther Ceceña analisa o discurso zapatista, Alexander Cockburn e Jeffrey St. Clair (que mantém o prestigioso site *Counterpunch*) discutem as raízes e objetivos da luta contra a globalização capitalista, Walden Bello (dirigente do *Focus on the Global South*, que está presente com dois textos) analisa a crise da globalização ao longo do ano 2000 com destaque para os protestos de Praga, Dianne Matte e Lorraine Guay (da Marcha Mundial das Mulheres) debate o papel das iniciativas de lutas das mulheres e Manuel Monereo, da Esquerda Unida espanhola, faz um balanço do Fórum Social Mundial. Uma cronologia do movimento contra a globalização neoliberal e a "convocatória de Porto Alegre para as próximas mobilizações completam a obra.

Trata-se de uma obra de referência para todos interessados na luta contra o neoliberalismo e na renovação do movimento socialista.

**Para enfrentar o neoliberalismo**

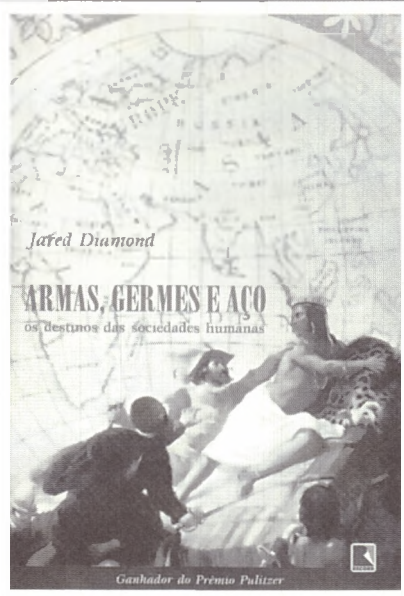
**Pierre Bourdieu. Contrafogos 2: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001. 116 p.**

Segunda coletânea dos ensaios e artigos de Pierre Bourdieu sobre como podemos derrotar o neoliberalismo e o pensamento único. Uma análise extremamente útil dos mecanismos empregados pela burguesia internacional para reproduzir sua dominação e dos caminhos da militância e da organização popular.

**O mundo segundo as ONGs**

**Liszt Vieira. Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro, Record, 2001. 404 p.**

Uma competente sistematização teórica do universo conceitual com o qual trabalham as ONGs, com destaque para idéias como as de sociedade civil, espaço público, direitos humanos e cidadania, feita a partir de uma pesquisa sobre a relação entre as ONGs internacionais e o sistema da ONU. As idéias de que presenciamos o declínio do Estado nacional e a ascensão de uma sociedade civil global permeia todo o livro.



**Jared Diamond. Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro, Record, 2001. 472 p.**

O livro é um ambicioso esforço de construir uma visão sintética da trajetória da humanidade por parte de um pensador oriundo da biologia evolucionista. Esta obra, elegante e muito instigante, é talvez o ponto culminante da corrente de estudos que procuram, nas últimas décadas, integrar as ciências sociais às ciências naturais na compreensão mais ampla da história de nossa espécie.

Para o autor, a clivagem decisiva no conhecimento se dá não entre ciências naturais e ciências sociais, mas entre as ciências não-históricas (como a física, química e biologia

**A TRAJETÓRIA HUMANA**

molecular), e as ciências históricas (que incluem, além da história e das ciências sociais, a astronomia, a climatologia, a ecologia, a biologia da evolução, a geologia e a paleontologia). Os sistemas históricos teriam características que aproximariam seu estudo - a semelhanças nos métodos (limites da experimentação), na articulação das cadeias causais, na impossibilidade de predição e na sua complexidade.

A contribuição das diferentes ciências históricas é utilizada por Diamond para iluminar aspectos decisivos da trajetória humana, inserindo-os em uma ampla narrativa da interação das culturas entre si e com o meio ambiente. Ele procura explicar a preponderância de algumas sociedades sobre outras, integrando elementos ambientais, tecnológicos, militares e epidemiológicos (donde o título "armas, germes e aço"). Diamond percorre, assim, trilhas já abertas por obras como *Imperialismo ecológico*, de Alfred Crosby (São Paulo, Companhia das Letras, 1993), mas em um escopo muito maior, os últimos treze mil anos da história humana. Tomando como ponto de partida a passagem das sociedades de caçadores e

coletores para o sedentarismo, a agricultura e a domesticação de animais, o autor compara os desafios enfrentados desde então pelos povos das distintas regiões do globo.

Ainda que em certos momentos a obra pareça ecoar um certo determinismo geográfico, isso não retira o brilho das dezenas de análises particulares nem de seu sentido geral, contribuindo bastante para acrescentar inteligibilidade no processo de humanização do *homo sapiens* - fundamentalmente até o início da modernidade.

Duas ressalvas me parecem necessárias. A primeira diz respeito à superficialidade das passagens em que o autor incursiona pelo núcleo duro das humanidades, particularmente no "governo" e na "religião", isto é, quando tem que analisar do universo simbólico; nesta perspectiva, antropólogos culturais considerarão o livro tosco. A segunda, ao fato dele não retirar as consequências da ruptura qualitativa na história humana que representa a unificação do mundo pelo capitalismo nos últimos cinco séculos, por ele apontada como decisiva, mas cujo significado lhe escapa. Mas é exatamente por desafiar os conhecimentos tradicionais que esta obra deve ser lida.

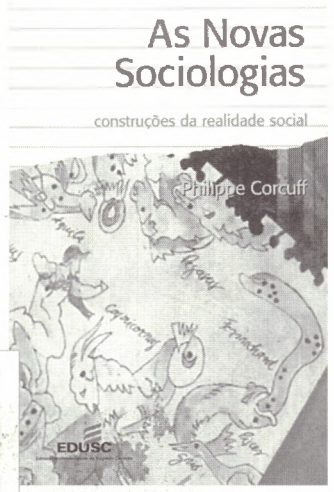
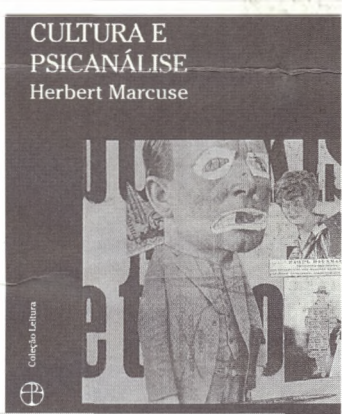
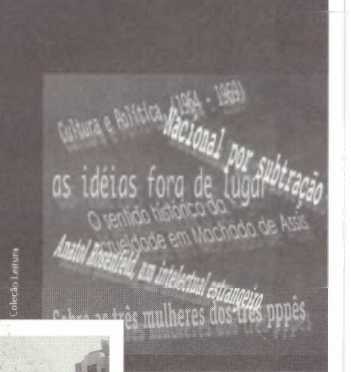
**José Corrêa**

**Resistências mundiais**

De Seattle a Porto Alegre  
Alexander Cockburn  
Ana Esther Ceceña  
Atilio Boron  
Dianne Matte  
Ellen Meiksins Wood  
Emir Sader  
François Houtart  
Jeffrey St. Clair  
Lorraine Guay  
Manuel Monereo  
Samir Amin  
Walden Bello

**CONTRAFOGOS 2**

**CULTURA E POLÍTICA**  
Roberto Schwarz



**A cidade do capital**

**Mariana Fix. Parceiros da exclusão. Duas histórias da**

**construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001. 208 p. Mais encarte fotográfico.**

Um estudo de caso exemplar das duas "operações urbanas" decisivas na constituição do pólo dinâmico da especulação imobiliária recente na cidade de São Paulo, a remoção das favelas junto ao Córrego das Águas Espraiadas e o deslocamento da população de classe média no prolongamento da avenida Faria Lima. Uma primeira parte da obra estabelece as bases teóricas para a compreensão do processo e seus marcos mais gerais; a segunda é um estudo "antropológico" da remoção de uma família favelada, com a transcrição de entrevistas feitas pela autora.

**As idéias no lugar**

**Roberto Schwarz. Cultura e política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001. 190 p.**

Coletânea, em formato de bolso, de importantes ensaios do maior crítico cultural do Brasil contemporâneo. "Cultura e política 1964-1969", "O sentido histórico da crueldade em Machado de Assis", "Nacional por subtração", "Anatol Rosenfeld, um intelectual estrangeiro", "Sobre as três mulheres dos três ppês" e o obrigatório "As idéias fora do lugar" integram a obra.

**Vanguardas políticas e estéticas**

**Martin Cezar Feijó. O revolucionário cordial: Astrogildo Pereira e as origens de uma política cultural. São Paulo: Boitempo, 2001. 248 p.**

Análise da trajetória militante e intelectual de Astrogildo Pereira (1890-1965), fundador e primeiro secretário geral do Partido Comunista, responsável pela adesão de Luis Carlos Prestes ao marxismo. A obra explora também sua contribuição fundadora para a formulação de uma política cultural de esquerda no Brasil, debatendo a questão decisiva da relação entre vanguardas estéticas e vanguardas políticas e as tarefas colocadas para a intelectualidade crítica.

**Revisitando Marx e os marxistas**

**Marshall Berman. Aventuras no marxismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 306 p.**

Coletânea de treze artigos do pensador norte-americano, que sustentam um humanismo marxista frente ao niilismo dominante. Suas reflexões percorrem distintos interpretes da modernidade, entre eles Edmund Wilson, Georg Lukács, Meyer Shapiro, Walter Benjamin, Isaac Babel, além do próprio Marx.

**O construtivismo social**

**Philippe Corcuff. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru (SP), Edusc, 2001. 208 p.**

Um oportuno apanhado dos debates contemporâneos, com ênfase na França, sobre a organização da estrutura social, feito por um intelectual marxista com uma presença crescente da discussão teórica da esquerda.

**Redefinindo a cultura**

**Herbert Marcuse. Cultura e psicanálise. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001. 148 p.**

Três textos importantes de Marcuse, selecionados por Isabel Loureiro, sistematizam a visão da cultura formulada pelo expoente da Escola de Frankfurt à partir de sua reinterpretação de Freud: "Sobre o caráter afirmativo da cultura", "Comentário para uma redefinição da cultura" e "A noção de progresso à luz da psicanálise".

# O IMPÉRIO, O ESTÁGIO FINAL?

Obra de referência do debate político contemporâneo, com seus méritos e limites, o livro de Michel Hardt e Antonio Negri sai agora em português.

Daniel Bensaïd

*Império*, de Michel Hardt e Antonio Negri (Rio de Janeiro, Record, 2001), teve uma acolhida mais que calorosa por parte de intelectuais eminentes. Um elogio por vezes excessivo, mas justificado na medida em que se trata de um saudável esforço de síntese interdisciplinar oposto aos pensamentos em migalhas, abordando a grande “passagem” pela qual atravessa o mundo de um ponto de vista materialista pós-marxista, alimentado por Spinoza e Maquiavel, Deleuze e Foucault.

Se é impossível abarcar aqui todas as questões tratadas, a tese central é todavia bem resumida no título do livro, *Império*. Michel Hardt e Antonio Negri registram, sem nostalgia, as consequências da passagem da modernidade para a pós-modernidade. Saúdam esta “transição decisiva

na história contemporânea” como a ocorrência de uma libertação e a oportunidade de uma política de

tuação tornaria obsoletas as preocupações da “velha escola revolucionária”. Colocaria na ordem do dia uma contra-mundialização, animada por um desejo imane de libertação. “Ser republicano, hoje”, consistiria em “lutar no interior do Império, e construir contra ele em terrenos híbridos e flutuantes”. Em sua ambição totalizante, a hipótese é sedutora. Sua justificação é, todavia, com frequência frágil, empírica e conceitualmente.

A análise da realidade atual da acumulação capitalista permanece evasiva e o mercado mundial, quando não é relegado a um pano de fundo tenebroso, reduz-se a uma abstração. Qual é a relação precisa da concentração de capital com a localização territorial e suas logísticas estatais (monetárias e militares)? Quais são as estratégias geopolíticas atuantes? Como opera a tensão entre um direito supranacional emergente e uma ordem mundial que ainda repousa sobre uma estrutura interestatal? Qual a relação entre a mobilidade de capitais e mercadorias, contro-

circulação e o bem comum. Eles oscilam entre uma resistência sem horizonte de ruptura e uma tentação catastrofista, segundo a qual toda insubordinação à ordem do capital se tornaria imediatamente subversiva: como o capital teria esgotado seu espaço de expansão, suas contradições se tornariam cada vez mais insuperáveis. Hardt e Negri se defendem de toda profecia de colapso invocando a velha *Zusammenbruch Theorie* (teoria da derrocada) da Terceira Internacional. Eles se perguntam como as resistências e as ações da multidão podem “se tornar políticas”. Mas “esta tarefa da multidão permanece muito abstrata”. Que práticas concretas vão animar este projeto político? “Por hora, não podemos dizer”. Hardt e Negri sustentam, contudo, que a ordem imperial “abre a possibilidade real de sua derrubada e novas potencialidades de revolução”.

A dificuldade provem, em boa medida, da clarificação insuficiente político-filosófica do conceito de multidão, que em princípio substituiria os de povo ou de classe. Esta multidão pode, como as classes, representar um reflexo isomorfo da ordem imperial ou do “novo espírito do capitalismo”.

Para conjurar os efeitos da reificação e da alienação mercantis, não basta se contentar com fórmulas que oponham a multidão ao povo, os fluxos desterritorializados ao controle das fronteiras, a reprodução biopolítica à produção econômica. Hardt e Negri sabem que a mercância, “pós-moderna *avant la lettre*”, pode intervir na pluralidade e transformar “cada diferença em uma oportunidade” de consumo. Sabem também que o elogio dos contrapoderes locais podem exprimir uma impotência face ao poder pleno. Eles sabem que “a hibridização, a mobilidade e a diferença não são, por si mesmas, libertadoras”, e que não basta opor ao “povo” místico, “síntese instituída preparada pela soberania” tendendo ao homogêneo e ao idêntico, uma multidão “feita de individualidades e de multiplicidades irreduzíveis”. Não deixam de afirmar que, na pós-modernidade, o “subjugado submisso” seria “absorvido pelo explorado” e que a “multidão das pessoas pobres” teria “tragado e digerido a multidão proletária”. Esta aposta na multidão flerta, paradoxalmente, com uma representação populista, que faz dos rejeitados do mundo “o fundamento da multidão” e “também o fundamento de toda possibilidade de humanidade”.

## Que saída?

Finalmente, Hardt e Negri parecem utilizar a problemática noção de pós-modernidade no sentido de uma periodização cronológica. Concebem, então, modernidade e pós-modernidade como épocas sucessivas e não como duas lógicas culturais complementares e contraditórias de acumulação de capital: centralização de um lado, fragmentação de outro; cristalização do poder e dissolução generalizada; petrificação dos fetiches e fluidez da circulação mercantil. A separação no tempo destas tendências gêmeas faz com que a nova ordem imperial apareça como “pós-moderna”, “pós-colonial” e “pós-nacional”. Ela reforça a ilusão do depois.

Na realidade, a ordem imperial mundializada não suprime a antiga ordem das dominações interestatais. Se sobrepõe a ela. Tirando conclusões extrapoladas de tendências ainda contraditórias, a fórmula do “Império, estágio supremo do imperialismo” corre o mesmo risco que a do “imperialismo, estágio supremo do capitalismo”: a de uma interpretação catastrofista em sentido único, na qual o “estágio supremo” se torna um estágio terminal, sem nenhuma saída. A política, como arte das relações de forças e dos contratemplos, se torna, então, solúvel no ponto de fusão entre os limites do capital e os desejos ilimitados da multidão. ■

mestiçagem e nomadismo, oposta às lógicas binárias e territoriais da modernidade. Eles registram, sem lastimar, o declínio das soberanias estatais e nacionais em favor de um Império sem limites. Enquanto o imperialismo clássico significava a expansão do Estado-nação fora de suas fronteiras, hoje já não haveria, na fase imperial, Estados-nação nem imperialismo: a este novo dispositivo “supranacional, mundial, total, nós chamamos Império”. O Império não é, pois, americano – nem, de outro lado, europeu – mas simplesmente capitalista.

## “Sem exterior”

O Império teria se formado, ao final da guerra fria, através da concentração de um capital transnacional e das operações de polícia na Guerra do Golfo ou nos Balcãs. Ele representaria “uma nova forma de poder”, não-lugar pascaliano cujo centro está em todas as partes e a circunferência em nenhuma. Abolindo a fronteira entre uma parte interna e outra externa, o Império estaria, de agora em diante, sem exterior. Esta si-

le dos fluxos de mão de obra e a nova divisão do trabalho? Que as dominações imperiais não possam mais ser pensadas nos mesmos termos em que elas foram tratadas pelo debate no início do século XX por Rosa Luxemburg ou Hilferding, que seja útil retomar o debate entre Lenin e Kautsky sobre o ultraimperialismo, não significa que se possa prescindir destes clássicos sem examinar o que mudou. Se o Império funciona “sem exterior”, toda a questão está em saber como o desenvolvimento desigual e combinado necessário a seu metabolismo pode ser “interiorizado” sob a forma de um sistema transformado de dominações e dependências.

## A “multidão”

Sem estas precisões, a tese de Hardt e Negri vacila e evoca, em sua parte orientada para o futuro, uma proposição no final das contas modesta, cuja osatura está constituída pela renda universal, a livre

Théo van Doesburg, *Contra-Composição*, 1924

OUTUBRO  
NOVEMBRO  
2001

PUBLICAÇÃO  
DA TENDÊNCIA  
DEMOCRACIA  
SOCIALISTA  
DO PT

EM TEMPO

Daniel Bensaïd é filósofo e autor de *Marx, o intempestivo* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999). Artigo originalmente publicado no jornal *Rouge* (Paris), de 26 de abril de 2001.